



Estender as redes da cooperação LEADER
Etendre les réseaux de la coopération LEADER
Extender las redes de la cooperación LEADER

SEMINÁRIO SÉMINAIRE SEMINARIO

Portugal, Sesimbra – Hotel do Mar 22-23 Maio / Mai / Mayo 2003



minha terra Portugal em acção



Ministério da
Agricultura,
Desenvolvimento
Rural e Pescas

IDRHa
Instituto do Desenvolvimento
Rural e Hidráulica

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO GERAL

RESUMOS DAS INTERVENÇÕES EM PLENÁRIA

TEXTOS INTEGRAIS FORNECIDOS, DIAPOSITIVOS APRESENTADOS E MATERIAL DE APOIO ÀS COMUNICAÇÕES

ENQUADRAMENTO, APRESENTAÇÕES E CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

CARTAZES DE PROJECTOS ELABORADOS PARA O SEMINÁRIO

BALANÇO

ANEXOS

PROGRAMA

APRESENTAÇÃO GERAL E RESUMOS DAS INTERVENÇÕES EM PLENÁRIA EM ESPANHOL

APRESENTAÇÃO GERAL E RESUMOS DAS INTERVENÇÕES EM PLENÁRIA EM FRANCÊS

LISTA DE PARTICIPANTES

LISTAS DE CONTACTOS DISTRIBUÍDAS

LISTAS DE PROJECTOS DISTRIBUÍDAS

OUTRA DOCUMENTAÇÃO DISTRIBUÍDA

APRESENTAÇÃO

A COOPERAÇÃO FACE AOS DESAFIOS DOS TERRITÓRIOS RURAIS

Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

Numa sociedade do conhecimento e da inovação, na qual se assiste a um processo crescente de mundialização dos valores e dos comportamentos humanos, assumem especial importância as iniciativas relativas a processos organizados de cooperação. Esta afirmação tem uma dimensão especial quando aplicada em meio rural e no contexto da Iniciativa Comunitária LEADER +.

Se por um lado, é claro que um dos objectivos que norteiam as políticas públicas de cooperação da União Europeia (UE) é o de promover e consolidar uma consciência de cidadão europeu, por outro, é também claro que há uma autonomia e margem de decisão que deslocam para as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) gestoras da IC LEADER+, uma responsabilidade significativa no desenho e construção dos projectos de cooperação.

As incertezas que se vivem relativamente à reforma da PAC e, nesse contexto a importância e figurino que o segundo pilar irá assumir, as incertezas vividas relativamente às políticas públicas nacionais de incidência no espaço rural, assim como as referentes ao futuro da IC LEADER pós 2006, constituem parte do quadro que consideramos fundamental atender na construção dos projectos no âmbito do Vector 2.

A cooperação poderá significar, neste momento, uma oportunidade excelente para trabalhar no sentido da consolidação dos territórios rurais e das ADL. Neste processo algumas questões/alguns desafios, assumem, no nosso entender, uma importância significativa:

- a qualificação das ADL, dos territórios e dos produtos;
- a sustentabilidade das ADL, dos territórios e dos produtos;
- a dimensão nacional da cooperação e a sua dimensão transnacional com um envolvimento atento dos países de expressão portuguesa;
- o estender da cooperação rentabilizando e trabalhando com outros programas europeus e internacionais de apoio à cooperação.

A qualidade traduz um processo e esforço permanentes de resposta às exigências e expectativas actuais dos cidadãos e das instituições. No que respeita à nossa realidade, a qualificação poderá constituir um aspecto-chave no reconhecimento e definição do "estatuto" das ADL e desempenhar, por isso, um papel determinante na sua consolidação no período pós 2006. No entanto, esta questão requer um debate alargado que envolva diferentes parceiros da nossa sociedade, numa perspectiva clara de interacção e do envolvimento "qualificado" do público e do privado. O processo de cooperação poderá, contribuir claramente para a concretização desse debate e permitir a experimentação de projectos neste contexto.

A sustentabilidade é um conceito complexo quando aplicado neste âmbito; é, no entanto, um aspecto que deve ser objecto de uma grande e ponderada reflexão entre diversos sectores e parceiros da nossa sociedade, devendo, no nosso entender, ser traduzido em iniciativas e experiências concretas que permitam, até 2006, sistematizar um conjunto de conclusões orientadoras de propostas para o futuro.

Outro aspecto que devemos atender é à proporção da cooperação nacional *versus* cooperação transnacional. A cooperação nacional, é claramente um espaço onde para além da consolidação de projectos de parceria de proximidade, poderá ser, se assim todos o entendermos, um espaço de construção das nossas solidariedades que se pretendem criativas e imadoras de propostas construtivas para fazer face aos desafios do futuro.

Por outro lado, na componente transnacional, importa também atender ao redesenhar dos novos equilíbrios com a adesão à UE dos novos países em 2004. Que impacto tem esta realidade para Portugal? Que cooperação nos interessa no contexto dos 25 países? Qual a importância da cooperação com Espanha? Qual a importância de uma dimensão ibérica no âmbito de alguns projectos? Qual a importância que, neste contexto, tem, ou poderá ter o reforçar e relançar das cooperações com outros países de expressão portuguesa? É fundamental que estas questões sejam objecto de uma atenta e aprofundada reflexão!

Existe outra questão que, no nosso entender, surge como bastante pertinente: se decididos e conscientes da importância da cooperação para o conjunto de desafios que se nos colocam, então será legítimo afirmar que a cooperação se estenda e envolva outros programas e instituições promotoras e financiadoras deste tipo de iniciativas.

No nosso entender, em termos metodológicos, a cooperação assume duas vertentes fundamentais:

- uma de reflexão, de discussão e de debate, que assente no aprofundamento do conhecimento, do saber e na troca de experiências e que, partindo de expectativas individuais (ao nível de cada território e de cada ADL) e atendendo aos contextos sócio-económicos e políticos actuais, deve associar-lhe as questões de dimensão nacional;
- outra que deve dar corpo ao exercício da experiência, permitindo a consolidação de ideias em projectos e iniciativas concretas. É fundamental que estas iniciativas sejam portadoras de propostas viáveis e sustentáveis passíveis de continuidade e de aplicação numa perspectiva de médio e longo prazo.

Uma parte significativa dos projectos envolverá, sem dúvida, estas duas vertentes metodológicas, implicando um processo dinâmico de ajustamentos permanentes à sua execução.

Importa ainda referir que a eficácia e sucesso da cooperação no âmbito da IC LEADER+ se encontra, no nosso entender, condicionada ao envolvimento activo e cooperante das diferentes partes: ADL, territórios, organismo intermediário e UE. Este envolvimento surge por um lado, como condição necessária à prossecução dos objectivos identificados e, por outro, como condição para que sejam ultrapassados alguns problemas de partida, de forma a não condicionar as dinâmicas da cooperação no LEADER+, instrumento indispensável ao desenvolvimento das zonas rurais.

**RESUMOS DAS INTERVENÇÕES
EM PLENÁRIA**

COOPERAÇÃO, UM INSTRUMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Eduardo Ramos Real (1)

Universidade de Córdoba

A Iniciativa Comunitária LEADER atingiu a sua maior difusão e apoio social como uma experiência da União Europeia (UE) desenhada para ensaiar a viabilidade de uma nova forma de aplicar uma política pública. O facto de este ensaio se ter dirigido aos territórios rurais da UE não é casual e constitui, simultaneamente, uma limitação e um desafio. Uma limitação porque o atraso relativo das áreas rurais se explica, em grande medida, por um menor grau de articulação social. Mas também um desafio porque as zonas onde se aplica o método proposto com base em parcerias reais, verão, ou já estão a ver, modificações profundas nas suas perspectivas de futuro.

Em termos das modernas abordagens teóricas, a desconexão territorial e a falta de capital social constituem severas limitações ao desenvolvimento das áreas mais atrasadas. Por esta razão, e em coerência com a teoria das redes, o LEADER, ao ir modificando as suas medidas em cada horizonte de planificação, consegue dar saltos qualitativos em matéria de conexão e de criação de capital social.

As dificuldades que actualmente atravessam muitos territórios LEADER da UE, não dizem respeito apenas à evolução dos debates políticos com vista à Revisão Intermédia da Política Agrícola Comum, como dizem alguns. Pelo contrário, enquanto que o debate sobre a pertinência dos recursos estipulados para a política rural tem sido vivo, o paradoxo do êxito e da simultânea fragilidade do modelo é uma novidade que se observa recentemente.

Efectivamente, nas duas primeiras fases a IC LEADER atingiu resultados rápidos e, nalguns casos, espectaculares. Mas, como ocorre com qualquer sistema submetido a um processo de crescimento rápido, quanto maior é a taxa de crescimento, mais cedo aparecem as contradições e os efeitos indesejados do processo.

Na experiência LEADER a maior parte dos avanços conseguiram-se no que era mais fácil: nos resultados materiais e tangíveis. Os critérios de avaliação da Comissão Europeia, dirigidos em grande medida para medir o grau de eficácia das diferentes entidades gestoras, fomentaram esta situação.

Então, se até agora as coisas se fizeram razoavelmente bem, porquê o desconcerto que se observa actualmente nas diferentes administrações dos Estados-Membros e em bastantes responsáveis e técnicos de Grupos de Acção Local (GAL)? Porque, enquanto que para os investimentos em realidades físicas existia experiência e tecnologia disponível, para fazer frente ao actual desafio da conexão mediante acções que têm muito de intangível, tudo é muito mais difuso e pouco definido.

Contudo, e apesar de todas as dificuldades, o LEADER constitui um instrumento muito importante para a articulação do meio rural europeu, graças ao seu potencial de ligação e à sua capacidade para a construção de activos intangíveis, particularmente necessários na actual sociedade do conhecimento.

Chegada a maioria do modelo LEADER, os GAL podem e devem actuar como agentes privilegiados de ligação intra e interterritorial. Com efeito, pelas suas próprias características, os GAL dispõem de mecanismos mais eficazes para estabelecer relações de colaboração com entidades e instituições públicas e privadas, do que outros actores.

Perante este cenário, o movimento LEADER europeu confronta-se com um desafio, com importantes consequências para o seu futuro: ou ganhar definitivamente a sua legitimidade social oferecendo resultados avançados em matéria de desenvolvimento local, apenas possíveis se realiza uma cooperação real entre grupos e territórios e se aprofunda a representatividade dos grupos, ou ir perdendo energia e protagonismo num horizonte de médio prazo, no qual a União Europeia se depara com mudanças sem precedente na sua história.

(1) Doutor Engenheiro Agrónomo. Professor Titular de Universidade. Professor e investigador no Departamento de Economia Sociologia e Política Agrária da Universidade de Córdoba. As principais linhas de investigação são: Efeitos e cenários da PAC; Avaliação de políticas públicas em meio rural; Teorias, métodos e estratégias de Desenvolvimento Rural.

Actualmente é Director da Cátedra de Cooperação para o Desenvolvimento, Coordenador da Equipa de Desenvolvimento Rural, Chefe de Estudos da Titulação Superior em Desenvolvimento Rural, e Director do Mestrado Gestão do Desenvolvimento Rural, na Universidade de Córdoba.

Responsável espanhol da Rede *ESTRELA*. Esta rede, constitui uma estrutura de relações académicas em docência e investigação entre 10 universidades europeias e 12 latino-americanas.

Colaborou em diferentes ocasiões com a Comissão Europeia e com o Parlamento Europeu, na qualidade de perito, para abordar questões relacionadas com as Reformas da PAC.

COOPERAÇÃO UM PROCESSO DE CRESCIMENTO

Guilherme Lewes

Chefe de Projecto LEADER+, IDRHa, 16/05/2003

Falarmos de desenvolvimento local não significa necessariamente fecharmo-nos sobre nós mesmos e olharmos apenas para o nosso “umbigo” – o local. Pelo contrário, para que os agentes de desenvolvimento, nomeadamente os GAL, consigam delinear estratégias e aplicá-las no local, é necessário que tenham a iniciativa inteligente de virem a trocar experiências com os agentes de outros territórios por forma a adquirirem um conhecimento mais solidificado e lúcido das questões que querem tentar resolver nas suas próprias zonas de intervenção.

Muitas vezes, os problemas em que se quer intervir abrangem vários territórios, com diferentes cambiantes talvez, mas frequentemente com um denominador comum que pode ser levado a cabo, com vantagem, por vários parceiros unidos pelos mesmos objectivos.

Outras vezes, para se resolver o que importa no local é importante conhecer o que é ou foi feito de similar noutros locais. Aqui aparece-nos a pujança da filosofia LEADER em pelo menos três das suas vertentes mais nobres: a visibilidade, a demonstratividade e a transferibilidade das acções. Seguidamente, se chegarmos à conclusão, que não nos basta conhecer as experiências de outros, mas queremos efectivamente trabalhar com eles para, em conjunto, resolvermos problemas comuns, mergulhamos noutra importante característica da abordagem LEADER, que é a parceria.

E é aqui que alguns dos nossos GAL ainda têm um caminho longo a percorrer. Esse caminho é o desafio que lhes é lançado pela Cooperação, processo que pode apresentar inicialmente algumas dificuldades, como sejam as barreiras linguísticas, as diferenças culturais, a distância geográfica, a dificuldade em clarificar as necessidades e os objectos da cooperação, em encontrar os parceiros adequados, para não falarmos da escassez de meios para pôr tudo em marcha. Apesar destes constrangimentos, quer se queira quer não, o principal obstáculo para percorrer os caminhos da cooperação continua a residir na mentalidade ainda fechada à volta do local que subsiste nalguns agentes de desenvolvimento em geral e nalguns GAL em particular.

O LEADER+ pretende dar um toque de qualidade à filosofia do Desenvolvimento Local e naturalmente que a Cooperação se encontra abrangida por esse objectivo, tendo sido alvo, pelo menos na fase de concepção do Programa, de uma atenção especial por parte da Comissão ao atribuir-lhe um Vector ou Eixo Prioritário individualizado. Só que pelas bandas da Comissão nem tudo começou bem, ou melhor há coisas importantes que nem sequer ainda começaram. Referimo-nos à criação do Observatório do Mundo Rural no contexto do LEADER+, que só começará a funcionar lá para finais do corrente ano, ou seja, a meio do actual exercício de programação. Esta é uma lacuna importante, apontada por Portugal e por outros estados membros da União à Comissão, porque se pretende que o dito Observatório seja o catalizador de uma rede europeia, com reflexos imediatos no número e na qualidade dos projectos de cooperação que já poderia ter induzido, se existisse.

Para dar uma ideia do atraso comunitário nesta matéria, será bom referir que o site web LEADER+ da Comissão só agora ficou concluído, e que nem sequer existe na Comissão uma listagem completa e actualizada dos endereços e contactos dos GAL, das redes nacionais e dos organismos intermediários e autoridades de gestão nacionais, afinal pequenos detalhes que podem significar muito no que toca ao fomento da cooperação LEADER europeia.

Por cá, embora as despesas totais de cooperação apresentadas pelos GAL ainda sejam, à data do último pedido de reembolso (31/01/03), reduzidas (cerca de 124.000 euros), existem neste momento projectos de cooperação em marcha e sobretudo muitas ideias de cooperação que os GAL têm de cimentar e pôr em prática.

Pode dizer-se que existem presentemente cerca de 140 projectos, grande parte ainda por aprovar formalmente, dos quais 80 virados para a cooperação nacional e os restantes para a transnacional. Refira-se que cerca de 60% destes projectos se encontram centrados na promoção dos produtos, metade na promoção dos territórios e 25% apostados na aquisição de competências nas áreas das TIC e da qualificação profissional. Pode também dizer-se que um terço dos projectos de cooperação transnacional se encontra virado para parceiros de territórios exteriores à União Europeia, nomeadamente PALOP, Brasil, Chipre, Roménia e Bulgária.

A situação presente a nível de Portugal, embora quando comparada com os restantes estados membros não seja má, não deixa de requerer uma atenção especial por parte do Organismo Intermediário e Célula de Animação Nacional (IDRHa), pois é sabido que os projectos de cooperação, nomeadamente os transnacionais requerem algum tempo para a sua execução e igualmente requisitos técnicos importantes.

Assim, assume especial relevo a assistência técnica à cooperação a qual pode ser encarada a dois níveis:

- ao nível global da motivação e qualificação dos GAL para a cooperação, através do apoio dado pelo Vector 3 - Animação e Colocação em Rede, promovendo a realização de fóruns, jornadas técnicas e seminários;
- ao nível dos próprios Planos de Cooperação dos GAL, no qual se integrou uma medida de Assistência Técnica, representando 15% do montante elegível do Plano, a qual se destina a financiar as actividades de lançamento dos projectos de cooperação e todas aquelas que, ao nível do Plano, o GAL empreenda no sentido de pôr em execução esse mesmo Plano.

Por fim, importa sublinhar que é necessário que alguns dos nossos GAL saiam da sua concha e experimentem cooperar com outros parceiros.

Desde que o GAL constitua uma parceria adequada e sólida, formalizada num protocolo de cooperação que clarifique as responsabilidades dos parceiros, que consiga identificar o objecto de cooperação e construa um plano de acção detalhado e objectivo em que se manifestem as mais valias esperadas para os territórios envolvidos, há que ter alguma ousadia e alguma ambição e enveredar pela cooperação, nunca esquecendo que o projecto deve ser acompanhado, avaliado e divulgado localmente.

Em suma, há que dar o salto, há que melhorar a nossa vivência e o nosso conhecimento, partilhando as nossas preocupações e necessidades com parceiros que apresentem interesses afins.

Por outras palavras, *há que arriscar e crescer para melhor desenvolver.*

De que estamos então à espera?

COOPERAÇÃO E LUTA CONTRA A POBREZA

Jorge Guimarães (1)

PLPR, Cabo Verde

Reflexões sobre as particularidades que marcam a cooperação entre associações de desenvolvimento local e comunitário cabo-verdianas e portuguesas, no âmbito da implementação do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), co-financiado pelo FIDA; que visa, com outros sub-programas, a redução sustentável da pobreza, em Cabo Verde.

Trata-se de um programa, que tem como objectivo específico aumentar o capital social de intervenção dos mais pobres, enquanto portadores de acções de luta contra a pobreza, cuja concepção metodológica se inspirou nos princípios, normas e práticas de Desenvolvimento Local, do Programa LEADER.

Está a terminar o primeiro ciclo de três anos de um percurso de nove (2000-2009), em que as intervenções se orientaram para a capacitação e organização comunitária de base e a dinâmica de parcerias, através de acções de animação, sensibilização e formação e realizações de actividades demonstrativas, visando a constituição de Comissões Regionais de Parceiros (CRP) e a elaboração de Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLLP), nas cinco zonas/ilhas de intervenção: Santo Antão, São Nicolau, Fogo, Brava e Santiago (Tarfal e São Miguel).

Assume-se um programa que aposta fortemente na mobilização social para o combate à pobreza, numa perspectiva dinâmica de descentralização, de participação e de parceria.

A especificidade maior que se lhe assiste, no quadro das relações com Portugal, é a transição natural e evolutiva do carácter inicial, marcadamente, de assistência técnica para um quadro de cooperação horizontal e abrangente, implicando e responsabilizando no processo os actores e os parceiros sociais de desenvolvimento.

Uma cooperação que está alicerçada nos fundamentos do desenvolvimento local e que poderá auto definir-se a várias dimensões: humana e societal, inter-pessoal e inter-activa, cultural, estratégico-territorial, mobilizadora de novas atitudes e novos comportamentos.

(1) Exerce, desde o ano de 2000, funções de Especialista em Animação, Formação e Comunicação do PLPR, em Cabo Verde.

Desenvolveu actividades idênticas, entre os anos de 1995 e 2000, no quadro de um projecto de desenvolvimento comunitário participativo, também em Cabo Verde, do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Ambas as intervenções se contextualizam na perspectiva do Desenvolvimento Local e Comunitário Sustentado e da Comunicação para o Desenvolvimento.

Licenciado em Jornalismo/Comunicação Social, exerceu, no período de 1981-1995, actividade jornalística, sobretudo radiofónica, e assumiu vários cargos de direcção ao nível dos órgãos e da Comunicação Social, em Cabo Verde.

Produziu vários trabalhos escritos e filmes abordando metodologias participativas de desenvolvimento, a partir das experiências e vivências que têm caracterizado a sua acção.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO BRASIL E A REDE DLIS

Caio Márcio Silveira (1)

Rede Dlis, Brasil

Especialmente nos últimos seis anos, o desenvolvimento local (como tema, como estratégia, como experimentação concreta) tornou-se uma realidade no Brasil. Hoje, já é amplo e diversificado o elenco de iniciativas sob este enfoque, o que pode ser identificado nas diferentes regiões do país.

Em todos os 27 estados brasileiros podem ser actualmente identificadas experiências que incorporam vários elementos presentes na concepção do desenvolvimento local, por meio de diferentes metodologias e com diversos graus de abrangência territorial: desde experiências intramunicipais (em comunidade rurais ou bairros urbanos), municipais (que abrangem a totalidade urbano-rural de cada município) e microrregionais (que envolvem consórcios e outras modalidades de articulação intermunicipal).

No Brasil, apesar de existirem programas nacionais de apoio ao desenvolvimento local, o panorama existente corresponde a uma gama altamente policêntrica de acções, com variadas ênfases e focos. Há nesse universo de iniciativas um potencial imenso de articulação e intercâmbio, ainda a ser mais intensamente trabalhado, de modo a aprofundar os elos entre pessoas e organizações dentro do Brasil e junto a outros países e continentes.

A Rede Dlis tem como antecedente o Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, que promoveu um conjunto de encontros e eventos no período de sua existência (entre 1997 e 1999), com duas finalidades básicas: a articulação de actores interessados em apoiar e promover o desenvolvimento local integrado e sustentável, e a sensibilização de organismos governamentais, empresariais, da sociedade civil e internacionais, visando a multiplicação de iniciativas voltadas para o desenvolvimento local.

Uma vez que, desde então, ampliou-se muito o universo de organizações e programas envolvidos em iniciativas relacionadas ao desenvolvimento local, amadureceu, já em 2001, a proposta de formação de uma *rede* em torno do desenvolvimento local. Procurou-se, assim, incorporar e articular, além dos actores que antes participavam do fórum, o acúmulo diversificado daqueles que desde então vêm actuando no tema, nos programas de apoio, na produção conceptual, nas acções educativas e nas próprias dinâmicas de desenvolvimento em cada local.

A Rede Dlis é uma rede mista e plural, aberta a pessoas e organizações de todos os sectores (sociedade civil, governo e iniciativa privada). A Rede tem como participantes actores envolvidos em programas e experiências concretas de desenvolvimento local em todo o Brasil, bem como formuladores e pesquisadores que trabalham com o tema.

A ampliação e o adensamento das conexões sociais dentro e fora do Brasil - na perspectiva de fortalecer concepções e práticas fundadas no nexo entre desenvolvimento sustentável e protagonismo local - é o principal desafio e razão de ser da Rede Dlis.

(1) Sociólogo, brasileiro, 48 anos. Coordenador da REDE DLIS (Rede de informação sobre Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) e da Expo Brasil Desenvolvimento Local; Consultor da RITS (Rede de Informações para o Terceiro Setor); Coordenador Geral do NAPP (Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa); Consultor do UNICEF entre 1994 e 2000.

Algumas publicações:

Desenvolvimento Local - Dinâmicas e Estratégias (org) . Rio de Janeiro: Rits, 2001.

Programa de Apoio aos Pequenos Empreendedores - o Sistema CEAPE. São Paulo: FGV-SP, 2000.

"Contribuições para a Agenda Social" in Agenda de Desenvolvimento Humano e Sustentável para o Brasil do Século XXI. Brasília: Fórum XXI / PNUD, 2000.

"Crédito Popular no Brasil - Características e Tendências". Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Brasília: 1998.

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM OS PAÍSES DO SUL

Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia (1)

Instituto Superior de Agronomia, Lisboa

A cooperação internacional com os países do sul (menos desenvolvidos) e independentemente dos discursos políticos tem vindo, de acordo com últimos dados, a regredir e na década de 90 a média da ajuda dos países ricos aos mais desfavorecidos terá baixado de 0,37 para 0,22% em vez de ter subido para os 0,7 a que aqueles países se tinham comprometido a alcançar no fim do século passado. De acordo com as estimativas do Banco Mundial, o fracasso da ajuda pública ao desenvolvimento ainda foi mais notório uma vez que de 12,5% do total da ajuda pública ao desenvolvimento em 1990, ele terá baixado para os 0,22% em 2000 e no caso específico português tal percentagem cai ainda para 1,4%. É verdade que um dos fracassos frequentemente referidos é o facto de público alvo raramente ser atingido.

O facto da União Europeia, prever que a segunda fase do Programa LEADER se poder deslocar para os países do Sul em projectos de cooperação parece demonstrar um acordar para a realidade da imperiosa necessidade para o desenvolvimento rural daqueles países. A criação de sinergias a nível local entre interesses públicos e privados, o incentivo para a diversificação das produções e a comercialização poderão fomentar o aparecimento de empresas e instituições que se tornem em verdadeiros motores não apenas do desenvolvimento rural mas local, regional e mesmo nacional contrariando as visões pessimistas que recentemente têm aparecido.

O autor refere as potencialidades do modelo mas adianta algumas contrariedades que poderão surgir para a sua implementação tendo em conta os mecanismos que regulam a cooperação bilateral, nomeadamente a portuguesa.

(1) Iniciou o curso de Engenharia Agronómica no Huambo, Angola e completou-o em Lisboa em 1979.

Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia e desde 1992 que é responsável das disciplinas de Agricultura Tropical e de Culturas Tropicais. Responsável por algumas linhas de investigação relacionadas com os sistemas agrícolas tropicais e com o desenvolvimento rural

Vice-presidente do ICP - Instituto da Cooperação Portuguesa de 15/02/01 a 31/01/03

Membro de delegação portuguesa do Consultative Group for International Agricultural Research CGIAR.

Delegado ao European Forum for Agriculture Research.

Avaliador dos programas INCO-DC.

O FIDA NO COMBATE À POBREZA E À FOME NO MUNDO

Mohamed Manssouri (1)

FIDA, Roma

O FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) é uma agência especializada das Nações Unidas, cuja missão é combater a pobreza e a fome no mundo. O FIDA é simultaneamente uma instituição financeira (que concede empréstimos aos governos) e uma agência de desenvolvimento. A acção do FIDA parte do princípio que a luta contra a pobreza não é algo que os poderes públicos, as organizações de desenvolvimento ou as ONG podem fazer pelos pobres. A missão do FIDA é “trabalhar para que o pobres rurais se libertem da sua pobreza”.

Com este objectivo, o FIDA trabalha com outras organizações nacionais ou internacionais para gerar parcerias e ajudar a criar as condições nas quais os pobres podem, graças às suas próprias competências e talentos, encontrar os meios para abandonar a pobreza.

Sendo uma agência de desenvolvimento e de financiamento orientada para as necessidades dos mais pobres e para a melhoria do seu poder de decisão, O FIDA atribui uma importância primordial ao desenvolvimento do capital humano e social e, nomeadamente à construção de instituições que simultaneamente representem os interesses dos mais pobres e que lhes prestem os serviços necessários. As iniciativas do FIDA têm geralmente uma dimensão institucional importante, tratando-se da constituição ou do reforço de organizações comunitárias, de interesse comum, de organizações camponesas, de micro-finança ou de desenvolvimento local.

O FIDA apoia cada vez mais as iniciativas e os mecanismos de descentralização e de desenvolvimento local e encoraja as inovações institucionais que permitem uma melhor expressão e da voz dos rurais mais pobres e que esta seja tida em consideração, assim como uma transferência mais eficaz dos recursos em seu benefício.

(1) Engenheiro agro-economista do Institut National Agronomique Paris-Grignon (INA P-G), França.

Trabalhou em desenvolvimento agrícola e rural, análise de fileiras, desenvolvimento comunitário, sistemas financeiros descentralizados e ambiente.

Actualmente é responsável pela Divisão da África Ocidental e Central no FIDA, Roma.

AS EXPERIÊNCIAS DA FAO NOS PAÍSES DA BACIA MEDITERRÂNEA

Jean Bonnal (1)

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Roma

“As experiências da FAO nos países da Bacia mediterrânea”, lugar de desenvolvimento de novas experiências de desenvolvimento rural participativo e descentralizado, inscrevem-se numa evolução da relação entre as responsabilidades das instituições públicas e das organizações de produtores que marcou estes últimos 30 anos e que corresponde às tendências actuais dos princípios da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável (ADRD), nomeadamente de redução da importância da intervenção do Estado e de crescente responsabilização da sociedade civil.

A introdução de abordagens participativas, ou seja, que associam as populações beneficiárias em todas as etapas dos projectos, introduzindo uma parceria entre todos os actores da dinâmica rural, necessita de iniciativas e de acções a vários níveis (metodológico, legal, organizacional, etc.) mobilizando, nestes últimos anos, esforços importantes de formação, comunicação e de reestruturação institucional. A descentralização, que constitui um corolário da participação, necessita, por sua vez, de definições quanto ao conteúdo, à especificidade própria de cada país, ao ritmo de implementação e também quanto às medidas de acompanhamento que podem tornar a sua aplicação mais eficaz e evitar os riscos de vazios institucionais, de dispersão das acções ou de perda de coerência entre elas.

Nesta óptica, a FAO desenvolveu, a partir de experiências adquiridas nesses países, um modelo de análise da descentralização (RED-IFO) que recomenda “regionalizar” os pedidos locais (R) e “diversificar” as políticas nacionais (D) de forma a dar às instâncias e territórios intermediários a possibilidade de desempenhar um papel impulsionador. Estes princípios devem ser acompanhados de medidas visando uma melhor partilha de informação (I), um reforço das competências de todos os actores através da formação (F) e através da organização (O) das instâncias implicadas, assim como os mecanismos de parceria entre elas.

<http://www.fao.org/participation/>

<http://www.ciesin.columbia.edu/decentralization/>

(1) Responsável pelo desenvolvimento rural no Serviço de Instituições Rurais e da Participação (SDAR) no departamento de desenvolvimento sustentável, FAO, Roma.

Economista, licenciado em Geografia Rural (Ordenamento do Espaço Rural), partilhou as suas actividades entre a produção agrícola (sudeste de França), as responsabilidades profissionais (agrupamento de desenvolvimento agrícola) e as intervenções na formação (CNEARC, IAM Montpellier) e a consultoria (FAO).

Trabalha neste momento com os países francófonos (Maghreb, África Austral, Haiti) sobre a organização institucional, a descentralização, a promoção da sociedade civil e a participação.

**TEXTOS INTEGRAIS FORNECIDOS
DIAPOSITIVOS APRESENTADOS
E
MATERIAL DE APOIO ÀS COMUNICAÇÕES**

L'initiative communautaire Leader + Analyse des programmes

Jean-Michel Courades



L'analyse est basé sur:

- 73 programmes LEADER+
- les compléments de programmation
- ou des subventions globales (20)



Programmes LEADER+

- 73 programmes au total
- 56 programmes adoptés en 2001, 17 en 2002
- 9 programmes nationaux
- 61 programmes régionaux (total de 51 pour DE, ES et IT; 10 pour BE, NL et UK)
- 3 programmes de réseaux nationaux (DE, ES, IT)



Groupes d'Action Locale

- nombre maximum de 938
- jusqu'à présent 808 sélectionnés:
- thèmes choisis?

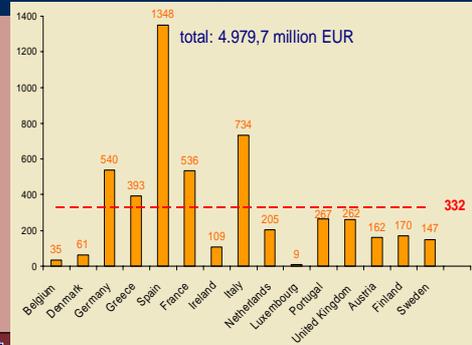


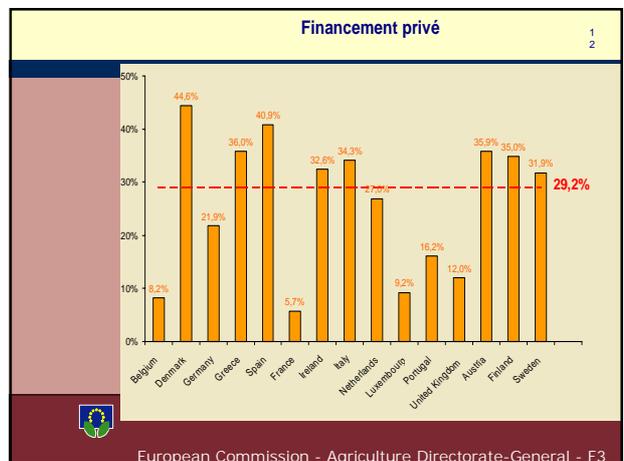
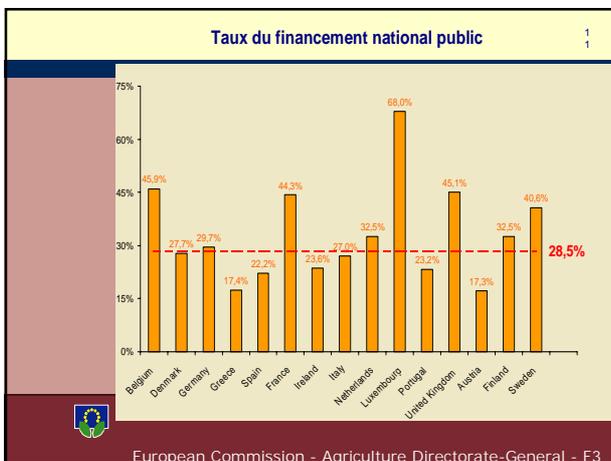
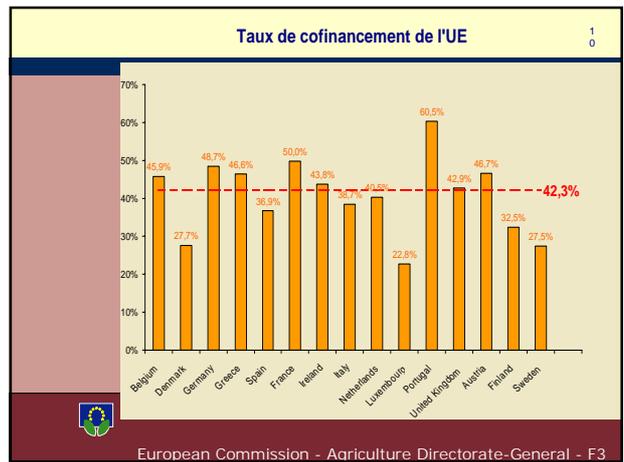
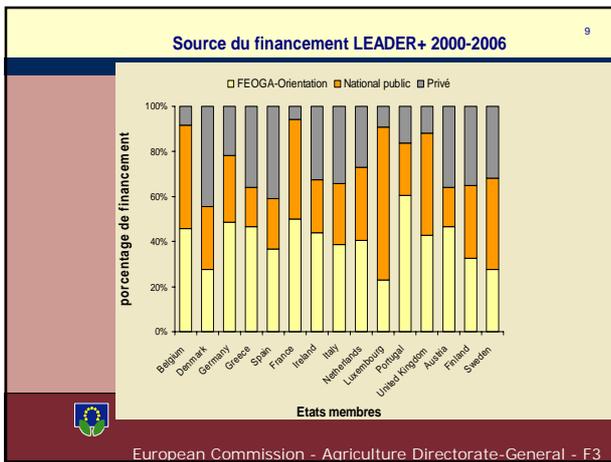
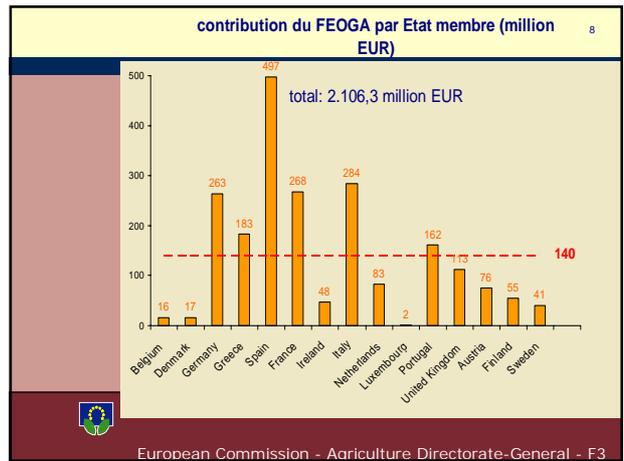
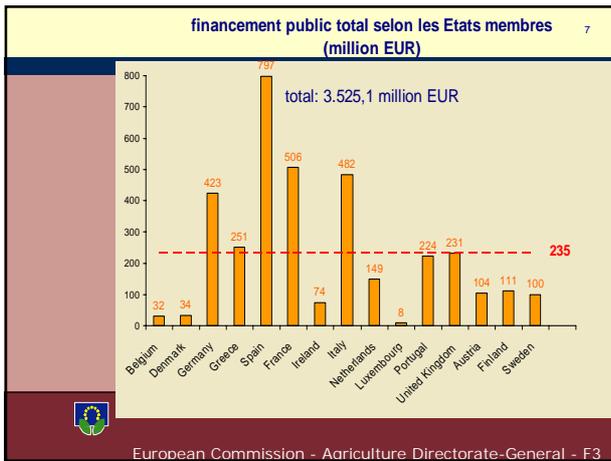
Groupes d'action locale selon les thèmes choisis

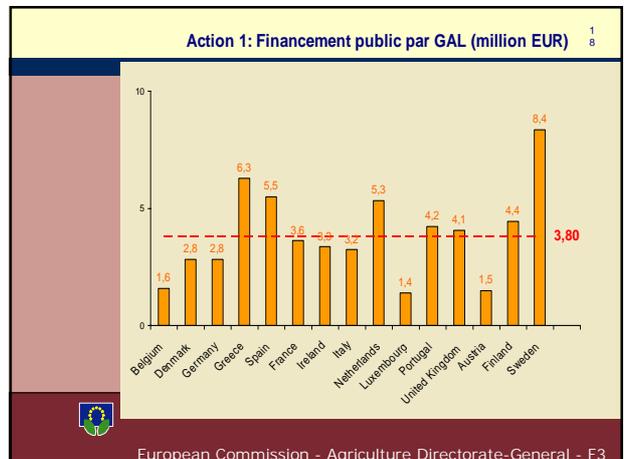
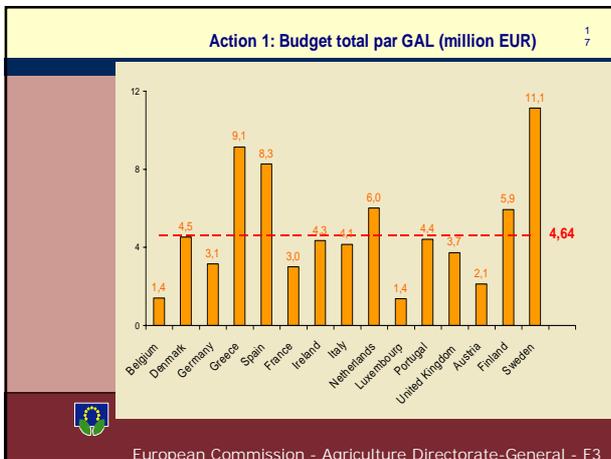
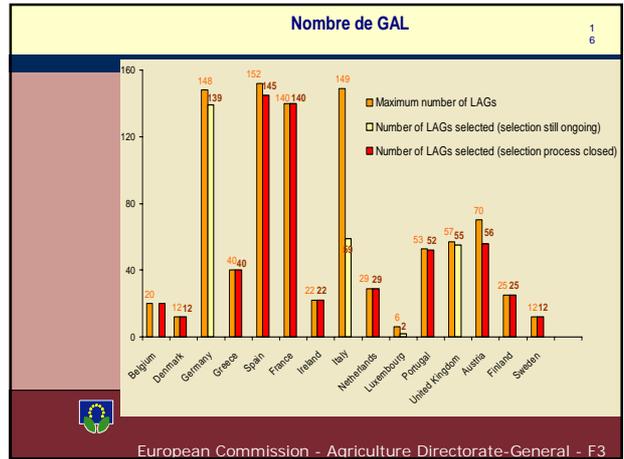
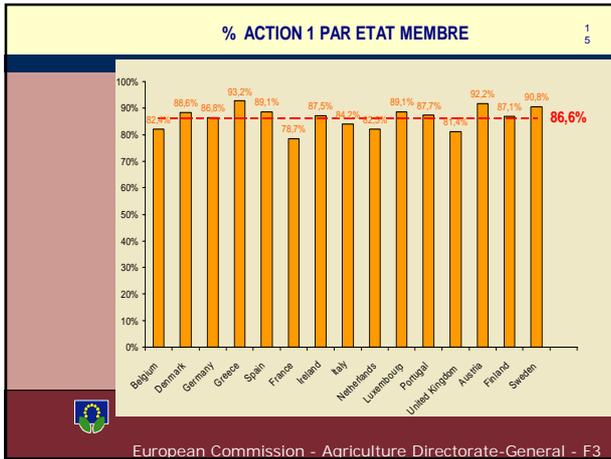
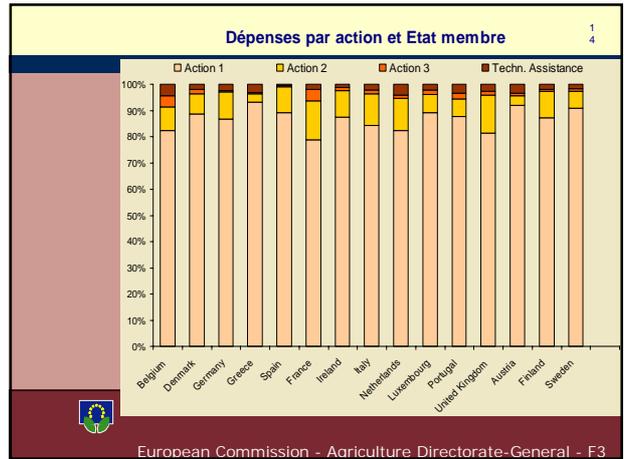
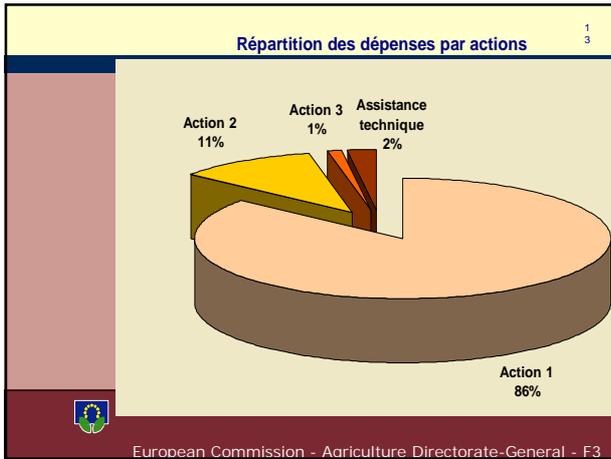
Thèmes prioritaires	Nombre total	%
1 - nouveaux savoir-faire et nouvelles technologies	102	10
2 - qualité de vie en zone rurale	246	25
3 - valorisation des produits locaux	188	19
4 - valorisation des ressources naturelles et culturelles	330	34
Other	93	9

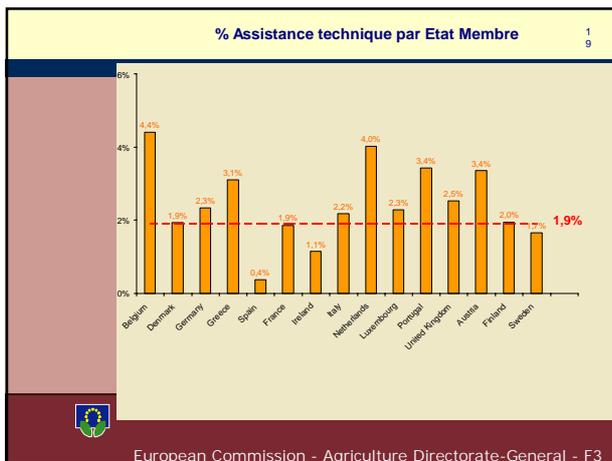


Répartition du budget total selon les Etats membres (million EUR)









ACTIVITE DES RESEAUX NATIONAUX (A, AUT, DK, ESP, FIN, P.B., SUE, UK, P)

- formation
- bulletin d'information
- site web
- réunion nationale
- base de donnée sur les GAL (SUE,UK,AUT)
- réunion internationale
- bourse de projets

Sites web des réseaux dans les autres États membres

- <http://redrural.mapya.es> (ES)
- www.maaseutuplus.net (FIN)
- www.leaderplus.se (SUE)
- www.leader-austria.at (AUT)
- www.ukleader.org.uk (UK)
- www.leaderplus.de (ALL)
- www.pobail.ie/en/RuralDevelopment/LEADER
– (IRL site de l'autorité compétente)

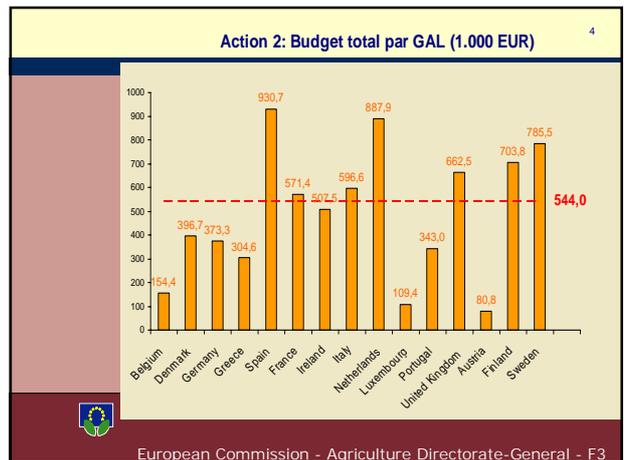
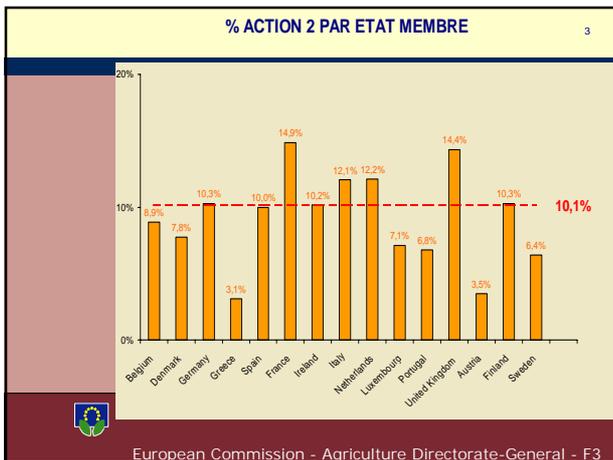
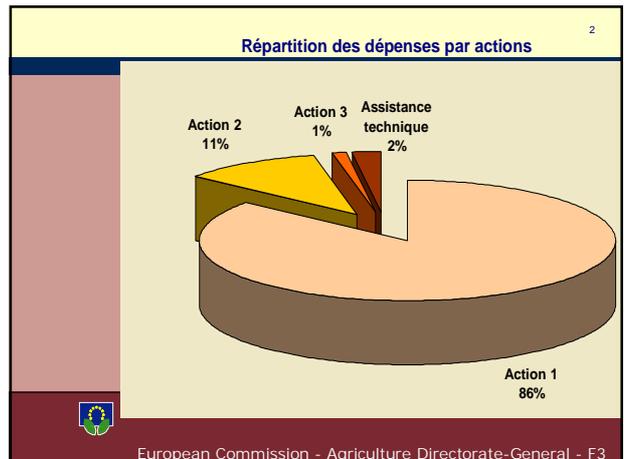
1

La coopération sous Leader + Analyse comparative

Jean-Michel Courades



European Commission - Agriculture Directorate-General - F3



soutien technique à la coopération

- dans la phase de préparation
- pour faciliter les contacts et la recherche de partenaires
- préparation du dossier lié au projet.

Soutien technique : Coûts éligibles

- dépenses en amont préalables au projet concret,
- ne finance pas les réunions des partenaires une fois que l'accord a été signé

6

Actions au niveau du programme

- aide technique sous la responsabilité du réseau
- pour faciliter la recherche de partenaires (base de données de projets)
- organiser des réunions (foires de projets de coopération)
- aide au montage du dossier

Actions au niveau du GAL : coûts éligibles

- transport
- hébergement
- interprétation
- étude de faisabilité (FIN, LUX)
- Publication et coûts de personnel (AUT)

Actions au niveau du GAL : Intensité de l'aide

- 100% (FR, AUT)
- 20% du coût du projet (FIN)
- 10% du coût du projet (GR, IRL)

Niveau de l'aide

- LUX (maximum de 5000 euros par projet)
 - un GAL ayant 2 projets reçoit 10 000 euros
- FRA (maximum de 3000 euros par projet et par GAL)
 - un projet impliquant 2 GAL nationaux est aidé à hauteur de 6000 euros

Procédure de sélection des projets

- en général procédure de sélection avec présence d'un comité de sélection
- sélection par le GAL si absence de procédure administrative de sélection des projets dans les EM où il y a approbation du volet coopération de la stratégie (action 1) - système de préallocation (IRL, SUE, DK)
 - refus de paiement si les conditions du programme ne sont pas respectées.

Critères d'évaluation par ordre de fréquence

- valeur ajoutée pour le territoire du GAL.
- Nombre des bénéficiaires des activités proposées (pertinent pour les activités économique et de formation)
- expertise et expérience du management dans les activités mises en oeuvre.
- Durabilité de la coopération; masse critique du projet (continuité des projets LEADER II) projects

Critères d'évaluation par ordre de fréquence

- Projets à dimension interrégionale ou européenne (utilisation des synergies mise en commun des savoir-faire, des ressources financières et humaines ; complémentarité des territoires concernés.
- Partenaires avec des stratégies thématiques, situations et problèmes comparables.
- Projet commun soutenu par une structure commune

Evaluation de la qualité du projet peu présente dans les documents de programmation

- niveau de coopération entre partenaires (niveau d'engagement de chaque partenaire dans la conception, la mise en oeuvre et le financement du projet)
- qualité du dossier (méthodologie suivie , clarté du budget, animation du projet proposée, originalité de l'approche)
- pertinence des actions proposées par rapport à la stratégie de développement (action 1)
- pertinence des actions proposées par rapport aux bénéficiaires
- adéquation des ressources humaines et financières par rapport aux actions proposées

Innovation

- Comme pour l'action 1 il s'agit de trouver de nouvelles idées et solutions pour le développement des territoires.
- souvent (pour les nouveaux GAL) la coopération en soi est une innovation.

SEMINÁRIO: Estender as redes da cooperação LEADER

SESIMBRA, 22-23 DE MAIO DE 2003

CABO VERDE – PORTUGAL

**AS MAIS-VALIAS DE UMA COOPERAÇÃO...
NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Sumário

1. INTRODUÇÃO

2. ENQUADRAMENTO

3. PERCURSO METODOLÓGICO DO PLPR

4. CABO VERDE – PORTUGAL: AS MAIS-VALIAS DE UMA COOPERAÇÃO

NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

4.1 ASSISTÊNCIA TÉCNICA/PARCERIA/COOPERAÇÃO

4.2 PROJECTO DE REFORÇO DAS PARCERIAS E APOIO À EXECUÇÃO DO PLPR

4.3 PROTOCOLO ACVER/UCP-PNLP

4.4 AS PARTICULARIDADES DE UMA COOPERAÇÃO...

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXO

**EXTRACTOS DE INTERVENÇÕES DE DIFERENTES PARCEIROS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A LUTA CONTRA A POBREZA**

DR. JORGE GUIMARÃES

**ESPECIALISTA EM ANIMAÇÃO,
FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

**PROGRAMA DE LUTA CONTRA A POBREZA
NO MEIO RURAL – PLPR**

CABO VERDE

1. Introdução

A comunicação do autor incide, fundamentalmente, as suas reflexões nas particularidades da cooperação entre associações cabo-verdianas e portuguesas de desenvolvimento local, no âmbito da implementação do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, PLPR, co-financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, FIDA, que visa, com outros sub-programas, a redução sustentável da pobreza, em Cabo Verde.

Trata-se de um programa, que tem por objectivo aumentar o capital social dos mais pobres, enquanto portadores de acções de luta contra a pobreza, cuja concepção metodológica se inspirou nos princípios, normas e práticas de desenvolvimento local, do programa europeu LEADER.

Está a ultimar o primeiro ciclo de 3 anos de um percurso de nove, (2000-2009), em que as intervenções se orientaram para a organização e a capacitação comunitárias de base e a dinamização de parcerias, através de acções de animação, sensibilização e formação e realização de actividades demonstrativas, visando a constituição de Comissões Regionais de Parceiros e a elaboração de Programas Locais de Luta contra a Pobreza, nas 5 zonas/ilhas de intervenção – Santo Antão, São Nicolau, Fogo, Brava e Tarrafal/São Miguel, ilha de Santiago.

Assume-se um programa que aposta fortemente na mobilização social para o combate à pobreza, numa perspectiva dinâmica de descentralização, de participação e de parceria.

Pretende ser um parceiro estratégico para a afirmação sustentável do desenvolvimento local e comunitário no combate à pobreza rural, em Cabo Verde.

A especificidade maior que se lhe assiste, no quadro das relações com Portugal, é a transição natural e evolutiva do carácter inicial de assistência técnica a um quadro de cooperação horizontal e abrangente, implicando e responsabilizando, no processo, os actores e parceiros sociais de desenvolvimento.

Uma cooperação que se alicerça nos fundamentos do desenvolvimento local e que poderá caracterizar-se a várias dimensões: humana e social, cultural, inter-pessoal e inter-activa, estratégico-territorial e mobilizadora de novos valores, novas atitudes e novos comportamentos.

2. Enquadramento

Cabo Verde inscreveu, no seu plano nacional de desenvolvimento, a redução da pobreza como um dos objectivos fundamentais da política de desenvolvimento do país para os próximos anos.

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, PNLP, é um instrumento catalisador e integrador que pretende dar um novo impulso aos esforços consentidos, no domínio de luta contra a pobreza.

Constitui um quadro, no qual o governo, os municípios, as organizações da sociedade civil, o sector privado e os parceiros externos possam colaborar e coordenar os seus esforços, na procura de coerência e sinergias, para a redução sustentável e durável da pobreza.

O PNLP age como um instrumento participativo e descentralizado, que pretende mobilizar, através de parcerias construídas, os mais desfavorecidos a combaterem o fatalismo, a mentalidade assistencialista e a dependência em relação ao Estado.

Estimula atitudes positivas para se sair da pobreza, apoiando-se nas próprias forças e determinação dos actores e parceiros implicados no processo.

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, PNLP, desenvolve as suas actividades, através de um conjunto de sub-programas, a saber:

Projecto de Desenvolvimento do Sector Social, PDSS, co-financiado pelo Banco Mundial, que visa a redução da pobreza pela reestruturação das FAIMO, Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra, a capacitação de municípios, comunidades e organizações não-governamentais e o estabelecimento de um sistema de coordenação, avaliação e seguimento, do Programa. A sua carteira de projectos sócio-económicos de infra-estruturação estende-se por todo o espaço nacional.

Projecto de Promoção Sócio-Económica de Grupos Desfavorecidos, PSGD, co-financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, cobre, sobretudo, as áreas de desenvolvimento de iniciativas comunitárias, o micro-crédito, a formação sócio-profissional e a mobilização social, nas ilhas de Santiago, Santo Antão e São Vicente.

Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, PLPR, co-financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, intervém nas áreas de animação, formação, comunicação e mobilização de parcerias, actuando sobre projectos comunitários, nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava e nos concelhos de Tarrafal e São Miguel, ilha de Santiago.

O PNLP é um programa de longo prazo. Está orçado em 75 milhões de dólares, dos quais cerca de 45 milhões têm, até à presente data, o financiamento assegurado, através dos sub-programas em execução.

Subdivide-se por 4 componentes, áreas de intervenção: (i) a integração dos pobres na economia de desenvolvimento, (ii) o acesso dos pobres aos serviços sociais básicos, (iii) a mobilização social, (iv) o reforço de capacitação institucional a níveis nacional, regional e local.

Estima-se em 30%, da população de Cabo Verde, o número de pessoas pobres, das quais 14% são muito pobres.

Há 230 bolsas de pobreza pelos 17 municípios de Cabo Verde

Os grupos-alvo do PNLP são: mulheres, sobretudo as mulheres-chefes de família, trabalhadores dependentes das FAIMO, jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, grupos vulneráveis.

3. Percurso Metodológico do PLPR

O PLPR, Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, é um programa de longa duração: 9 anos. Começou em Julho de 2000 e acaba em Julho de 2009. Divide-se por períodos de 3 anos, cada.

Tem em execução um financiamento estimado, globalmente, em 18 milhões de dólares americanos, comparticipados em 50%, a crédito, pelo FIDA, 36% pelo Governo de Cabo Verde e 14% pelos Beneficiários.

Cobre as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava e os concelhos de Tarrafal e São Miguel, ilha de Santiago. Cobre, assim, 138, cerca de 60%, das 230 bolsas de pobreza, em Cabo Verde.

O objectivo geral do PLPR é reforçar o capital social das populações pobres, pela

- mobilização efectiva na luta contra a pobreza do seu potencial de iniciativa e de realização bem como do dos seus líderes e parceiros directos (públicos, privados ou sociedade civil),
- assunção do poder de decisão sobre a afectação e a utilização dos recursos do programa.

Os objectivos específicos do PLPR são:

- melhorar as condições de vida dos pobres no meio rural, nas 5 zonas de intervenção;
- estabelecer, em cada uma das 5 zonas de intervenção, uma comissão regional de parceiros, maioritariamente representada pelas populações pobres, que definirá uma estratégia local de luta contra a pobreza e formulará programas indicativos trienais de acção;
- implementar instrumentos financeiros eficazes e flexíveis para facilitar a transferência de recursos às organizações da sociedade civil;
- estabelecer relações de parceria construtivas e eficazes entre as comissões regionais de parceiros e os serviços de Estado e as colectividades locais.

O PLPR tem 4 componentes: Animação e Formação, Actividades Demonstrativas, Gestão Administrativa e Financeira e Fundo de Desenvolvimento para Programas Locais.

A duração do PLPR é de 9 anos (2000 a 2009), articulada em três ciclos de três anos.

O primeiro ciclo (Julho de 2000 a Julho de 2003) deve permitir:

- o reforço da mobilização e da organização das populações rurais para lutar contra a pobreza;
- a constituição das parcerias locais e sua formalização em Comissões Regionais de Parceiros, CRP, assim como o reforço das suas capacidades de diagnóstico, de concepção e de realização;
- a definição e a implementação de actividades demonstrativas servindo a essas parcerias locais de suporte de aprendizagem/acção;
- a instalação da estrutura do programa a nível nacional.

É a partir do primeiro ciclo que cada CRP deverá apresentar o seu programa trienal para ser implementado de 2003 a 2006.

A transição entre o primeiro e o segundo ciclo constitui assim uma etapa crítica de passagem de uma fase de instalação e de aquisição de competência a uma fase de cruzeiro.

A estrutura do PLPR assenta-se numa equipa técnica e administrativa nacional encarregue exclusivamente da implementação do Programa, que funciona no seio da Unidade de Coordenação do PNLP. Ela assume as funções de animação geral e metodológica do PLPR, de gestão administrativa e financeira e de seguimento-avaliação.

Em cada zona de intervenção, um operador local, contratado pelo PLPR, trabalha com 2 animadores que animam e acompanham:

- a mobilização das populações rurais, a constituição das parcerias locais e sua evolução progressiva para CRP,
- a definição e a implementação pelas populações rurais das actividades demonstrativas.

A montagem e a execução de actividades demonstrativas obedecem a princípios metodológicos de organização comunitária, pela criação e/ou reforço de Associações Comunitárias de Desenvolvimento, ACD.

A actividade é identificada, em assembleia, entre outras prioridades, pela comunidade e, à volta dela, desenvolve-se uma dinâmica de participação, implicando vários parceiros.

Os beneficiários directos são, também, escolhidos, em assembleia, pela comunidade, por entre as pessoas e as famílias mais afectadas pela pobreza.

A finalidade principal da actividade demonstrativa é a criação de dinâmicas locais de organização, de capacitação e de parceria e a divulgação da metodologia do Programa.

Há que registar, no entanto, os impactos sócio-económicos das realizações na melhoria de vida das populações rurais.

Para se passar da 1ª.fase à 2ª.fase do Programa, há um conjunto de resultados a atingir:

- Ter, pelo menos, 2/3 das actividades demonstrativas concluídas. Foi executado um conjunto de projectos de apoio a actividades de natureza social e económica, contemplando centenas de famílias pobres, sobre diferentes áreas: habitação social, abastecimento de água, saneamento, pesca artesanal, pequena pecuária, entre outras.

Em termos de realização, conseguiu-se atingir muito mais do que o previsto, cerca de 150%, sendo, portanto, um grande indicador para a fase seguinte do Programa.

- Formação e visitas de estudo. Acções destinadas a animadores e operadores locais, membros e dirigentes associativos, promotores de pequenos projectos, quadros e parceiros técnicos do Programa. Segunda meta atingida, mas a formação vai continuar.

- Criação de Comissões Regionais de Parceiros, CRP. Está em processo bastante avançado. Foram já eleitos os órgãos sociais na ilha do Fogo (30 de Dezembro de 2002), em Tarrafal/São Miguel (15 de Março de 2003), ilha Brava (29 de Março de 2003). Restam as ilhas de Santo Antão e São Nicolau, cujas assembleias constitutivas deverão realizar-se por todo o corrente mês de Maio.
- Elaboração de Programas Locais de Luta contra a Pobreza, PLLP. Processo que deverá concluir em Junho próximo, com a aprovação, em Julho, pelas CRP.
- Criação da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza. Compete ao Governo a criação deste órgão ao nível central, tendo já a UCP-PNLP enviado uma proposta nesse sentido. Deverá integrar todas as instituições que, directa ou indirectamente, estão ligadas à luta contra a pobreza, em Cabo Verde.

Comissões Regionais de Parceiros, CRP

A CRP é fruto de todo um trabalho de animação, sensibilização e mobilização, que tem sido feito desde o ano de 2001, no âmbito da intervenção da vertente meio rural, PLPR, do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza.

O objectivo fundamental da CRP é dar voz e vez às comunidades pobres, mas também que as escolhas da comunidade sejam partilhadas com os seus parceiros mais directos: Câmaras Municipais, Educação, Saúde, Agricultura, ONG,... Para ser de facto um órgão de concertação de estratégias de luta contra a pobreza, ao nível de cada ilha.

Uma das metas a atingir pelo PLPR é ter as Comissões Regionais de Parceiros constituídas, até Julho de 2003, processo esse que vai continuar com o trabalho de reforço de capacitação institucional dos seus membros.

O Programa tem apenas o papel de facilitador do processo, que só será bem sucedido se for assumido pelos actores e parceiros de desenvolvimento.

Resumidamente, podemos dizer que a construção das CRP obedeceu a um conjunto de passos metodológicos, cujos eixos principais são os seguintes:

- Acções realizadas para a estruturação das ACD, Associações Comunitárias de Desenvolvimento
 - impacto das actividades demonstrativas na mobilização da população e de parceiros e na estruturação das ACD
 - formação de dirigentes associativos
 - formação de facilitadores, no seio das ACD
- Acções de apoio metodológico
 - seminários de capacitação técnica e metodológica
 - preparação de 3 documentos de base (proposta de lei, estatuto, regulamento)
 - discussão dos documentos, por actores e parceiros
- Constituição das CRP
 - boa mobilização das ACD e eleição dos seus representantes, definição dos parceiros por ilha
 - aprovação dos estatutos e eleição dos órgãos sociais

A CRP é uma organização de direito privado, de parceria, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica própria.

É constituída, por entidades colectivas, a nível de um território que corresponde a uma ilha ou vários municípios da mesma ilha, cujos membros são actores/beneficiários (ACD), que representam a maioria, e promotores (outros parceiros).

Pretende-se que seja um órgão representativo dos interesses colectivos de todos os seus membros, cuja assembleia deverá, efectivamente, ter um papel preponderante na preparação, aprovação e seguimento dos instrumentos de execução das estratégias de luta contra a pobreza.

Como tarefa fundamental e imediata da CRP a elaboração, a aprovação e a execução de programas locais de luta contra a pobreza, PLLP, para os próximos 3 anos (2003-2006).

Programas Locais de Luta contra a Pobreza, PLLP

O ano de 2003 é um ano charneira para o PLPR, correspondendo à passagem da primeira fase (fase de lançamento) à segunda fase (primeiro período de realização dos PLLP).

Os PLLP estão na perspectiva de se tornarem a expressão de um projecto de sociedade para a luta contra a pobreza, em cada uma das zonas de intervenção, implicando uma grande multiplicidade de actores públicos e privados.

É neste sentido que o Programa trabalhou, de acordo com os seus objectivos gerais, procurando desenvolver uma mobilização cada vez maior.

Os PLLP devem ser vistos como programas aos quais poderão intervir vários financiamentos.

Revestem-se, na sua caracterização, de algumas particularidades metodológicas, tais como:

- quadro estratégico, que se define por eixos estratégicos de intervenção
- dinâmicos, porque podem ser revistos
- participativos, porque se fundamentam nas comunidades, com base na metodologia de baixo para cima
- consensualizados, pelos parceiros da CRP
- autónomos, sujeitos a controlo *a posteriori* pela UCP-PNLP

O processo em curso de elaboração dos PLLP baseia-se em 2 níveis de intervenção, ACD/Comunidades e CRP/Ilha e 4 etapas de realização, em permutação progressiva, a partir das bases comunitárias, no período compreendido entre os meses de Fevereiro e Junho de 2003.

Depois da aprovação dos PLLP, pelas respectivas CRP, pretende-se realizar uma mesa redonda de parceiros, em cada ilha de intervenção do Programa.

4. Cabo Verde – Portugal: As Mais-Valias de uma Cooperação... na Perspectiva de Desenvolvimento Local

4.1 Assistência Técnica/Parceria/Cooperação

Desde o início da sua formulação, o PLPR desenvolveu-se, em parceria, com a participação de agentes cabo-verdianos e externos.

Assim, vários parceiros foram implicados na elaboração e execução do Programa.

Fez-se apelo a uma rede de assistência técnica, através do *bureau* de estudo português INDE e seu tecido de parceiros, o que permitiu levar a bom termo actividades de consultoria, de formação e de intercâmbio.

Depois de ter participado na sua preparação, esta assistência técnica contribuiu, também, no sentido de facilitar o arranque do PLPR e o bom desenrolar do seu primeiro ciclo, durante os anos de 2000 e 2001, através de prestações de formação e de assistência técnica:

- Participação no seminário de lançamento
- Apoio à preparação de manuais de procedimentos
- Apoio à gestão e concepção do sistema de seguimento-avaliação
- Formação dos operadores e animadores locais
- Apoio/acompanhamento dos operadores e animadores locais

Esta rede de assistência técnica pôs, igualmente, à disposição do PLPR, o seu conhecimento do desenvolvimento local na Europa e, em particular, em Portugal, para encorajar o estabelecimento de relações

de parceria directas entre actores de desenvolvimento local cabo-verdianos e europeus, especialmente, portugueses:

- Sensibilização de quadros cabo-verdianos à abordagem de desenvolvimento local, nas Ilhas Canárias
- Participação de 2 quadros da equipa nacional do Programa ao seminário Leader, de Viseu, sobre a auto-avaliação
- Visita de 6 ADL portuguesas a Cabo Verde
- Visita e formação dos operadores e animadores locais do PLPR, em Portugal
- Constituição, pelas 6 ADL e a INDE, de uma associação, a ACVER, para o desenvolvimento de acções de cooperação com o PLPR
- Lançamento de primeiras acções de solidariedade, através de um conjunto de ofertas de equipamentos e materiais diversos, de ADL portuguesas a associações comunitárias cabo-verdianas
- Visita de responsáveis do PLPR, em Portugal
- 2ª. Visita de ADL portuguesas a Cabo Verde
- Visita de técnicos de ADL portuguesas a Cabo Verde, no âmbito da preparação dos PLLP
- Consultoria INDE de apoio à preparação de instrumentos para a presente fase de transição
- Visita de 15 dirigentes associativos a Portugal

Além de fundos próprios ao PLPR e de ADL portuguesas, algumas destas acções inscrevem-se, também, no Projecto de Reforço das Parcerias e de Apoio à Execução do PLPR, cujo financiamento é consignado à cooperação portuguesa, através de um fundo fiduciário, junto do FIDA.

4.2 Projecto de Reforço das Parcerias e de Apoio à Execução do PLPR

O dispositivo da sua execução apoia-se, fundamentalmente, nas potencialidades existentes:

O conhecimento do processo e as relações de trabalho desenvolvidas, no quadro do PLPR.

A consolidação e o desenvolvimento de relações directas já estabelecidas entre actores do desenvolvimento local em Cabo Verde e em Portugal, em particular, entre associações de desenvolvimento.

O objectivo geral das intervenções, propostas no quadro deste projecto é de:

- Facilitar a boa condução do PLPR,
- Alargar o campo dos projectos iniciados ao nível local por e para as populações mais desfavorecidas,
- Contribuir à sua viabilidade e durabilidade,
- Multiplicar o impacto do Programa, por acções de cooperação e de assistência técnica.

As acções de cooperação visam mais particularmente a:

- Abrir perspectivas de novas actividades ao nível local,
- Estender o campo dos apoios aos beneficiários/grupos-alvo do PLPR, pela mobilização de diferentes tipos de actores em Portugal,
- Criar ligações sustentáveis que possam assegurar a multiplicação e a perenidade das acções.

As acções de assistência técnica, integradas nas acções de cooperação, visam a:

- Apoiar as equipas de animação ao nível das CRP, pela formação e trocas de métodos e de abordagens,
- Apoiar a equipa da UCP ao nível central à boa condução geral do Programa.

O dispositivo proposto associaria uma rede de apoio composta por ADL portuguesas, o *bureau* de estudo da INDE, assim como a estrutura portuguesa de promoção e comercialização de produtos locais, Proregiões.

Apoiar-se-ia na ideia de uma parceria entre cada uma das 5 zonas do PLPR, e sua respectiva CRP, com uma (ou, eventualmente, várias) zona LEADER em Portugal e sua ADL.

Esta parceria permitiria desenvolver o apoio por uma mobilização a vários níveis:

- Mobilização da ADL, seus técnicos e dirigentes, para apoiar à constituição das CRP e à preparação dos PLLP,
- Mobilização dos actores locais para formas de solidariedade e cooperação entre zonas rurais,
- Mobilização dos municípios e outras instituições públicas para participar dessas acções.

Além desta focalização por zona, um trabalho regular de concertação seria realizado, entre as ADL, com o apoio da INDE, para trocas, execução de acções em comum e assegurar uma estreita colaboração com a Unidade de Coordenação do Programa, em Cabo Verde.

Há um conjunto de acções por realizar, que incide, preferencialmente, a sua intervenção nas áreas de formação, visitas de estudo, intercâmbios.

Os custos do Projecto de Reforço das Parcerias e de Apoio à Execução do PLPR são estimados em 300 mil dólares americanos.

Estes recursos virão completar os fundos alocados pelo FIDA, a título de empréstimo (cerca de 9 milhões de dólares) ou a título de seu apoio regular às missões de supervisão (assegurados pela UNOPS) e de seguimento.

4.3 Protocolo de Cooperação ACVER/UCP-PNLP

Em 04 de Dezembro de 2002, foi assinado um protocolo de cooperação entre a ACVER, Associação Internacional para a Cooperação e Desenvolvimento de Comunidades Rurais, com a sede em Trancoso, Portugal e a UCP-PNLP, Unidade de Coordenação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, com a sede na Cidade da Praia, Cabo Verde.

O objecto do protocolo é a promoção de acções de cooperação entre associações de desenvolvimento local e outras instituições portuguesas filiadas na ACVER e associações comunitárias cabo-verdianas de desenvolvimento, em vários domínios de intervenção.

Os fundamentos do protocolo reportam-se, essencialmente, aos seguintes aspectos:

- Acções iniciadas e desenvolvidas, desde 2001, com as ADL portuguesas, agora enquadradas na ACVER,
- Laços de amizade e perspectivas de cooperação,
- A abordagem metodológica integrada, participativa e territorializada, que orienta as intervenções das ADL portuguesas e ACD cabo-verdianas envolvidas no PLPR,
- Laços culturais, linguísticos, sociais e económicos, que ligam os dois países.

As particularidades de uma cooperação...

As particularidades mais evidentes da presente cooperação fundamentam-se nas suas próprias origens, com a formulação do PLPR, seu percurso cronológico partilhado e com as relações de proximidade que se desenharam com a transição da assistência técnica para a cooperação.

A assistência técnica tem-se, também, revestido de características muito próprias, recolocando-se em patamares de parceria e de trocas, que ultrapassam a perspectiva de quem assiste e é assistido, isto é, a mera corrente do transmissor para o receptor.

Há um ambiente de mobilização de vontades para causas comuns, num quadro de comparticipação, co-responsabilização e respeito mútuo, em que a assistência técnica, a parceria e a cooperação se confundem.

Pelas dinâmicas sociais criadas e de inovação, que caracterizam esta cooperação, podemos melhor entendê-la e valorizá-la, atendendo às seguintes **dimensões**:

Desenvolvimento Local

- É uma dimensão inovadora, no quadro da cooperação existente entre Cabo Verde e Portugal, que normalmente se estabelece pelas comissões mistas sectoriais.

- A cooperação em si e, em particular, as muitas iniciativas de geminação de municípios cabo-verdianos e portugueses poderão ganhar outra sustentação e projecção, com esta dimensão.
-

Territorial

- É abrangente, congregadora e mobilizadora dos actores locais para o diálogo e para a acção, em busca permanente de coerência e sinergias, pelas diferentes áreas de intervenção, em matéria de desenvolvimento local.
- Acções de forte mobilização social, que extravasam o âmbito de intervenção do PLPR.

Humana

- Investe em pessoas, sendo o homem o centro vital do desenvolvimento.
- Incentiva relações interpessoais e interactivas.
- Defende o princípio de que as relações institucionais fazem-se, acima de tudo, com as pessoas e para as pessoas.

Cultural

- Promove valores que partam do conhecimento mútuo de realidades sócio-económicas e culturais.
- A animação é factor primordial e determinante deste processo, que se quer, sobretudo, com muita alma.

Estratégica

- Define as linhas de acção e o percurso, caminhando.
- Constrói o processo, na base de princípios metodológicos de baixo para cima e de implicação de todos, em diálogo e confrontação permanentes com a realidade.
- Alarga a frente de combate à pobreza.

Participativa e Interactiva

- Apoia-se na mobilização social e na diversidade de parceiros.
- Favorece o diálogo interactivo, na busca de soluções.

Intercâmbio

- Baseia-se em relações horizontais de troca.
- A cooperação faz-se nos dois sentidos.

São, apenas, algumas dimensões que podem, em certa medida, definir, por ora, as particularidades ou as mais-valias desta cooperação, na perspectiva do desenvolvimento local, vistas, no entanto, dentro da relatividade natural das coisas e como um processo.

5. Considerações Finais

A luta contra a pobreza, em Cabo Verde, é um processo de longo prazo!

O Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, PLPR, tem por objectivo principal melhorar as condições de vida dos pobres. Para isso, pretende aumentar o capital social das populações rurais pobres, mobilizando-as para acções de luta contra a pobreza, e aumentar a sua capacidade de concepção metodológica, pela assunção do seu próprio desenvolvimento.

Levar as pessoas a compreenderem de que são, elas próprias, as portadoras das mudanças para o combate à pobreza e que só os pobres organizados deixarão de ser pobres.

Não é possível minimizar a pobreza sem o esforço conjunto de todos.

O engajamento das comunidades é fundamental e a participação dos parceiros é incontornável.

Só, assim, juntando associações/comunidades, juntando técnicos, juntando parceiros de diferentes instituições/organizações, é possível dar combate à pobreza, em Cabo Verde.

É preciso esta união, esta força!

É fundamental esta solidariedade!

É determinante o esforço nacional!

E é neste quadro que se inserem a cooperação, os parceiros e os financiamentos externos, valorizando e capitalizando a aprendizagem mútua.

Os resultados atingidos até agora são encorajadores e as perspectivas que se abrem para um novo ciclo de cooperação estimulem a novos desafios.

Com efeito, a segunda fase do PLPR, assente em programas estruturantes de luta contra a pobreza e conduzidos por órgãos colegiais de parceiros, favorece outras dinâmicas e, conseqüentemente, outras necessidades, muito maiores, de investimento.

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, FIDA, assume-se, obviamente, como vector central do sistema, pelo acordo de crédito firmado com o Estado de Cabo Verde. Associa-se, ainda, ao fundo fiduciário, no quadro da cooperação portuguesa, na sequência de diligências exercidas por iniciativa da ACVER, o que é de registar.

É desejável alargar esta frente de cooperação a outras ADL portuguesas.

Sendo o PLPR, um programa que se inspirou nos fundamentos de desenvolvimento local do programa europeu LEADER, é, também, desejável ter, junto dos decisores deste, a sensibilidade e a flexibilidade conseqüentes, para viabilizar mecanismos consistentes de cooperação, com a União Europeia.

Cabo Verde vem desenvolvendo esforços diplomáticos, no sentido de adquirir estatuto especial, junto da União Europeia.

A sua localização geográfica e as várias iniciativas de cooperação, no quadro de acções conjuntas das ilhas da Macaronésia, com os Açores, a Madeira e as Canárias, regiões autónomas de países europeus, podem constituir outra via para reforçar esta cooperação.

O modelo de cooperação, que se está a construir, alicerçado em práticas de desenvolvimento local, no mundo globalizado em que vivemos, deve, pelos resultados conseguidos e pelas perspectivas do próprio processo, ser uma aposta e um incentivo para elevar os níveis estatutários de cooperação, nas relações de Cabo Verde com a União Europeia.

O cerne da intervenção de desenvolvimento local é a proximidade, a participação cidadã.

O acompanhamento deste processo de construção de um programa de luta contra a pobreza, com a especificidade de estar a basear-se na intervenção das comunidades, pode ser estimulante em termos europeus, na medida em que acentua a participação das populações.

Sendo, também, Cabo Verde, um país arquipelágico entre a Europa e a África, partilhando de uma forma esclarecida as duas culturas, pode constituir-se uma ponte para a compreensão da problemática africana e um parceiro em projectos múltiplos.

Enquanto país membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, organização que abrange 4 continentes (Europa, África, América e Ásia), pode constituir este espaço cultural, social, económico e político uma plataforma para novas descobertas e cooperações mais enraizadas nas populações, em matéria de desenvolvimento local.

Outro quadro de cooperação, que deve merecer uma atenção e um tratamento especiais, coloca-se ao nível de municípios.

Quase todos os municípios de Cabo Verde têm acordos de gemação com municípios de Portugal e de outros países, mas nem todas essas gemações conseguem corresponder às expectativas e aproveitar cabalmente os potenciais existentes de um e outro lado.

É sentimento geral que as dinâmicas das geminações existentes podem ser potenciadas se for possível fazer evoluir esses protocolos, abrindo-os à participação das organizações da sociedade civil dos respectivos municípios.

Para terminar, julgamos que a profundidade com que se esboçou a cooperação, entre associações de desenvolvimento local de Portugal e Cabo Verde, que terá marcado o processo, tem as suas raízes, por aquilo que foi dado a ver, aquando da primeira visita a terras cabo-verdianas. Estava-se nos inícios do ano de 2001!

Assim, como se refere o periódico Pessoas e Lugares... “Extremamente sensibilizadas pelas duríssimas condições de vida das populações que compõem as comunidades rurais visitadas, onde tantas vezes o milagre da sobrevivência é inexplicável, essas pessoas e instituições decidiram juntar esforços para contribuir para o desagrar das situações encontradas. Para levar à prática essa decisão criaram, no momento, um grupo informal a que chamaram ACVER (há que ver se é possível). A cooperação entre ADL portuguesas e cabo-verdianas começa aqui...”.

“Talvez este contacto olhos nos olhos sirva para nos fazer ver que o termo **Cooperação** não pode ser redutoramente associado apenas aos aspectos materiais e/ou económicos”.

“Competirá a cada um dos participantes, às entidades que representam, e a todos os que se lhe queiram juntar, fazer o necessário para que as acções esboçadas se concretizem”.

Um modelo de desenvolvimento bem construído implica pelo menos a existência de três elementos fundamentais: uma visão do futuro, um projecto de mudança e uma liderança colectiva, participativa e abrangente comprometida com a mudança.

Sem essas condições reunidas, embora se possa fazer muita coisa, dificilmente se chega a caminhos sustentáveis do desenvolvimento.

Assim, ao mesmo tempo que se prepara o projecto de mudança, impõe-se preparar as lideranças a diversos níveis, com vista a darem corpo, direcção e sentido à dinâmica de transformação social que se pretende.

A mudança não é um fim em si só, mas um meio de se atingir outros objectivos. As mudanças associadas ao desenvolvimento dão aos indivíduos e à sociedade um maior controlo sobre os seus destinos.

As mais-valias, que se corporizam nesta cooperação em análise, vão nesse sentido!

Sesimbra, Portugal, aos 23 de Maio de 2003

ANEXO

EXTRACTOS DE INTERVENÇÕES DE DIFERENTES PARCEIROS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A LUTA CONTRA A POBREZA:

“O desenvolvimento não é uma conquista da Câmara Municipal, nem do presidente nem dos seus vereadores. O desenvolvimento é conseguido com o envolvimento da sociedade civil”.

(Camilo Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal da Brava, durante um Intercâmbio Comunitário Inter-Ilhas, promovido pelo PLPR – Fogo/Brava, Março de 2003)

“Quando menos presente tiver a Câmara Municipal na sociedade, maior é o índice de desenvolvimento. Se cada um cuidar do seu comércio, sua actividade agrícola, sua actividade piscatória, sua actividade de pecuária, se conseguir rendimentos para sobreviver, a Câmara Municipal preocupar-se-á com outras coisas, em termos de linhas institucionais de desenvolvimento”.

(Camilo Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal da Brava, durante um intercâmbio comunitário inter-ilhas, promovido pelo PLPR – Fogo/Brava, Março de 2003)

“Este programa de luta contra a pobreza, que acaba por envolver um conjunto de elementos sociais, de dinâmicas de vontades sociais, é um instrumento importante de dinamizar comunidades, de dinamizar vontades, para pô-las ao serviço do seu próprio desenvolvimento e ao serviço, também, de conseguir meios de sobrevivência nas suas próprias localidades”.

(Armindo Maurício, Ministro da Defesa e Assuntos Parlamentares, durante um intercâmbio comunitário inter-ilhas, promovido pelo PLPR – Fogo/Brava, Março de 2003)

“Todo este trabalho que está sendo feito é uma forma de promover pessoas, de promover a capacitação de pessoas e, ao mesmo tempo, de melhorar a sua intervenção e de melhorar resultados. É uma forma de trabalhar para obter resultados”.

(Armindo Maurício, Ministro da Defesa e Assuntos Parlamentares, durante um intercâmbio comunitário inter-ilhas, promovido pelo PLPR – Fogo/Brava, Março de 2003)

“Hoje, este estilo de intervenção, através de associações, não sei se as pessoas têm consciência o que é que isto significa em termos de uma mudança radical de intervenção nas localidades. Antes, tínhamos só frentes de trabalho, falava-se do emprego público, falava-se só de frentes de trabalho. O dinheiro era enviado ou através da Câmara Municipal, ou através do Ministério de Agricultura, ou através do Ministério de Infra-estruturas, e era aplicado directamente nas FAIMO. Mas hoje, estão a ver, há uma mudança; hoje, parceiros reúnem-se, hoje, parceiros deliberam o que é melhor para eles, em cada momento, hoje, parceiros organizam-se para recolher fundos para poderem eles próprios participarem do desenvolvimento; há outros elementos, outros sujeitos, com os seus financiamentos, que levam à sua concretização, mas de uma forma mais conjunta, mais útil, de uma forma muito mais vantajosa e com resultados muito melhores”.

(Armindo Maurício, Ministro da Defesa e Assuntos Parlamentares, durante um intercâmbio comunitário inter-ilhas, promovido pelo PLPR – Fogo/Brava, Março de 2003)

“É um fenómeno de mobilização colectiva, é uma dinâmica colectiva e permanente que temos de fazer. Estamos convencidos que se conseguirmos fazê-lo, faremos obras extraordinárias e conseguiremos transformar Cabo Verde”.

(Armindo Maurício, Ministro da Defesa e Assuntos Parlamentares, durante um intercâmbio comunitário inter-ilhas, promovido pelo PLPR – Fogo/Brava, Março de 2003)

“A população é a primeira responsável para tirar as suas cabeças da pobreza; não são coisas dadas, é com aquilo que for capaz de conquistar”.

(José Domingos, Presidente da Câmara Municipal de Tarrafal, por ocasião do acto de entrega de uma habitação social, em Achada Tenda, Ilha de Santiago, Agosto de 2001)

“O nosso projecto tem, como alvo principal, as mulheres, sobretudo, as mulheres-chefes de família. Deve beneficiar, em primeiro lugar, as mulheres”.

(Raúl Fernandes, Coordenador da UCP-PNLP, por ocasião da inauguração de um reservatório comunitário, em Cutelo Alto, Ilha de Fogo, Setembro de 2001)

“Com pessoas organizadas e com um esforço conjunto, é possível diminuir a pobreza. Se as comunidades não se organizarem, não poderemos levar avante a luta contra a pobreza”.

(Raúl Fernandes, Coordenador da UCP-PNLP, por ocasião da entrega de um conjunto de habitações sociais, em Chã das Furnas, Ilha de Santo Antão, Dezembro de 2001)

“Ao longo de muitos anos, a luta contra a pobreza deu muito que falar, em Cabo Verde. As pessoas não queriam entender, mas as populações querem a luta contra a pobreza. Nós, todos, Câmara Municipal, Governo, Sociedade Civil, temo-nos que juntar, temos que ter uma parceria, junto da população organizada, para fazer a luta contra a pobreza. Sem esta parceria, sem esta complementaridade, não é possível fazer nada em Cabo Verde”.

(Jorge Santos, Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, por ocasião da entrega de um conjunto de habitações sociais, em Chã das Furnas, Ilha de Santo Antão, Dezembro de 2001)

“É um programa extremamente complexo, é um programa que tenta trabalhar com valores, porque o sucesso do programa nacional de luta contra a pobreza está de certeza intimamente ligado com a mudança do comportamento das pessoas, com a mudança de mentalidade”.

(Camilo Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal da Brava, por ocasião da abertura do Encontro Nacional do PNLP, na Ilha Brava, Fevereiro de 2002)

“A luta contra a pobreza foi erigida como uma das grandes prioridades do Governo de Cabo verde, como uma grande opção do plano nacional de desenvolvimento”.

(Carlos Burgo, Ministro das Finanças e Planeamento, por ocasião da abertura do Encontro Nacional do PNLP, na Ilha Brava, Fevereiro de 2002)

“A luta contra a pobreza desenvolve-se a duas velocidades: uma, aumentar a produtividade e o crescimento, em termos de produção, a segunda, mudança de mentalidade. Esta ideia de apostar fortemente nas associações, na organização das associações, é extremamente forte, no sentido da apropriação do programa. Não ter a consciência que são pobres, ter a consciência que conseguem dar algo e dominar o seu próprio destino”.

(Manuel Pinheiro, Director Geral do Plano, por ocasião do Encontro Nacional do PNLP, na Ilha Brava, Fevereiro de 2002)

“Tínhamos muitas dificuldades. Entendemo-nos que era preciso, possível e valia a pena criar um grupo para dinamizar algumas actividades para o desenvolvimento da comunidade. Decidimos criar uma associação para promover algumas actividades de desenvolvimento de carácter comunitário”.

(Morgado de Barros, Presidente da Associação Comunitária de Desenvolvimento de Cutelo Alto, Ilha de Fogo, durante um intercâmbio comunitário inter-ilhas, promovido pelo PLPR – Fogo/Brava, Março de 2003)

“Ter sempre a preocupação de valorizar o nosso potencial, o que temos. O objectivo é quando o financiador se retirar, o programa acabar, conseguir caminhar pelos próprios pés”.

(Maria do Rosário, técnica da UCP-PNLP, por ocasião da entrega de dois botes, em Furna, na Ilha Brava, durante um intercâmbio comunitário inter-ilhas – Fogo/Brava, Março de 2003)

“A associação tem a sua importância no trabalho que pode desenvolver com diferentes elementos das próprias comunidades, no sentido que ajuda a comunidade a não acabar com todas as dificuldades, mas a pôr de lado algumas partes das dificuldades que surgem na comunidade. É por isso que a associação é importante, porque, como a própria palavra diz, associação, estamos juntos, e juntos conseguiremos atingir o objectivo preconizado”.

(Alcides Mendes, dirigente da Associação Comunitária de Desenvolvimento de Luzia Nunes, na Ilha de Fogo, durante um intercâmbio comunitário inter-ilhas – Fogo/Brava, Março de 2003)

“Para a segunda fase, temos que preparar um programa, as associações e os parceiros directos têm que preparar um programa, onde definem qual é a estratégia de luta contra a pobreza nas suas ilhas. Para a preparação do programa, não é a UCP do Programa que define a estratégia e o tipo de projectos a serem executados. Os parceiros definem isso”.

(Benvindo Rodrigues, *Desk Officer* do PLPR, durante um intercâmbio comunitário inter-ilhas – Fogo/Brava, Março de 2003)

“A criação da CRP é algo muito importante, tendo em conta o envolvimento forte que a comunidade poderá ter nas decisões a tomar para a elaboração dos PLLP. Programa virado para o desenvolvimento de cada comunidade, onde a intenção é escutar a comunidade e saber quais são as suas prioridades a serem incluídas no programa local de luta contra a pobreza. Portanto, há um dinamismo forte e muito participativo, em que a comunidade tem uma palavra muito forte na tomada de decisões”.

(Alindo Brandão, Coordenador do Gabinete de Desenvolvimento Regional Fogo e Brava, Presidente do Conselho Directivo da CRP-Fogo)

“A CRP vai ajudar a resolver muitos problemas da comunidade, porque está junto das pessoas das comunidades, que são elas próprias a fazerem os planos para o desenvolvimento das suas próprias comunidades. A ACD, enquanto maioria representativa, é o centro básico desta Comissão”.

(Augusto Alves, Presidente da Associação Comunitária de Desenvolvimento de Monte Grande, na Ilha de Fogo, membro da CRP-Fogo)

“A cooperação entre pessoas e instituições pertencentes a realidades sócio-económicas e culturais muito diferenciadas coloca problemas para os quais é necessário grande esforço de imaginação, profundo sentido de justiça social e elevado sentido ético e moral em relação ao conceito de solidariedade”.

(Camilo Mortágua, Presidente da ACVER, em ‘Pessoas e Lugares’, Novembro de 2002)

SEMINÁRIO
Estender as redes da cooperação LEADER

SESIMBRA, 22-23 DE MAIO DE 2003

CABO VERDE – PORTUGAL
AS MAIS-VALIAS DE UMA COOPERAÇÃO...
NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Sesimbra, Portugal, aos 23 de Maio de 2003
DR. JORGE GUIMARÃES
Especialista em Animação,
Formação e Comunicação
Programa de Luta contra a Pobreza
no Meio Rural - PLPR
CABO VERDE

Cabo Verde – Portugal
As mais valias de uma cooperação... na perspectiva de desenvolvimento local

1. Introdução
2. Enquadramento
3. Percurso metodológico do PLPR
4. Cabo Verde – Portugal : AS MAIS-VALIAS DE UMA COOPERAÇÃO NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
 - 4.1 – Assistência técnica/parceria/cooperação
 - 4.2 – Projecto de reforço das parcerias e apoio à execução do PLPR
 - 4.3 – Protocolo ACVER/UCP-PNLP
 - 4.4 – As particularidades de uma cooperação...
5. Considerações finais

Anexo: EXTRACTOS DE INTERVENÇÕES DE DIFERENTES PARCEIROS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A LUTA CONTRA A POBREZA

Cabo Verde – Portugal
As mais valias de uma cooperação... na perspectiva de desenvolvimento local

1. Introdução

- ✓ Particularidades da cooperação entre associações cabo-verdianas e portuguesas de desenvolvimento local do PLPR.
- ✓ Tem por objectivo aumentar o capital social dos mais pobres, cuja concepção metodológica se inspirou no programa europeu LEADER.
- ✓ Está a ultimar o primeiro ciclo de 3 anos de um percurso de nove anos.
- ✓ Aposta fortemente na mobilização social para o combate à pobreza.
- ✓ Da assistência técnica a um quadro de cooperação horizontal e abrangente.
- ✓ Alicerçada nos fundamentos do desenvolvimento local (dimensões)

Cabo Verde – Portugal
As mais valias de uma cooperação... na perspectiva de desenvolvimento local

2. Enquadramento

- ✓ A redução da pobreza, objectivo do plano nacional de desenvolvimento
- ✓ O PNLP, é um instrumento catalisador e integrador.
- ✓ O PNLP constitui um quadro de intervenção.
- ✓ O PNLP age como um instrumento participativo e descentralizado
- ✓ Os sub-programas do PNLP:
 - ✓ Desenvolvimento Social (Banco Mundial)
 - ✓ Promoção Sócio-Económica de Grupos Desfavorecidos (BAD)
 - ✓ Luta contra a Pobreza no Meio Rural (FIDA).

Cabo Verde – Portugal
As mais valias de uma cooperação... na perspectiva de desenvolvimento local

O PNLP é um programa de longo prazo com 4 componentes.

- (i) a integração dos pobres na economia de desenvolvimento,
- (ii) o acesso dos pobres aos serviços sociais básicos,
- (iii) a mobilização social,
- (iv) o reforço de capacitação institucional a níveis nacional, regional e local.

Os grupos-alvo do PNLP são: mulheres, sobretudo as mulheres-chefes de família, trabalhadores das FAIMO, jovens desempregados, grupos vulneráveis (30% da população)

Cabo Verde – Portugal
As mais valias de uma cooperação... na perspectiva de desenvolvimento local

3. Percurso Metodológico do PLPR

- ✓ Cobre as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava e os concelhos de Tarrafal e São Miguel, ilha de Santiago.
- ✓ O objectivo geral do PLPR é reforçar o capital social das populações pobres.
- ✓ Os objectivos específicos do PLPR são:
 - ✓ melhorar as condições de vida dos pobres no meio rural,
 - ✓ estabelecer comissões regionais de parceiros,
 - ✓ implementar instrumentos financeiros eficazes e flexíveis,
 - ✓ estabelecer relações de parceria construtivas e eficazes.

✓ O PLPR tem 4 componentes:

- Animação e Formação,
- Actividades Demonstrativas,
- Gestão Administrativa e Financeira
- Fundo de Desenvolvimento para Programas Locais.

A estrutura do PLPR assenta-se numa equipa técnica e administrativa nacional.

Em cada zona de intervenção, um operador local, contratado pelo PLPR, trabalha com 2 animadores.

Para se passar da 1ª fase à 2ª fase do Programa, há um conjunto de resultados a atingir:

- Ter, pelo menos, 2/3 das actividades demonstrativas concluídas.
- Formação e visitas de estudo.
- Criação de CRP.
- Elaboração de PLLP.
- Criação da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza.

Comissões Regionais de Parceiros, CRP

A construção das CRP obedeceu a um conjunto de passos metodológicos, cujos eixos principais são os seguintes:

- Acções realizadas para a estruturação de ACD
- Acções de apoio metodológico
- Constituição das CRP

Programas Locais de Luta contra a Pobreza, PLLP

Os PLLP revestem-se de algumas particularidades metodológicas, tais como:

- quadro estratégico
- dinâmicos
- participativos
- consensualizados
- autónomos

4. Cabo Verde – Portugal: As Mais-Valias de uma Cooperação... na Perspectiva de Desenvolvimento Local

4.1 Assistência Técnica/Parceria/Cooperação

✓ Desde o início da sua formulação, o PLPR desenvolveu-se, em parceria, com a participação de agentes cabo-verdianos e externos, em particular da organização portuguesa INDE e da sua rede de parceiros.

✓ Realizaram-se diversas actividades de intercâmbio, nomeadamente visitas/formação envolvendo ADL portuguesas (que viriam a constituir a Associação ACVER)

4.2 Projecto de Reforço das Parcerias e de Apoio à Execução do PLPR

A execução do projecto apoia-se nas potencialidades existentes:

- o conhecimento do processo
- relações directas entre actores do DL em Cabo Verde e em Portugal.

Baseia-se na ideia de uma parceria entre cada uma das 5 zonas do PLPR com uma (ou, eventualmente, várias) zona LEADER em Portugal e sua ADL, para o apoio às equipas locais e central, formação e troca de experiências e metodologia.

4.3 Protocolo de Cooperação ACVER/UCP-PNLP

✓ O objecto do protocolo é a promoção de acções de cooperação.

✓ Os fundamentos reportam-se, essencialmente, aos seguintes aspectos:

- Acções iniciadas e desenvolvidas, desde 2001,
- Laços de amizade e perspectivas de cooperação,
- A abordagem metodológica integrada, participativa e territorializada,
- Laços culturais, linguísticos, sociais e económicos, que ligam os dois países.

4.4 As particularidades de uma cooperação...

- formulação do PLPR
- seu percurso cronológico partilhado
- relações de proximidade / transição da assistência técnica para a cooperação e a parceria
- mobilização de vontades para causas comuns

Pelas dinâmicas sociais criadas e de inovação, que caracterizam esta cooperação, podemos melhor entendê-la e valorizá-la, atendendo às seguintes dimensões:

- **Desenvolvimento Local**
- **Territorial**
- **Humana**
- **Cultural**
- **Estratégica**
- **Participativa e Interactiva**
- **Intercâmbio**

5. Considerações Finais

A cooperação, os parceiros e os financiamentos externos, participam no processo de luta contra a pobreza, valorizando e capitalizando a aprendizagem mútua.

Os resultados atingidos até agora são encorajadores e as perspectivas que se abrem estimulam novos desafios.

É desejável alargar esta frente de cooperação a outras ADL portuguesas

Sendo o PLPR, um programa que se inspirou nos fundamentos de desenvolvimento local do programa europeu LEADER, é desejável ter, junto dos decisores deste, a sensibilidade e a flexibilidade consequentes, para viabilizar mecanismos consistentes de cooperação, com a União Europeia.

O FIDA assume-se como vector central do sistema, pelo acordo de crédito firmado com o Estado de Cabo Verde e associa-se, ainda, ao fundo fiduciário, no quadro da cooperação portuguesa.

✓ A localização de Cabo Verde e as várias iniciativas de cooperação, no quadro de acções conjuntas das ilhas da Macaronésia, com os Açores, a Madeira e as Canárias, podem constituir outra via para reforçar esta cooperação.

✓ O modelo de cooperação, que se está a construir, alicerçado em práticas de desenvolvimento local, no mundo globalizado em que vivemos, deve, pelos resultados conseguidos e pelas perspectivas do próprio processo, ser uma aposta e um incentivo para elevar os níveis de cooperação, nas relações de Cabo Verde com a União Europeia.

✓ O acompanhamento deste processo de construção de um programa de luta contra a pobreza, com a especificidade de estar a basear-se na intervenção das comunidades, pode ser estimulante em termos europeus, na medida em que acentua a participação das populações.

✓ Sendo, também, Cabo Verde, um país entre a Europa e a África, partilhando de uma forma esclarecida as duas culturas, pode constituir-se uma ponte para a compreensão da problemática africana e um parceiro em projectos múltiplos.

✓ Enquanto país membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, organização que abrange 4 continentes, pode constituir este espaço uma plataforma para novas descobertas e cooperações mais enraizadas nas populações.

✓ Outro quadro de cooperação, que deve merecer uma atenção e um tratamento especiais, coloca-se ao nível de municípios.

Cabo Verde – Portugal

As mais valias de uma cooperação... na perspectiva de desenvolvimento local

“Talvez este contacto olhos nos olhos sirva para nos fazer ver que o termo **Cooperação** não pode ser redutoramente associado apenas aos aspectos materiais e/ou económicos”. (Pessoas e Lugares)

Um modelo de desenvolvimento bem construído implica pelo menos a existência de três elementos fundamentais: uma visão do futuro, um projecto de mudança e uma liderança colectiva, participativa e abrangente comprometida com a mudança.

O desenvolvimento local no Brasil e a Rede DIIs

Caio Silveira
Coordenador da Rede DIIs



Objetivos da comunicação

1. Proporcionar uma visão geral das iniciativas de desenvolvimento local atualmente em andamento no Brasil, bem como dos principais temas relacionados a essas iniciativas.
2. Apresentar a Rede DIIs, um espaço de intercâmbio de informações e idéias entre atores de diferentes perfis, cujo móvel é o fortalecimento de alternativas de desenvolvimento local sustentável, no âmbito brasileiro e também internacionalmente.



O recente impulso ao desenvolvimento local no Brasil

Especialmente nos últimos seis anos, o desenvolvimento local (como tema, como estratégia, como experimentação concreta) tornou-se uma realidade no Brasil. Hoje, já é amplo e diversificado o elenco de iniciativas sob este enfoque, o que pode ser identificado nas diferentes regiões do país.



Elementos presentes nas iniciativas de desenvolvimento local

- um novo modo de ação em que as comunidades locais tornam-se agentes ativos - e não apenas beneficiários ou clientes de programas;
- a ênfase na capacitação e na aprendizagem social das populações locais;
- o apoio a processos de auto-organização dessas populações;
- a valorização da participação social no planejamento e gestão de políticas públicas e projetos territorializados (através de fóruns de desenvolvimento local ou arranjos similares);
- a ênfase no empreendedorismo (apoio aos micro e pequenos empreendimentos formais ou informais, individuais ou associativos, rurais ou urbanos);



Elementos presentes nas iniciativas de desenvolvimento local (continuação)

- o enfoque intersetorial com a articulação entre atores de diferentes tipos (organizações de base comunitária, entidades de assessoria, empresas, órgãos governamentais);
- a busca do nexo entre sustentabilidade social, econômica, política e ambiental, como alternativa a um padrão de desenvolvimento concentrador, socialmente excludente e ambientalmente destrutivo;
- o protagonismo local - os agentes locais como sujeitos do processo de desenvolvimento e mudança social.



Iniciativas diferenciadas quanto:

- às metodologias
- às ênfases temáticas
- ao vínculo ou não com programas abrangentes
- à abrangência geográfica (de comunidades de 2000 habitantes a regiões com 400 mil habitantes)



A Rede Dlis: origens e proposta

A proposta de formação de uma rede em torno do desenvolvimento local integrado e sustentável insere-se em uma trajetória que começou a ser desenhada cerca de seis anos atrás.



A Rede Dlis: origens e proposta

Origem:

O Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (1997-1999)

Finalidades do fórum:

- (i) a articulação de atores interessados em apoiar e promover o desenvolvimento local integrado e sustentável e
- (ii) a sensibilização de organismos governamentais, empresariais, da sociedade civil e internacionais, visando a multiplicação de iniciativas voltadas para o desenvolvimento local.



A Rede Dlis: origens e proposta

Entre os anos 2000 e 2001:

- ampliação do universo de organizações e programas envolvidos em iniciativas relacionadas ao desenvolvimento local
- amadurecimento da proposta de formação de uma rede em torno do desenvolvimento local



A Rede Dlis: origens e proposta

Objetivos da Rede Dlis

- propiciar acesso a informações e serviços úteis para a promoção do desenvolvimento local, facilitar a interlocução entre diferentes experiências,
- gerar maior qualificação à questão do desenvolvimento local,
- fomentar uma cultura de trabalho em rede.



Instituição-sede da Rede Dlis:

Rits - Rede de Informações para o Terceiro Setor (organização da sociedade civil de interesse público, que tem o fomento a redes sociais e virtuais entre seus objetivos principais)

A Rede Dlis é uma rede mista e plural, aberta a pessoas e organizações de todos os setores (sociedade civil, governo e iniciativa privada).

Participantes: pessoas e organizações envolvidas em programas e experiências concretas de desenvolvimento local em todo o Brasil, bem como formuladores e pesquisadores que trabalham com o tema.



Pontos de referência da Rede Dlis

Ambientes na Internet:

<http://www.rededlis.org.br>

<http://expo.rededlis.org.br>

Macroevento anual:

Expo Brasil Desenvolvimento Local



Expo Brasil Desenvolvimento Local

2ª Edição:

5 a 8 de novembro de 2003 (Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil)

Público esperado: 2500 pessoas

Ambiente físico:

- Dois teatros e seis auditórios para palestras, painéis temáticos, painéis de experiências e oficinas
- Área de 1.500 m² para feira de projetos, serviços e produtos



Expo Brasil Desenvolvimento Local

Principais temas (todos em conexão com o desenvolvimento local):

- arranjos produtivos locais
- microcrédito
- desenvolvimento rural sustentável
- segurança alimentar
- socioeconomia solidária
- democracia participativa
- meio ambiente
- gênero



A ampliação e o adensamento das conexões sociais dentro e fora do Brasil - na perspectiva de fortalecer concepções e práticas fundadas no nexo entre desenvolvimento sustentável e protagonismo local - é o principal desafio e razão de ser da Rede DIIS.



Estender as redes de cooperação LEADER Cooperação com os países do Sul

A Cooperação Bilateral na Expansão do Programa LEADER

Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia*

Resumo

A cooperação internacional com os países do sul (menos desenvolvidos), independentemente dos discursos políticos, tem vindo, de acordo com os últimos dados, a regredir e, na década de 90, a média da ajuda dos países ricos aos mais desfavorecidos terá mesmo baixado de 0,37% do RNB para 0,22% em vez de ter subido para os 0,7% a que aqueles países se tinham comprometido a alcançar até ao fim do século passado. De acordo com as estimativas do Banco Mundial, o fracasso da ajuda pública ao desenvolvimento rural ainda foi mais notório uma vez que dos 12,5% que representava do total da ajuda pública ao desenvolvimento em 1990, ela terá baixado para os 5% em 2000 e, no caso particular português tal percentagem cai ainda para 1,4% sendo ainda verdade que um dos fracassos frequentemente referidos para tal é o facto do público-alvo raramente ser atingido. O facto da União Europeia, prever que a segunda fase do Programa Leader se poder deslocar para os países do Sul em projectos de cooperação parece demonstrar um acordo para a realidade da imperiosa necessidade para o desenvolvimento rural daqueles países. A criação de sinergias a nível local entre interesses públicos e privados, o incentivo para a diversificação das produções e a comercialização poderão fomentar o aparecimento de empresas e instituições que se tornem em verdadeiros motores não apenas do desenvolvimento rural mas local, regional e mesmo nacional contrariando as visões pessimistas que recentemente têm aparecido. O autor refere as potencialidades do modelo mas adianta algumas contrariedades que poderão surgir para a sua implementação tendo em conta os mecanismos que regulam a cooperação bilateral nomeadamente a portuguesa.

1 – Introdução

No seguimento das novas políticas definidas pela Política Agrícola Comum (PAC) para o período 2000 – 2006, a União Europeia tenta dar ao programa Leader uma nova vertente e que é a de fomentar a expansão deste projecto para uma cooperação transnacional e uma envolvente crescente com os países do Sul mais pobres chegando mesmo a referir claramente nos seus objectivos “...apoiar projectos-piloto realizados por um grupo de acção local e estimular o intercâmbio de experiências e a cooperação transnacional neste domínio”. Se bem que transnacional possa querer dizer dentro da Europa o certo é que não exclui outras áreas geográficas e a essas, pela sua especificidade é que lhes darei alguma atenção na minha comunicação.

Desta forma, o programa LEADER, que na Europa tem alcançado tantos resultados positivos ao nível do desenvolvimento local, tenciona agora levar para fora dessa mesma Europa toda a sua dinâmica como parte activa do desenvolvimento dessas regiões.

* Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia na UTL. Comunicação apresentada no Seminário “Estender as Redes de Cooperação LEADER”

Quais serão então as perspectivas para que esse programa venha no futuro a alcançar nos países do Sul as mesmas taxas de sucesso que alcançaram em algumas regiões europeias? É evidente que a resposta não poderá ser directa nem simples.

Quanto a mim, e embora deva confessar que não sou um especialista deste programa, a sua generalização para tais regiões poderá ter muitas potencialidades mas também terá os seus pontos fracos e é para esses que, numa primeira fase da comunicação gostaríamos de chamar a devida atenção sempre com o objectivo de tentar evitar no futuro os maus resultados e não o de nos fazer-mos passar por um “cardeal do diabo”.

2 – Os Fundamentos

Comecemos então por aquilo que podemos considerar como o mais que provável calcanhar de Aquiles para a expansão do projecto e que será a generalização indiscriminada do programa. Será natural esperar e observar numa primeira fase, uma tentativa de se duplicar ou replicar para regiões com contextos sócio-económicos diferentes as receitas já tentadas na Europa com maior ou menor sucesso como forma de rapidamente obtermos alguns resultados. Tal situação seria um erro grosseiro que, muitas vezes, mesmo os mais avisados têm tendência a cometer. Na realidade, a tentativa pura e simples de replicarmos experiências que obtiveram êxito em determinada região para outra, mesmo que aparentemente semelhante, tem normalmente conduzido a fracassos uma vez que, as condições de cada situação obrigam a um conhecimento específico e adequado que conjugue de forma harmoniosa os conhecimentos técnicos, económicos e sócio-institucionais disponíveis.

Porém, antes de uma breve caracterização daquelas regiões talvez valha a pena dar a devida atenção a alguns dos princípios da PAC que terão estado na génese do aparecimento do programa LEADER :

- A questão relacionada com a produção intensiva
- Os problemas ambientais
- O declínio do emprego e das actividades agrícolas
- O êxodo rural e o envelhecimento da população
- Desactivação de muitas zonas rurais

Estes cinco princípios, que terão sido a justificação para o nascimento do programa LEADER na Europa, não terão a mesma aplicação para os países do Sul e, quando o têm, devem ser encarados de outra forma e principalmente quando estivermos a tratar com países africanos.

- a) - No que diz respeito à produção intensiva, trata-se de uma realidade que para a generalidade dos territórios do Sul não existe. Se é verdade que no tempo colonial algumas culturas de exportação, nomeadamente o café e o cacau, chegaram a alcançar boas performances, aquele continente tem perdido a sua competitividade e mais preocupante do que isso, não tem conseguido produzir alimentos suficientes para acompanhar o crescimento da população sendo mesmo a única região do globo onde se espera que nos próximos 20 anos, a disponibilidade de alimentos per capita diminua e o número de famintos aumente. Esta realidade, como sucintamente se descreve é completamente diferente daquela que actualmente se vive na Europa uma vez que aqui, os alimentos produzidos são suficientes para sustentar toda a

população europeia, isto é, um cenário bem diferente do que temos em África onde assistimos hoje a uma confrangedora generalização do número de pessoas com fome.

- b) Problemas ambientais – a este respeito, e embora eles também se possam colocar nos países do Sul, o seu enquadramento é de igual forma completamente diferente. Na Europa, os atentados agrícolas contra a natureza estão geralmente relacionados com a utilização em excesso de diferentes factores de produção (fertilizantes, água, pesticidas ou outros químicos) ou com o recurso a deficientes práticas culturais (uso indevido de mecanização) ou ainda com sistemas de produção deficientes. Tal situação traduz-se, normalmente, na degradação dos solos pelos mais diversos tipos de erosão (eólica, hídrica e química), na destruição de insectos benéficos para o ambiente, na criação de resistências por parte das infestantes e de determinados insectos e ainda, na contaminação dos lençóis freáticos e, muitas vezes, mesmo dos recursos hídricos. Nas regiões mais desfavorecidas, embora aquelas situações se possam pontualmente encontrar, a degradação ambiental e a perda da biodiversidade não estão relacionados com o recurso em excesso dos factores de produção uma vez que eles, ou não existem ou são muito caros. Nestas regiões, serão então as práticas tradicionais que, por diferentes razões, deixaram de dar resposta às necessidades reais das populações rurais cada vez mais numerosas e, segundo os últimos números avançados, tais práticas serão hoje responsáveis por 60% do abate da floresta com o natural reflexo nas condições ambientais futuras
- c) - Declínio do emprego e da actividade agrícola – Enquanto na Europa se assiste a uma fuga do mundo rural das actividades económicas e por consequência ao aumento de desemprego que gera a natural desertificação humana das regiões rurais. Em África, a agricultura ainda não é uma actividade económica e os empregos no mundo rural nunca abundaram já que as actividades de subsistência nunca deixaram de ser as mais marcantes. Podemos mesmo dizer que, na generalidade e contrariamente a tudo o que seria de esperar, as opções de desenvolvimento dos países africanos nunca passaram pela agricultura pelo que só muito dificilmente aparecem no mundo rural actividades geradoras de empregos.
- d) – Êxodo rural/ envelhecimento das populações – Esta realidade cada vez mais penosa nos países europeus, está ainda longe de acontecer em África. Ali, cerca de 70 a 80% da população vive ainda no meio rural pese o contínuo registo de fuga de população para os grandes centros urbanos. Os dados mais actuais acentuam ainda que, só por volta do ano 2020 a população urbana nos países do Sul terá o mesmo valor que a população rural, cerca de 50% do total. No que diz respeito ao envelhecimento da população, tal facto também não acontece nos países do Sul uma vez que o alto índice de natalidade e o baixo índice de esperança de vida fazem com que a percentagem de gente nova da população seja muito elevada. Além do mais, convém não esquecer dois outros factores. Nestas sociedades, os mais velhos ficam normalmente a cargo dos mais novos e, em alguns países, há também que ter em conta a pandemia do vírus HIV/SIDA que tem contribuído de forma decisiva para a desarticulação das sociedades e para as quais é necessário darmos a devida atenção.
- e) – Desactivação de muitas zonas rurais – Pelo que fica dito, este risco não se corre na maior parte das regiões do Sul tendo em conta o aumento demográfico que se vai registando naquelas regiões a não ser naquelas em que a pressão demográfica é tão

forte que conduziu à degradação completa do local e por isso obrigou a população a deslocar-se ou a refugiar-se noutra localidade em busca da sua sobrevivência. Estaremos então perante uma realidade completamente diferente da que podemos observar no continente europeu pelo que todos os cuidados serão poucos na formulação dos novos projectos além do que as acções âncora deverão partir do desejo das comunidades rurais dos países do Sul e nunca ter por base ideias pré-concebidas por melhor que elas tenham funcionado na Europa. É certo que haverá regiões em que a guerra provocou um êxodo rural com a fuga para alguns dos centros urbanos ou para os países limítrofes. Nestes casos, haverá então que criar condições para o regresso das populações aos locais de origem de forma a aliviar a pressão sobre regiões que não têm capacidade para suportar tanta gente (o caso de Luanda em Angola será actualmente uma das maiores evidências das dificuldades que teremos que encarar). O certo é que, independentemente dos esforços desenvolvidos, a realidade tem mostrado que, depois de viverem na cidade e principalmente os mais novos, o regresso ao campo, e independentemente da baixa qualidade de vida que a cidade pode proporcionar não constitui um forte aliciente.

Como se verifica, os princípios que devem nortear a formulação destes novos projectos com os países do Sul, deverão ter em atenção todas estas diferenças que, só aqui estão referenciadas como chamada de atenção aquando da formulação dos mesmos e não como qualquer tentativa de deitar por terra logo à partida qualquer proposta de cooperação. Antes pelo contrário, no caso do continente africano, pelas mais diversas razões, grande parte das abordagens de desenvolvimento falharam ou os resultados obtidos foram pouco satisfatórios pelo que, esta abordagem, ao centrar-se nas forças vivas locais poderá ser decisiva quer no diagnóstico correcto das necessidades mais prementes da população assim como na formulação de um novo “modus operandi” que tenha não só em conta o papel do saber local para o seu próprio desenvolvimento como a captação das pessoas para uma melhor apreensão e adaptação de situações que tenham tido sucesso noutras regiões. O programa LEADER (**L**igação **E**ntre **A**cções **D**esenvolvimento **E**conomia **R**ural) apostando nas parcerias locais onde os actores locais têm uma participação activa no plano do seu próprio desenvolvimento poderá, atendendo ainda a todo o conhecimento acumulado, ser na realidade uma nova forma de equacionar as reais necessidades do mundo rural dos países do Sul e ao mesmo tempo ser um veículo para um novo tipo de intervenção que nos traga resultados positivos e que eles se transformem no tão desejado desenvolvimento sustentável para as comunidades rurais mais desfavorecidas.

3 – A Nova Consciência

Aceitando então que esta nova metodologia, tendo em conta os cuidados já referidos, nos poderá conduzir a novos caminhos, abordemos então de seguida alguns outros aspectos importantes que, por complementares, poderão ter uma importância decisiva para o êxito ou insucesso deste tipo de intervenção e que são as tradicionais cooperações multilateral e mais especificamente aquela que aqui nos trás hoje, a cooperação bilateral portuguesa. Esta importância advém naturalmente de estes tipos de cooperação poderem vir no futuro a suportar os projectos que vierem a ser definidos.

Na realidade, e independentemente dos discursos políticos, o que assistimos na cena internacional, é a uma diminuição dos fundos destinados à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). De facto, durante a década de 90, a ajuda pública dos países

mais ricos passou em média, de 0,37% do PNB desses países para os 0,20% em vez de se atingirem os 0,7% a que todos se tinham comprometido e que muito poucos cumpriram. Porém, quando esta ajuda é observada mais em pormenor, nomeadamente a evolução que teve a ajuda ao desenvolvimento rural, então os números são ainda muito mais esclarecedores e talvez chocantes e espelham um pouco a importância cada vez mais reduzida que é dada, pela comunidade internacional, a uma região onde ainda hoje vivem mais de 70% dos humanos. Na realidade, enquanto em 1990 o apoio ao desenvolvimento rural representaria cerca de 12,5% da ajuda pública ao desenvolvimento, em 2000, aquela percentagem tinha regredido, segundo números do próprio Banco Mundial, para cerca de 5% além do que, pese embora todo o esforço desenvolvido, se continua a observar uma contínua falta de complementaridade entre a intervenção das diferentes cooperações o que dá a ideia que elas se processam mais de acordo com as áreas de interesse dos países doadores do que com os reais interesses de cada país receptor mesmo quando estes têm capacidade para a possível coordenação. Aliás, a própria observação da forma como a APD é calculada poderia levar-nos a questionar se, o que se faz hoje em cooperação merece mesmo aquela designação, mas essa questão fica para outra comunicação e noutra local.

É verdade que a divulgação destes números alertou as diferentes entidades e, na Cimeira Mundial de Joanesburgo em 2002, a Agricultura e o Desenvolvimento Rural voltaram a ter, pelo menos nos papéis, o seu devido realce. Nos documentos apresentados quer pelo Banco Mundial quer pelas Nações Unidas através do seu Secretário-geral Koffi Anan que apresentou a iniciativa WHEAB (water, health, education, agriculture, biodiversity), o desenvolvimento rural foi, pela primeira vez desde há muito tempo, individualizado como uma das prioridades. Ainda em termos de tomada de consciência desta grave situação há a referir o aparecimento do NEPAD, a nova iniciativa para o desenvolvimento africano que, se bem ainda que na fase de discurso, individualizo o desenvolvimento rural, pela primeira vez na história do continente, como uma das prioridades para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

4 - A Cooperação Bilateral

Neste tipo de cooperação e para a maior parte dos países que a suportam, como acontece para o caso português, continua a haver uma grande confusão em fazer-se a distinção clara, entre aquilo que deve ser considerado ajuda pública ao desenvolvimento e aquilo que, muitas vezes, se denomina diplomacia de influência (de longe a mais comum entre os estados que a praticam) a qual, e independentemente dos resultados alcançados, raramente se faz sentir junto daqueles que realmente mais precisam, naturalmente as comunidades rurais que, pelo seu isolamento estão mais longe de todo o tipo de influência e de informação.

No caso português, que não é muito diferente de alguns dos parceiros europeus, todos os que de alguma forma se tentam manter informados sobre estas matérias, não deixaram de ficar admirados e surpreendidos quando, pela internet, observavam a classificação dada a Portugal pelo Center for Global Development, o terceiro lugar como doador aos mais necessitados entre os 21 países pertencentes ao Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), à frente da Noruega, Suécia e Luxemburgo os quais, a par da Holanda e da Dinamarca são os únicos cuja ajuda já atingiu os 0,7% do seu PNB (actual RNB) a que internacionalmente se tinham comprometido para a ajuda dos países mais desfavorecidos. Porém, uma leitura mais atenta do relatório permite

verificar que, tal classificação é alcançada através do cruzamento e da ponderação de alguns índices nomeadamente ajuda, comércio, investimento, forças de manutenção da paz, ambiente e políticas de imigração e que, no caso português, a pontuação obtida nos índices “forças de manutenção da paz”, no de “comércio” e principalmente no de “investimento” (particularmente no Brasil) foram decisivas para a obtenção de tal classificação. Na componente “ajuda” indicador onde poderão estar os fundos para os projectos, Portugal fica-se pelo 13º lugar ainda que em termos relativos já que nos referimos à percentagem do PNB (RNB).

Note-se ainda, que independentemente da forma como estes números são quantificados para a APD e que não são objecto desta comunicação, no caso português, em que a agricultura e o desenvolvimento rural figuram no discurso político como uma das prioridades de intervenção, em 2001, apenas 1,4% da APD portuguesa era destinada àquele sector o que naturalmente dificulta a percepção de que este sector seja na realidade uma das prioridades para a cooperação portuguesa.

Porém, para quem desejar recorrer aos mecanismos da cooperação bilateral portuguesa para a integração dos projectos que vierem a ser formulados, existem ainda algumas características e especificidades para as quais deveremos dar a devida atenção.

- **Coordenação** – A cooperação portuguesa é tutelada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e coordenada pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação sendo actualmente o IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) a instituição responsável pelos diferentes programas de cooperação. Pese embora esta situação, existem ainda alguns Ministérios que, através dos seus diferentes departamentos de cooperação encetam programas de cooperação Ministério a Ministério chegando, muitas vezes, a não dar conhecimento ao organismo coordenador o que gera naturalmente alguns atritos e mal entendidos que poderiam ser facilmente evitáveis. Naturalmente que a intervenção de cada Ministério, está directamente ligada ao montante de verbas que consegue disponibilizar para a cooperação e não a qualquer estratégia definida. Em períodos de crise, os montantes destinados àquelas acções são residuais o que fortalece a necessidade de os fundos estarem concentrados e a estratégia claramente definida sobre os objectivos a alcançar.
- **Concentração das Intervenções** – uma das situações que é possível observar é que a quase totalidade dos programas de cooperação se registam e concentram com os países de expressão oficial portuguesa sendo porém difícil descortinar qualquer estratégia na definição de países ou receptores alvo. Como exemplo refira-se a expressão que a ajuda a Timor Leste assumiu em 2002 a qual, não poderá deixar de ser considerada desproporcionada e muito elevada mesmo tendo em conta todos os compromissos assumidos e as razões humanitárias.
- **Os actores intervenientes** – fazendo Portugal (ou tentando fazer) a concentração e a coordenação das intervenções da cooperação através da Secretaria de Estado da Cooperação e tratando-se no essencial de uma cooperação estado a estado, é natural que o país terceiro, também tente concentrar essa ajuda o que realmente acontece quer através da coordenação do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou do Ministério do Plano. Embora politicamente talvez não seja fácil fazer de outra forma e sendo estes ministérios influenciados por toda uma população urbanizada, não

podemos deixar de nos preocupar com a representatividade das populações rurais (amplamente mais significativas nestes países) na definição das prioridades de intervenção tanto mais que, a cooperação portuguesa tem pautado a sua intervenção na tentativa de responder aos anseios que lhe são colocados por países terceiros tendo cada vez mais uma intervenção diminuta na definição das prioridades o que pensamos que seria uma atitude a repensar se de facto fossemos capazes de definir uma estratégia que, não esquecendo as intervenções dos outros países doadores, apontasse para uma estratégia de intervenção mais adequada no âmbito da ajuda pública ao desenvolvimento cada vez mais na óptica do respeito dos direitos humanos e menos preocupada em ser politicamente correcta o que entendo no panorama actual não deva ser muito fácil de conseguir.

- **Os mecanismos** – a cooperação bilateral portuguesa articula-se por país receptor através da programação de planos trianuais de intervenção, os Programas Indicativos de Cooperação (PIC) os quais, por necessidade orçamental (contabilidade pública) e de acertos dos sucessos ou insucessos dos diferentes programas de intervenção aprovados, se consubstanciam nos Programas Anuais de Cooperação (PAC). Tendo em conta os imperativos em jogo, parece-nos ser uma forma razoável de trabalhar mas que obriga a todos os agentes em jogo (programadores, executores e avaliadores) a trabalharem em tempo útil e de forma eficiente de maneira a que a orçamentação anual seja rigorosamente cumprida. Por experiência própria reconheço que tal eficiência não é muitas vezes passível de se conseguir pelo que defendo, para o organismo Coordenador da Cooperação, o acesso à transição dos saldos anuais os quais, devidamente suportados, deverão ser libertos quase de imediato evitando-se, os atrasos, por vezes vergonhosos, para a autorização de transição daqueles mesmos saldos o que naturalmente se evidencia em mais uma das já inúmeras dificuldades do sector. Sendo então estes mecanismos, e não contando com verba que a cooperação nos últimos anos vem destinando para a intervenção da sociedade civil (ONGD's) onde, este tipo de acção que hoje aqui estamos a tratar poderá recorrer, parece-nos que a estratégia que poderá trazer mais possibilidade de êxito será a de os parceiros portugueses (associações locais) combinarem e acertarem com as suas congéneres do Sul uma estratégia de intervenção que possa ser incluída no PIC e tentar que os parceiros do Sul tenham capacidade de intervenção e influência junto do Coordenador local por forma a que ao ou aos projectos seja dada a devida prioridade para que possam ser enquadrados pelo referido programa trianual o que, a acontecer, facilitará e muito o despoletar de todo o processo.

Em conclusão, penso que poderíamos dizer que a extensão do programa Leader para os países do Sul poderá ser uma ferramenta importante na busca do desenvolvimento sustentável das comunidades rurais desde que tenhamos em atenção as particularidades de enquadramento do programa naquelas regiões e que saibamos tirar partido dos mecanismos que a cooperação multilateral e bilateral forem capazes de disponibilizar pelo que, o estudo e a percepção desses mesmos mecanismos poderá vir a revelar-se essencial para o sucesso desejado.

Muito obrigado

Estender as Redes da Cooperação LEADER

Augusto Manuel Correia

A COOPERAÇÃO BILATERAL

LEADER na PAC 2000 - 2006

... Apoiar projectos - piloto inovadores realizados por um grupo de acção locais e estimular o intercâmbio de experiências e a cooperação transnacional neste domínio.

LEADER

- Ligação
- Entre
- Acções
- Desenvolvimento
- Economia
- Rural

POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

- Questiona-se a produção intensiva
- problemas ambientais
- declínio do emprego e actividades agrícolas
- êxodo rural/ envelhecimento da população
- desvitalização de muitas zonas rurais

Alguns princípios do programa

- Parceria local
- Participação dos actores locais
- Plano de desenvolvimento local
- Multisectoralidade
- Subvenção global
- Autonomia de decisão
- Trabalho em rede

A cooperação internacional

- Multilateral
- Bilateral

Evolução das políticas de intervenção

A Realidade

- Década de 90 a APD baixou 0,37 para 0,22% do PNB dos doadores
- Em 1990 a APD ao sector agrícola representava 12,5% do total e em 2000 a % baixou para 5.
- Portugal o sector representa apenas 1,4 da ajuda

Cuidados a observar

- Princípios
- Tipo de abordagem
- A tradição das cooperações
- A falta de complementaridade das diversas cooperações
- O caso português
 - Descentralização versus actores da cooperação
 - Os PIC e os PAC

Oportunidades e constrangimentos para a cooperação com os países do Centro e Leste Europeu

Samuel Thirion

A situação nos países de Leste

- 1- Países candidatos:
 - Meio rural ainda vivo
- 2- Países não candidatos
 - Pobreza em meio rural – êxodo rural forte

A evolução das políticas

- Países candidatos: Prioridade dada a modernização da agricultura (SAPARD) e infra-estrutura (ISPA)
- Países não candidatos: Prioridade a reforma administrativa e infra-estruturas (TACIS)
- Fracas possibilidades em termos de desenvolvimento local e cooperação da sociedade civil (Lien – programa Twinning)

A reacção da sociedade civil

- Numerosas iniciativas locais (exemplo: Dolina Strugu na Polónia)
- Organização de rede por país (Hungria, Estónia, Polónia, Eslováquia, etc.)
- Desenvolvimento de redes internacionais, hoje federadas no programa PREPARE (www.preparenetwork.org)

Possibilidades de cooperação

- Dar continuidade e valorizar a cooperação já realizada
- Alargar as redes temáticas para os países de Leste: exemplo: termalismo, vinho, etc.
- Integrar-se na rede existente (intercooperação)
- Lançar novas formas de cooperação (por exemplo, ligando a cooperação com as respostas à emigração)

Os apoios existentes para a cooperação com os países de Leste (fora do LEADER+)

- 1- A nível da Comissão Europeia
 - Países candidatos: INTERREG em 2004
 - Países não candidatos: ver país por país o programa twinning:
<http://europa.eu.int/comm/europeaid/cgi/frame12.pl>
- 2- Apoios do Concelho da Europa: mais em termos políticos do que financeiros
- 3- Fundações privadas – ver rede PREPARE.

Conclusão

- Ter um objectivo político geral para mobilizar fundos públicos (nacionais, CE, etc.)
- Integrar-se na rede existente PREPARE: papel específico dos LEADER portugueses nesta rede
- Papel essencial da Federação Minha Terra (e/ou ACVER?)



IFAD
INTERNATIONAL
FUND FOR
AGRICULTURAL
DEVELOPMENT

FIDA
FONDS
INTERNATIONAL
DE DÉVELOPPEMENT
AGRICOLE

FIDA
FONDO
INTERNACIONAL
DE DESARROLLO
AGRICOLA

IFAD
الصندوق
الدولي للتعمية
الزراعية

Lutter contre la pauvreté par la promotion du développement local

L'expérience du FIDA

M. Manssouri, Chargé de portefeuille, FIDA

Leçons clé...

- ⌘ Le développement économique et social local résulte de l'interaction entre:
 - ☑ agents publics (pour délivrer des biens publics)
 - ☑ agents privés (pour délivrer des biens privés)
 - ☑ organisations de la société civile (représentation, intermédiation, facilitation)
 - ☑ organisations communautaires (« empowerment », représentation, et approvisionnement en services)
- ⌘ nécessité de séparer les mécanismes pour délivrer les biens privés et publics

8/8/2003

2

Leçons clé (suite)

- ⌘ Dans le processus pour délivrer biens et services, le dernier « lien » avant d'atteindre ménages et individus (organisations communautaires, groupes d'aide, d'intérêt commun, de femmes...) est crucial. C'est le fondement de tout mécanisme institutionnel renforçant les capacités de décision (« *empowering* »)
- ⌘ La mobilisation / animation sociale est clé pour construire cette strate institutionnelle

8/8/2003

3

Caractères clé de conception: similarités et différences par rapport au modèle Leader

- ⌘ Promouvoir l'animation et la mobilisation de la base:
 - ☑ renforcer ou aider à émerger les ACD, les GIC, autour d'activités concrètes (nécessité d'avoir un enjeu)
 - ☑ informer les partenaires potentiels sur l'approche du programme, et les former à jouer leurs rôle et à prendre leurs responsabilités
- ⌘ Construire un partenariat local en établissant des commissions régionales de partenaires (CRPs) sous statut privé
 - ☑ développer une culture de partenariat : les activités sont conçues et exécutées suivant les principes de partenariat
 - ☑ établir les CRP comme forum cohérent de consultation, de décision et d'apprentissage, avec la participation des ACDs/GICs, Municipalités, ONG, services déconcentrés

8/8/2003

4

De « l'empowerment » des communautés au dialogue politique...

- ⌘ Le processus d'empowerment :
 - ☑ tester l'approche à travers des activités concrètes d'investissement
 - ☑ formation et construction des capacités
 - ☑ ciblage des groupes et communautés rurales pauvres dès l'animation
 - ☑ partenariat complet et structuré de la conception d'une stratégie régionale de réduction de la pauvreté (PLLP avec axes d'investissement social, économique, groupes cible, mécanismes de ciblage) à l'exécution
 - ☑ majorité des voix dans les CRP garantie pour les communautés
 - ☑ construire la confiance et la cohésion : la valeur du capital social

8/8/2003

5

De « l'empowerment » des communautés au dialogue politique (suite)

- ⌘ Questions de dialogue politique:
 - ☑ mécanismes de transfert de fonds publics à des associations de droit privé
 - ☑ instruments pluri-annuels pour financer les PLLP
 - ☑ établir des mécanismes de contrôle *ex post*

8/8/2003

6

Une combinaison d'instruments et de méthodologies...

- ⌘ Outils de diagnostic :
 - ☐ analyse institutionnelle de l'administration publique
 - ☐ analyse politique: distribution des pouvoirs au niveau national et local
 - ☐ analyse de la pauvreté (base de données du Gouvernement)
 - ☐ animation intensive: dialogue, méthodes d'enquête rapide...
 - ⌘ Mécanismes de planification et d'exécution:
 - ☐ préparation de PLLP conjoints et d'une vision commune
 - ☐ "convenções-quadro" pluri-annuelles/ "contratos-programa" annuels
 - ☐ coûts plafonds (raisonnables) pour les projets communautaires
 - ☐ identification des priorités laissée aux communautés, suivi par les animateurs
 - ☐ encouragement du partenariat et du co-financement
- 8/8/2003 7

Des mécanismes de partenariat « redevables » à la base

- ⌘ Transparence financière au niveau des communautés et des CRP
 - ⌘ La responsabilité contractuelle sous la responsabilité du président du CRP
 - ⌘ Le CRP est responsable du suivi de l'exécution, rend compte à l'AG où les ACDs et les GIC ont la majorité
 - ⌘ L'UCP (représentant le Gouvernement au niveau national) assure le suivi d'impact, et évalue le partenariat
 - ⌘ Les communautés devraient s'impliquer dans l'évaluation de la performance des fournisseurs de service
- 8/8/2003 8

Architecture du Programme: « compromis entre le temps et l'argent »

- ⌘ Mécanisme Flexible de Financement (MMF):
 - ☐ engagement à long terme (9 ans)
 - ☐ organisation en trois phases avec des déclencheurs:
 - ☐ Phase I: construction institutionnelle et activités démonstratives;
 - ☐ Phase II: Premier cycle de PLLP
 - ☐ Phase III: Second Cycle de PLLP et stratégie de sortie
 - ⌘ Coûts : 18 millions USD - 50% par le FIDA, 36% par le gouvernement et 14% par les usagers
 - ⌘ Petite UCP sous le PNLP : l'animation est contractées sur base compétitive
 - ⌘ Activités déterminées par les communautés et les partenaires (liste négative)
 - ⌘ Coûts plafonds raisonnables pour les projets des communautés
- 8/8/2003 9

Progrès et défis...

- ⌘ "Utilité" du dialogue politique:
 - ☐ évolution de la position du gouvernement: d'une réception froide à la formulation vers un appui très fort à l'exécution
 - ☐ une nouvelle législation reconnaissant les CRP
 - ☐ intérêt fort d'autres partenaires et bailleurs de fonds pour l'approche
 - ⌘ S&E effectif:
 - ☐ monitoring rigoureux du style de management;
 - ☐ S&E des processus de prise de décision;
 - ☐ analyse qualitative de la performance et de l'impact: « la manière dont les activités sont exécutées nous renseigne sur leur contribution à construire du capital social »
- 8/8/2003 10

Progrès et défis (suite)

- ⌘ Relations avec les autorités locales (AL):
 - ☐ Animation / démonstration efficace
 - ☐ Consensus : AL et PLPR ne sont plus perçus comme des processus concurrents mais plutôt comme complémentaires
 - ☐ Échange d'information accru, plus de co-financement, de planification conjointe...
 - ⌘ Atteindre les ménages pauvres, les femmes et les jeunes
 - ⌘ Les risques de « détournement »
 - ⌘ Le processus politique
- 8/8/2003 11

L'avenir...

- ⌘ Continuer l'approfondissement de l'approche pour atteindre les groupes cible
 - ⌘ Les CRP: forum, canal et espace de développement local : d'autres bailleurs seraient intéressés par le co-financement
 - ⌘ Domaines Thématiques pour stimuler les échanges et l'innovation
 - ⌘ Liens avec des groupes similaires : mobiliser les potentiels des sociétés civiles - PLPR/ADL Portugais (TF Portugais)
 - ⌘ Continuer à apprendre
 - ⌘ Quelle durabilité - quels changements qualitatifs
- 8/8/2003 12

**ENQUADRAMENTO, APRESENTAÇÕES
E
CONCLUSÕES
DOS
GRUPOS DE TRABALHO**

ENQUADRAMENTO TÉCNICO AOS GRUPOS DE TRABALHO

I. Aspectos práticos de organização

1. Considerações gerais

- Os grupos de trabalho foram concebidos com o objectivo de proporcionar uma discussão ampla e plural dos temas do seminário a partir de exemplos de projectos de cooperação
- Para alcançar este objectivo foi definida a apresentação de 2/3/4+ projectos por cada grupo de trabalho, cuja articulação e debate será efectuada por um moderador.
- Cada projecto contará com um tempo médio de apresentação de 20 minutos. Este tempo deve ser respeitado, podendo, no entanto, o moderador alterá-lo em função de ajustamentos técnicos ou de cumprimento de horários.
- Cada grupo de trabalho poderá contar com cerca de 50 pessoas.
- Cada apresentador deverá, sempre que possível, distribuir documentação de base sobre o projecto, incluindo, se possível, cópia da comunicação/"power point" apresentado
- O moderador de cada grupo de trabalho introduzirá o tema e fará uma breve apresentação dos proponentes.
- Para introduzir o debate o moderador colocará algumas questões chave ao grupo de trabalho.
- No período de debate e sempre que o número de intervenções o permita, recomenda-se que as respostas sejam dadas por cada três questões colocadas.
- Finalizada sessão, o moderador elaborará um breve resumo das principais ideias e conclusões produzidas no grupo de trabalho. Este resumo deverá ser entregue à Comissão Organizadora de forma a integrar o painel de conclusões gerais do Seminário que decorrerá dia 23 antes do encerramento.

II. Aspectos específicos de carácter técnico e de funcionamento dos grupos de trabalho

Data: 22|05|03

Horário: 15:00 – 18:00

Grupo 1 – **Saber fazer: aquisição de competências, aprofundamento de conhecimentos**

Moderador: Dr. João Carlos Pinho

- Drº Ana Souto - Apresentação do Projecto "**Cooperar em português**"
- Prof. Mota Alves/D. Alcina Costa - Apresentação do Projecto "**Club Biorede**"
- Drª Carla Duarte – Apresentação do Projecto "**C3 – Consultoria para o 3º Sector**"
- Pausa para café e período de debate

Nota: sempre que possível deverão ser entregues documentos de suporte ao projecto apresentado, incluindo cópia de diapositivos

Questões orientadoras para o período de debate:

- Contexto: a cooperação como uma oportunidade actual no redesenhar de algumas soluções de trabalho para o mundo rural!
 - A cooperação no contexto e dinâmicas mundiais.
 - A cooperação no contexto da reforma da PAC, do futuro das iniciativas comunitárias pós-2006 e do futuro dos fundos estruturais
 - A cooperação no contexto da qualificação das ADL/GAL, dos territórios e dos produtos
 - A cooperação como processo de reforço e consolidação da competitividade das ADL e dos territórios pela via do conhecimento
 - As temáticas pertinentes e adequadas à cooperação: aquisição e transferência de "know how", a reflexão e a consciência crítica; o edifício legislativo, o turismo; os produtos agro-alimentares; o artesanato; ...

- A articulação e envolvimento do público e da sociedade civil nos processos de cooperação
- Função de laboratório e exercício de experiências? Consolidação de redes ?
- A construção dos projectos de cooperação!
 - Que objectivos devem contextualizar a construção de projectos de cooperação? Que articulação com os PDL? Que articulação com os cenários futuros ? Que articulação com os Planos de Ordenamento Locais e Regionais?
 - O seu financiamento: LEADER +; outros programas (EQUAL, INTERREG, ...); outras instituições (FAO, FIDA, PNUD, Direcções Gerais europeias, ...)
 - O contexto geo-político da cooperação: os países aderentes; os países de expressão portuguesa; os países da América Latina e de África, ...
 - Que parcerias ? outros GAL, outros parceiros
 - Os constrangimentos à construção dos projectos de parceria: códigos de comunicação e de comportamento diferentes; os aspectos linguísticos; as questões funcionais, o financiamento e elegibilidade das despesas...

Grupo 2 – A cooperação no contexto das soluções para os territórios e produtos rurais

Moderador: Dr^a Manuela Sampaio

- Eng^a Elsa Neves - Apresentação do Projecto **“Animação da comercialização de produtos locais – Loja do Mundo Rural”**
- Dr^a Mafalda Cabral - Apresentação do Projecto **“Aldeias de Portugal”**
- D. Maria Ibáñez – Apresentação do Projecto **“Cardum”**
- Dr^a Suzana Martins - Apresentação do Projecto EQUAL **“JEMA – Jovens Empresárias Movimentam-se para o Auto-emprego”**
- Pausa para café e período de debate

Nota: sempre que possível deverão ser entregues documentos de suporte ao projecto apresentado, incluindo cópia de diapositivos

Questões orientadoras para o período de debate:

- Contexto: a cooperação como uma oportunidade actual no redesenhar de algumas soluções de trabalho para o mundo rural!
 - A cooperação no contexto e dinâmicas mundiais.
 - A cooperação no contexto da reforma da PAC, do futuro das iniciativas comunitárias pós-2006 e do futuro dos fundos estruturais
 - A cooperação como reforço e consolidação da competitividade dos territórios e dos seus produtos: economias de escala; redes de promoção e comercialização;
 - As temáticas pertinentes e adequadas à cooperação: turismo; produtos agro-alimentares; artesanato; aquisição e transferência de “know how”...
 - A articulação e envolvimento do público e da sociedade civil nos processos de cooperação
 - Função de laboratório e exercício de experiências ? Consolidação de redes ?
- A construção dos projectos de cooperação!
 - Que objectivos devem contextualizar a construção de projectos de cooperação? Que articulação com os PDL? Que articulação com os cenários futuros ? Que articulação com os Planos de Ordenamento Locais e Regionais?
 - O seu financiamento: LEADER +; outros programas; outras instituições
 - O contexto geo-político da cooperação: os países aderentes; os países de expressão portuguesa; os países da América Latina e de África, ...
 - Que parcerias? Outros GAL? Outros parceiros?
 - Os constrangimentos à construção dos projectos de parceria: códigos de comunicação e de comportamento diferentes; os aspectos linguísticos; as questões funcionais, o financiamento e elegibilidade das despesas.

Projecto de cooperação transnacional
com países de expressão portuguesa
que visa a troca de informações e experiências
sobre os processos locais de desenvolvimento

Qual o grande interesse do projecto ?

Criar uma **mentalidade para a cooperação** com base numa
estratégia de aproximação a países de
expressão oficial portuguesa

Objectivos

- Abordagem conjunta de temas de interesse comum;
- Transferibilidade de conhecimentos e práticas

Qual a principal expectativa relativamente ao projecto ?

Permitir que o projecto se assuma como uma
plataforma de reflexão e discussão sobre a temática do
desenvolvimento local no mundo que fala em português

Os antecedentes...

- O historial de cooperação entre ADL da Beira Litoral

Os primeiros passos...

- Primeiros contactos e reuniões preparatórias;
- Viagem ao Brasil ao FSM;
- Aproximação aos potenciais parceiros brasileiros;
- Estruturação da equipa de parceiros portugueses;
- Criação de um grupo de animação do projecto.

Composição da Parceria em Portugal

ADL da Beira Litoral

- ADAE
- ADD
- ADDLAP
- ADELO
- ADIBER
- ADICES
- DUECEIRA-ELOZ
- TERRAS DE SICÓ

Projecto aberto e abrangente

- ➡ PINHAL MAIOR
- ➡ ADREPES

Parceiros identificados no Brasil

- Rede DLISRede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável
- RITSRede de Informações para o Terceiro Sector
- UFRGSUniversidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)
- UFPEUniversidade Federal de Pernambuco (Recife)
- ANDIFESAssoc. Nac. Dirigentes Instituições Federais de Ensino Superior
- SEBRAEServiço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- PANGAEACentro de Estudos Socio-Ambientais (Baía)
- SEPSecretaria da Educação (do Estado) de Pernambuco

Qual a dimensão ideal para o projecto ?
O projecto terá a dimensão que se desejar.
É **amplo** e pode assumir **universalidade** no seio do movimento do desenvolvimento local

Produtos e Acções de cooperação

Plataformas electrónicas

- Correo electrónico
- Site
- Portal da cooperação

conteúdos

- historial do desenvolvimento em Portugal e no Brasil
- fórum -on line- de discussão e debate
- manual de boas práticas de desenvolvimento
- glossário do desenvolvimento
- base de dados temática
- plataforma de contactos
- divulgação de iniciativas e projectos

- contactos
- intercâmbios temáticos
- estágios de curta duração
- trabalhos de campo
- troca de ideias e experiências
- embaixadas de interesse económico e cultural
- encontros e workshops

Oportunidades
de Negócios

...o projecto assume a **dimensão** que a nossa **vontade** e **criatividade** desejarem...

Previsão Orçamental

Execução: 2002-2008

- Dotação orçamental global previsional do projecto
..... 99.760 Euros
- Dotação orçamental por ADL
..... 12.470 Euros



PROJECTO DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL



Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural – Vector 2
Medida 2.1 – Cooperação entre GAL Nacionais e da U.E.



O que é o Club Biored?

- É uma associação sem fins lucrativos, constituindo-se como uma rede de cooperação aberta às regiões da União Europeia que disponham de áreas de grande valor natural e cultural.
- É composto por entidades de carácter político, económico e social, de âmbito local e regional.
- Tem por objectivo promover o progresso económico e social sustentável dos seus territórios.



Génese do Club Biored

- Em Dezembro de 1997, no âmbito do P.I.C. LEADER II, um conjunto de ADL'S portuguesas e espanholas desenvolveram um projecto de cooperação transnacional entre associações com territórios protegidos, denominado Club Biored.
- Passados dois anos o projecto de cooperação consolidou-se como associação internacional integrando 12 zonas rurais de Portugal e Espanha.
- Actualmente o Club Biored é constituído por 11 ADL's.



PARCEIROS

ADAE – Alta Estremadura
ADELIAÇOR – Açores Ocidental
ADER LA PALMA – Ilha de La Palma
ADICES – Agueira, Dão e Caramulo
ADIMAN – Manchuela Alta
ADRAMA – Madeira
ASDEPR – Açores Oriental
ASHERO – El Hierro
ATAHCA – Alto Cávado
ORIENTE de ASTURIAS – Oriente de Astúrias
PONIENTE GRANADINO - Granada

Território Biored



Análise territorial do Club Biored

ADL	Nº Municípios	População	Área territorial (Km2)
ADAE	5	221.510	1.564,13
ADELIAÇOR	4	46.019	1.028,62
ADER LA PALMA	9	86.145	708
ADICES	6	64.220	848,1
ADIMAN	5	40.191	2.650,4
ADRAMA	4	53.360	476,75
ASDEPR	14	66.360	514,87
ASHERO	34	9.624	269
ATAHCA	2	95.150	717,3
ORIENTE DE ASTURIAS	15	55.247	1.916
PONIENTE GRANADINO	14	73.484	1.930
11	112	811.310	10.709,09



OBJECTIVOS

- Implementar um projecto de desenvolvimento integrado em rede;
- Promoção, valorização e comercialização dos produtos e serviços locais;
- Difusão do património natural e cultural dos territórios;
- Difusão documental e virtual da herança cultural e das suas áreas territoriais;
- Divulgação de projectos e iniciativas;
- Desenvolvimento sustentado dos interesses próprios e comuns dos associados;



OBJECTIVOS

- Promover o planeamento e gestão integrada da flora, compatibilizando os aspectos de protecção, produção e comercialização, em articulação com as actividades agrícola e turística;
- Promover um ordenamento do território equilibrado, orientado para a dinamização económica, social e cultura, com base na preservação dos recursos naturais e da biodiversidade;
- Corrigir os desequilíbrios territoriais de desenvolvimento, numa perspectiva de coesão económica e social e de combate ao despovoamento.



Acções realizadas

- Reuniões de trabalho nas áreas de intervenção das seguintes ADL's: DESNIEN, ADRAMA, LA PALMA, ASTÚRIAS, ATAHCA;
- Estabilização e registo da Marca BIORED;
- Concepção da página WEB: www.clubbiored.com;
- Edição da revista Club Biored;
- Elaboração e apresentação do Plano Estratégico;
- Elaboração do Cabaz de Natal;
- Participação na BTL e FITUR;
- Exposição/Mostra de produtos realizada em algumas zonas de intervenção BIORED: LA PALMA, ASTÚRIAS e ATAHCA.



Acções a realizar

- Reuniões de trabalho semestrais nas zonas de intervenção dos parceiros;
- Colocação de painéis identificativos do Club Biored em cada zona de intervenção;
- Publicação da revista Club Biored anualmente;
- Realização de oficinas de trabalho temáticas;
- Concepção de stand promocional;
- Concepção e edição de desdobrável e brochura promocional do Club Biored;



"COOPERAR PARA DESENVOLVER DE FORMA SUSTENTÁVEL É A LINHA ORIENTADORA DE TODOS OS QUE INTEGRAM O CLUB BIORED, SENDO A COOPERAÇÃO O MEIO DE APROXIMAÇÃO ENTRE POVOS DE CARACTERÍSTICAS DIFERENTES MAS COM PROBLEMAS COMUNS."

SEMINÁRIO
Estender as redes de cooperação LEADER
Portugal, Sesimbra – Hotel do Mar, 22-23 de Maio de 2003

Trabalhar em parceria.

Qualificar o 3º Sector.

O exemplo do projecto C3.

Carla Duarte - Maio de 2003



IEBA Centro de Inicialivas Empresariais Beira Agueira
Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, Lote 12 – Apartado 38
3450-232 MORTAGUA Portugal
Telf.: 00351 231 927470 / Fax: 00351231 927472
E-Mail: ieba@ieba.org.pt / Web: www.ieba.org.pt



1. Trabalhar em parceria
2. A experiência das parcerias
3. Montagem da parceria C3
4. Qualificar o 3º Sector



1. Trabalhar em parceria

A parceria é um "processo dinâmico de acção conjunta, entre vários actores ou protagonistas, que se mobilizam à volta de um objectivo e disponibilizam recursos para, em comum, definirem e negociarem estratégias que viabilizem o referido objectivo e que avaliam continuamente este processo e os seus resultados."

Rogério Roque Amaro



1. Trabalhar em parceria

PARCERIAS

forma de trabalho em cooperação inter-institucional e inter-disciplinar



factor de promoção do desenvolvimento local: permitem a abertura ao exterior (da organização, dos territórios), a aprendizagem e a inovação.



2. A experiência das parcerias

O QUE VALORIZAMOS?

Conhecer a entidade parceira e o âmbito da parceria



2. A experiência das parcerias

O QUE VALORIZAMOS?

Os primeiros contactos





2. A experiência das parcerias

O QUE VALORIZAMOS?

Facilidade de comunicação e de relacionamento



2. A experiência das parcerias

O QUE VALORIZAMOS?

Acessibilidade aos territórios dos parceiros



2. A experiência das parcerias

O QUE VALORIZAMOS?

Trabalho em parceria



2. A experiência das parcerias

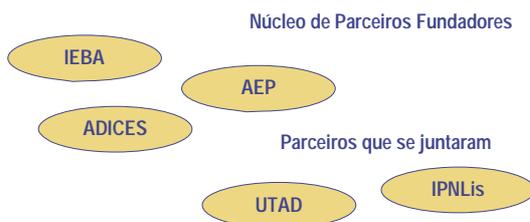
O QUE VALORIZAMOS?

A regularidade do trabalho em parceria



3. Montagem da parceria C3

PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO



3. Montagem da parceria C3

PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO C3





3. Montagem da parceria C3

COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL

Opções

Espanha

Escócia

Itália

~~Parceiros
NYPHEA~~

Acordo de Cooperação Transnacional

CNCA - IT

Provincia di Ascoli Piceno - IT



4. Qualificar o 3º Sector

"A capacidade de competitividade das organizações da economia social assenta num perfil de factores em que avultam a capacidade relacional de resposta próxima a necessidades sociais objectivas, o aproveitamento e a valorização de património e recursos locais, os modos de gestão dos recursos, as modalidades de partilha de riqueza e a mobilização de competências e de gestão."

"A capacitação técnica e humana destas instituições pressupõe actuações convergentes em diferentes domínios da consultoria em gestão à educação e formação profissional."

4. Qualificar o 3º Sector



Iniciativa Comunitária: EQUAL

Prioridade 2: Espírito Empresarial

Medida 2.2.1: Qualificação das Organizações e dos Profissionais da Economia Social



4. Qualificar o 3º Sector

MISSÃO

Promover a competitividade e a auto-sustentabilidade das Organizações do 3º Sector e preparar o pós-QCA III, num quadro de maior eficácia dos serviços prestados e de autonomia.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Introduzir práticas inovadoras na gestão dos recursos (humanos, financeiros, informação, etc.) e incorporar as TIC nessa gestão.

Promover a auto-aprendizagem, a auto-avaliação e a qualificação dos recursos humanos.

Promover a competitividade, através do desenvolvimento das competências organizacionais.

Diversificar os serviços prestados e a capacidade de financiamento.

Promover a capacidade de inovação e de planeamento estratégico, para enfrentar um enquadramento de menor apoio estatal e de maior actuação de mercado.



4. Qualificar o 3º Sector

COMO?

Utilizando uma metodologia já testadas em programas de formação e de consultoria para PME's, agora adaptada ao 3º Sector.

Realizando 6 intervenções exemplares, em organizações do 3º Sector com problemas típicos das suas áreas de actuação.

Criando recursos técnico-pedagógicos a partir dessas intervenções, que poderão ser utilizados por outras organizações que partilham o mesmo tipo de problemas.



4. Qualificar o 3º Sector

ACÇÃO 2 - Desenvolvimento e Avaliação do Projecto

2.1 Plano Estratégico de Actuação para os Participantes

6 meses (Novembro 2002 a Abril 2003)

Adaptação da Metodologia PME ao 3º Sector

Criação do Modelo de Intervenção C 3

Recrutamento das Organizações
Pré-Diagnóstico de 18 Organizações
Seleccção/Integração de 6 Organizações
(2 IPSS, 2 ADL, 1 Associação Cultural,
1 Associação Defesa Património/Ambiente)

2.2 Implementação de Medidas (em simultâneo com 2.3)

12 meses (Maio 2003 a Abril 2004)

Intervenção nas 6 organizações formandas, a partir do Modelo de Intervenção C3:

- » ADIBER - Gois
- » ADRL - Vouzela
- » ARSDOP - Soure
- » CNM - Coimbra
- » SCMM - Mortágua
- » VERTIGEM - Leiria

Contrato para o desenvolvimento

Diagnóstico participado

Árvore de problemas

Enquadramento/Contexto organizacional
Análise PMI: aspectos positivos, menos positivos e interessantes

Plano de desenvolvimento

Quadro de medidas
Quadro de actividades por medida
Matriz de planeamento de projectos
Implementação das medidas de curto prazo
Revisão do plano

2.3 Estratégia para o 3º Sector (em simultâneo com 2.2)

12 meses (Maio 2003 a Abril 2004)

Compilação/registo das práticas e dos processos de intervenção

2.4 Desenvolvimento dos Produtos

6 meses (Maio a Outubro 2004)

Concepção, elaboração e validação dos recursos técnico-pedagógicos

Reconhecimento da sua validade, junto das 6 organizações formandas, de especialistas e de organizações representativas das suas áreas de actuação

Modelo de Intervenção C3
6 Estudos de Caso
Manuais de Auto-Aprendizagem
Auto-Diagnóstico/Avaliação
Auto-Formação
Auto-Consultoria
Portal C3

ACCÃO 3 - Disseminação dos produtos e criação de redes

Duração: 6 meses (a candidatar)

Os recursos técnico-pedagógicos terão uma versão *online* e um carácter interactivo e serão acessíveis a partir de uma plataforma de *e-learning*.

Portal C3 terá um forte papel na divulgação do projecto e dos seus produtos, com um serviço de "entrada" - auto-diagnóstico *online* - que alerte para a situação da organização, sendo esta a primeira avaliação para uma intervenção posterior mais profunda.

A divulgação será feita por uma estrutura em rede (nacional) constituída por parceiros, que complemente a divulgação via TIC com o factor humano e alcance o maior número de organizações possível.

Será organizado um seminário/acção de formação para consultores/formadores/facilitadores, para divulgar os produtos do projecto e fomentar o mercado de prestação de serviços para este sector.

SEMINÁRIO

Estender as redes de cooperação LEADER

Portugal, Sesimbra – Hotel do Mar, 22-23 de Maio de 2003

Trabalhar em parceria.

Qualificar o 3º Sector.

O exemplo do projecto C3.

Carla Duarte - Maio de 2003



IEBA Centro de Iniciativas Empresariais Beira Agleira
Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, Lote 12 – Apartado 38
3450-232 MORTÁGUA Portugal
Tel.: 00351 231 927470 / Fax: 00351 231 927472
E-Mail: ieba@ieba.org.pt / Web: www.ieba.org.pt

Loja do Mundo Rural

apresentação

ProRegiões - Promoção das Regiões Lda.

índice

- 1. PróRegiões
- 2. Iniciativas
 - 2.1 Barco do Mundo Rural
 - 2.2 Loja do Mundo Rural
 - 2.3 Antenas Comerciais europeias
 - 2.2 Sub - medida B2
- 3. Loja do Mundo Rural
 - 3.1 Acções
 - 3.2 Parcerias
- 4. Avaliação
- 5. Projecto de cooperação

1. PróRegiões - Promoção das Regiões, LDA.



Criada com o objectivo de promover as Regiões, suas Gentes e Culturas (1997)

A ProRegiões é o resultado do esforço colectivo de algumas associações locais que dispersas no território nacional, sentiram necessidade de tecer em comum uma rede urbana para dar resposta a alguns problemas do desenvolvimento local.

A ProRegiões é uma sociedade por quotas, tendo a INDE, a ADIRN, a ADRUSE, a TAGUS e a TROTE-GERÉS como suas sócias.



Barco do Mundo Rural



O maior projecto de parceria LEADER.

Por um conjunto de 23 entidades, a palavra LEADER é soprada pelo vento ao longo do Tejo, num Varino durante a EXPO 98.



Uma exposição permanente de produtos locais, as provas de produtos, a animação, a divulgação dos territórios foram a proposta deste Barco Rural.

Loja do Mundo Rural

■ Um espaço para a Promoção do Mundo Rural e comercialização dos produtos de qualidade produzidos no Mundo Rural Português, nasce em Campo de Ourique em Dezembro de 1998. Um espaço com cerca de 200 m² e várias salas de exposição.

■ Interagindo com os actores locais e funcionando como uma montra do Mundo Rural, estabelece uma rede de contactos entre quem produz e quem procura os nossos produtos de qualidade.



Antenas Comerciais Europeias



Um projecto transnacional realizado em parceria com a ADIRN, teve como objectivo criar um cabaz europeu de produtos agro-alimentares tradicionais e de qualidade para ser promovido nos territórios parceiros.

2. Sub-Medida B2 do PIC LEADER II

Loja do Mundo Rural

- Em 1998, a PROREGIÕES - Promoção das Regiões, L.da, realiza uma candidatura ao LEADER, chamada Loja do Mundo Rural, um espaço em LISBOA do Mundo Rural, uma Loja do Mundo LEADER. Um projecto para a promoção e valorização do Mundo Rural, e a comercialização dos produtos LEADER
- O objectivo é a Promoção do Mundo Rural, através da promoção da Loja do Mundo Rural e da promoção dos produtos produzidos nos territórios LEADER.
- A identificação dos produtos de qualidade, o escoamento destes, sua comercialização, a valorização dos mesmos e dos produtores, os interfaces com os produtores e os mercados, a valorização da cultura, e a promoção são os objectivos concretizados ao longo destes 3 anos.

3.1 - Acções Loja do Mundo Rural

Exposições Temáticas - acção n.º 1	Criar novos mercados para os artistas que vivem em meios rurais.
Identificação de Produtos - acção n.º 2	Identificar e reunir em base de dados, os produtos que ao longo do território são produzidos nas zonas LEADER, e iniciar os processos de distribuição em meios urbanos.
Workshops - acção n.º 3	Realizar encontros, entre produtores, técnicos das ADL's, empresários, de forma a criar espaços de discussão e resolução de problemas sobre comercialização, promoção e valorização dos produtos locais.
Serviços de Apoio e Interface - acção n.º 4	Um conjunto de acções e intervenções que permita iniciar processos de valorização dos nossos produtos e da imagem do Mundo Rural.
Promoção na Loja do Mundo Rural - acção n.º 5	A criação de uma imagem global do Mundo Rural, através de um marketing forte e contínuo no tempo.
Semanas LEADER acção n.º 6	A divulgação dos territórios LEADER, a animação e aproximação ao meio urbano.

6. Exposições



- Arte da Terra (1999)
- Nas teias da seda (1999)
- As voltas do Linho (2000)
- Barcos da Costa Vicentina (2000)
- Dinossauros e suas Ossadas (2000)
- Mostra de Artesãos no Castelo de São Jorge

- Exposições temáticas, que permitiram uma apresentação completa do produtor e da sua obra, inserindo e contextualizando os produtos comercializados na loja do Mundo Rural.

Identificação de produtos Loja do Mundo Rural



- Ponto de encontro entre quem produz nas nossas regiões e aqueles que buscam os objectos com alma e os paladares esquecidos
- Um espaço com uma oferta distinta, onde os territórios do Mundo Rural são promovidos.
- O encontro com um mercado, sensibilizado e atento à necessidade de valorizar e preservar as condições sócio culturais das regiões rurais.
- A procura de novos produtos em cada território LEADER, encontrando uma oferta de qualidade, inserindo novos produtos no mercado.
- Uma oferta de 1.500 produtos
- 238 fornecedores

4 Workshops

- Comercialização de Produtos locais (1999)
- Internet e Comercialização (1999)
- Nas teias do Linho (2000)
- Workshop do Vinho (2000)



- Os encontros que nos permitiram criar amplos espaços de discussão e resolução de problemas relacionados com a comercialização e valorização dos nossos produtos.

Interfaces

- Criação de uma base de dados de produtos e produtores
- Conhecimento dos mercados
- Trabalho com os técnicos das ADL's
- Conhecimento dos territórios
- Teste de Produtos
- 200 Questionários ao consumidor
- Apoio ao artesanato no design, marketing e embalagens



- Identificação de novos produtos
- Loja Virtual - Loja do Mundo Rural
- Loja Virtual -Terra Shop
- Rural Market Place
- Outros pontos de comercialização, nacionais, internacionais e na Internet
- Cabazes para empresas
- "El corte Inglés"
- Distribuição na rede de Lojas parceiras

Agro-alimentar

- Os paladares, onde a tradição e a qualidade são mantidos por saberes antigos.
- A oferta de produtos de qualidade, tradicionais, diversificados, onde as provas de produtos e os testes de mercado são o trabalho diário no contacto com o público.
- A quantidade e qualidade da informação prestada sobre os produtos é uma das pedras bases da comercialização, para assim valorizar os nossos produtos e produtores locais.



Agro-Alimentar Interface



Identificação de novos Produtos 600 produtos Base de Dados de Produtos e Produtores	Recolha e distribuição de produtos. Realização de recolhas semanais no território nacional.	Criação de novos contactos comerciais e colocação do produtos em outros pontos de venda
Provas de Azeite e Vinhos, com a Colaboração de especialistas	Teste de produto Questionários Provas de Produtos Locais	Criação de etiquetas, com informação do Produtor, Produto e Território
Apoio na legislação	Apoio ao produtor no feed-back com o mercado	Criação de embalagens

Artesanato



- Do saber fazer popular nascem da transformação da natureza, objectos belos e úteis que nos ligam à terra no quotidiano.
- Artesanato recolhido ao longo de todo o território, num conjunto de projectos apoiados pelo LEADER, encontram um local de escoamento contínuo no tempo.
- Um maior conhecimento das necessidades do mercado, vai introduzindo pequenas alterações na produção dos produtos.

Artesanato Interface



Identificação de novos produtos 900 artigos Base de dados de Artesãos	Recolha e distribuição de produtos	Criação de etiquetas, com informação do Produtor, produto e território
Criação de embalagens	Questionários para artesãos.	Apoio no design Apoio nos acabamentos
Contactos comerciais com empresas para fornecimento de cabazes-Prendas	Exposições temáticas sobre os artesãos	Organização de apresentações do artesanato ao público e sessões temáticas de artesanato

Promoção e Marketing

7. Feiras



- Feira de Artesanato da Costa do Estoril (1999)
- Mostra do Mundo Rural (1999)
- Alimentária (2000 e 2001)
- Feira de Artesanato de Milão (1999 e 2000)
- Manifesta (2001)
- Feira da Agricultura de Paris (2001)
- Feira de Paris, Salão do Vinho e da gastronomia (2001).

Promoção

- Semana do Alentejo Central, do Oeste, Trás-os-Montes, Ribatejo Norte, Açores, Vale do Sousa, Vinho Verde, Fumeiro, Maranhos, Ribatejo Interior, Queijo da Serra...
 - A Moda, os Cantares Alentejanos e à Desgarrada, os Cavalos, as Flores, as Provas de Produtos...
- 133 Semanas de Animação, Dedicadas aos territórios LEADER



133 Semanas LEADER Animação

acção n.º 6

- Os artesãos e produtores que trabalhando ao vivo, procuram recriar nas tardes alfacinhas as vivências de quem tem o mundo rural no coração.
- A presença diária de artesãos que produzem no nosso espaço, contactando assim com o público que aflui, tentando conhecer os nossos produtores e reconhecer as artes do artesanato.



17 Parcerias

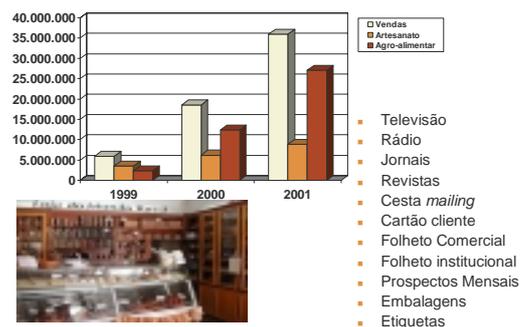
Um conjunto de entidades e ao longo destes 3 anos de execução foram realizando parcerias com a ProRegiões na Loja do Mundo Rural. Com todas as Associações de Desenvolvimento Local LEADER, foram executadas com conjunto de acções pontuais, no entanto algumas destas associações têm vindo a desenvolver uma parceria continua ao longo destes 3 anos, estabelecendo assim uma rede forte e

estratégica para a promoção dos nossos territórios.

ADÉLIAÇOR ACE MONTE	ADER SOUSA ADC MOURA
ADIRN	ADRIMINHO
ADRUSE	INDE
MONTE	PINHAL MAIOR
PRÁTIKAS	PROBARROSO
PROBASTO	TAGUS
TERRAS DENTRO VICENTINA	TROTE-GERÊS



Marketing



Avaliação

Realizámos a:



- Promoção
- Valorização
- Comercialização
- Dinamização
- Qualificação

Através de:

- Loja do Mundo Rural
- Trabalho em rede com as ADL's e as Lojas dos territórios LEADER
- Formação
- Workshop'
- Marketing
- Feiras



Conclusões

Ao longo destes 3 anos com a Loja do Mundo Rural, abrimos um espaço do Mundo Rural em Lisboa, promovemos os produtos locais em meios urbanos e no estrangeiro, abrimos novos mercados, divulgámos a nossa cultura, trabalhamos com os produtores e operámos em rede.

No sentido da continuidade deste projecto, há que aprofundar parcerias para a realização de projectos que suportem o crescimento económico e social de cada território através da valorização dos seus produtos tradicionais.



PróRegiões, qual o futuro:

Loja do Mundo Rural

- Comercialização dos Produtos produzidos no Mundo Rural
- Promoção do Mundo Rural

Rede de Lojas Locais

Distribuição e recolha de produtos

Site Loja do Mundo Rural

Nova parceria de 27 Territórios

Perspectivas Futuras para as Parcerias - Benefícios

Contribuir para uma gama de produtos de qualidade e diferenciados para enriquecer a oferta da ProRegiões	Beneficiar com todas as acções de marketing que a ProRegiões realiza	Oferta de Portugal Rural, uma oferta conjunta com peso e uma dimensão nacional
Dar a conhecer aos consumidores urbanos os sabores da sua região cativando-o assim a ir visitar a sua região	Aumentar os conhecimentos através de testes de mercado, provas de produtos, seminários e workshop's	Estímulo e apoio a uma rede nacional de lojas locais
Dar oportunidade aos pequenos produtores de ensaiar o mercado de Lisboa e criar novas vias de escoamento para os produtos	Contribuir e discutindo novas estratégias para solucionar os problemas das pequenas produções	Possibilidade de construir projectos em comum para a comercialização do produtos locais e para a promoção do Mundo Rural.

Perspectivas Futuras

- benefícios financeiros

				contos	
associações	cts /mês	ano	Projecto 7 anos		
15	135	1.895	13.268		
20	100	1.404	9.828		
27	75	1.053	7.371		
40	50	702	4.914		
	10.592	1.513	mínimo venda com +30% 97 cts		
	29.757	4.251	média vendas com +30% 272,5 cts		
	75.403	10.772	máximo venda com +30% 690,5 cts		
				Euros	
associações	€ /mês	ano	Projecto 7 anos		
15	675	9.477	66.339		
20	500	7.020	49.140		
27	375	5.265	36.855		
40	250	3.510	24.570		
	52.835	7.548	mínimo venda com + 30% 97 cts		
	148.427	21.204	média vendas com + 30% 272 cts		
	376.107	53.730	máximo venda com + 30% 690 cts		



Criando uma rede urbana para a promoção das regiões



PROJECTO DE COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL



Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural – Vector 2
Medida 1.1 – Cooperação entre GAL Nacionais



PARCEIROS

ADRMINHO – Vale do Minho
ADRIL – Vale do Lima
ATAHCA – Alto Cávado
SOLDOAVE – Vale do Ave
ADERSOUSA – Vale do Sousa
PROBASTO – Terras de Basto
DOLMEN – Baixo Tâmega
ADRIMAG – Serras de Montemuro, Arada e
Gralheira
BEIRA DOURO – Vale do Douro



ESTRATÉGIA

O território é um todo, com uma identidade própria, com formas de configuração e de assimilação que o caracterizam e que devem ser respeitadas e mantidas.

O trabalho em rede é um vector fundamental para o sucesso da intervenção, uma vez que mediante a troca de experiências e a aplicação de boas práticas, a intervenção LEADER + poderá reproduzir com maior visibilidade as suas acções.



ESTRATÉGIA

Implementar formas inovadoras de intervenção e implementar boas práticas, de forma a ultrapassar os obstáculos e dinamizar as potencialidades,

O alargamento da rede de cooperação ao nível do Entre Douro e Minho é a intervenção âncora que permitirá o desenvolvimento e alargamento desta rede a outros GAL ao nível nacional e transnacional, bem como a outras Entidades com intervenções fundamentais ao nível do desenvolvimento rural.



OBJECTIVOS

Promover as Aldeias, através da divulgação do alojamento turístico e dos seus diferentes recursos;

Promover /Divulgar o património histórico, cultural e ambiental;

Promover/Divulgar a Região e seus produtos;

Trocar experiências e boas práticas, com outras Entidades LEADER ao nível nacional e transnacional;



OBJECTIVOS

Reforçar a rede de cooperação, já criada no LEADER II, envolvendo novos parceiros e novos territórios ;

Organizar e revalorizar os recursos naturais, culturais e históricos existentes no sentido da sua conservação e fruição;

Promover uma imagem de autenticidade e de qualidade do território, promovendo a sua visibilidade e reconhecimento da sua identidade junto da população local



ACÇÕES

Caderno de Normas das Aldeias de Portugal

Encontros “Aldeias de Portugal”

Participação conjunta em Feiras

Estudo da Imagem das Aldeias de Portugal/Elaboração do Material de Divulgação

Realização de Site



ACÇÕES

Realização do I Roteiro das Aldeias de Portugal

Realização de Stand para Eventos

Realização de Encontros entre Parceiros

Constituição e funcionamento da Comissão de Avaliação das Aldeias de Portugal



PROJECTO DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL



Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural – Vector 2
Medida 2.1 – Cooperação entre GAL da UE



PARCEIROS

Portugal

ADER SOUSA
ADRMAG
ADRIL
ADRMINHO
ATAHCA
BEIRA DOURO
DOLMEN
PROBASTO
SOL DO AVE

Holanda

LAWERSLAND
NOORDWEST FRIESLAND
ZUID-WEST DRENTHE
FLEVOLAND

Espanha

ADIM
PORTEDEMOUROS
RIBEIRA SACRA
ADRICONPA

Austria

KULTURPARK KAMPTAL
VERBUND WEINVIERTEL

Itália

GAL PARTENIO
TERMINIO CERVIALTO



OBJECTIVOS

Reforçar da Rede das Aldeias de Tradição na Europa

Promover a Rede das Aldeias de Tradição

Operacionalizar o Agrupamento Europeu de Interesse Económico

Uniformizar os critérios de selecção/classificação das Aldeias

Troca de know how e boas práticas



ACÇÕES

Encontros entre Parceiros/Missões Empresariais

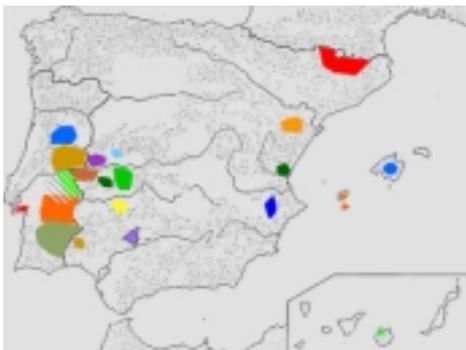
Manual de Qualificação das Aldeias de Tradição

Promoção da Rede das Aldeias de Tradição

Criação de Site



Estender as redes da cooperación LEADER
Étendre les réseaux de la coopération LEADER
Extend LEADER cooperation networks
SEMINÁRIO SEMINAR SEMINAIRE
Portugal, Seixobre - Hotel do Mar 22-23 Maio / Mai / May 2003



PROYECTO



Proyecto elaborado por
ayuntanet
asesores locales
Granada/Graça, 29 41 241, 28000 Madrid
Tel. 917 430 020 Fax 917 430 710
ayuntanet@ayuntanet.com



CARDUM

PROYECTO CARDUM

PROYECTO CARDUM de cooperación transnacional para la valorización y promoción de quesos elaborados con flor de cardo y desarrollo de actividades culturales y turísticas conjuntas basadas en una tradición milenaria común.

CUATRO ÁREAS:

Area Científica

Area Tecnico-Productiva

Area Promocional

Area Transversal





CARDUM **GRUPOS DE ACCIÓN LOCAL**

ALENTEJO:

ADER-AL, Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo (Queijo de Nisa y Queijo Mestiço de Tolosa).

LEADERSOR, Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor (Queijo de Évora).

MONTE-ACE, Desenvolvimento Alentejo Central (Queijo de Évora).

ADREPES, Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (Queijo de Azeitão)

BEIRA INTERIOR:

ADRUSE, Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (Queijo da Serra da Estrela).

ADRACES, Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul (Queijo Castelo Branco)

RAIA HISTÓRICA (Queijo da Serra da Estrela).

RIBATEJO E OESTE:

ROTA DO GUADIANA Associação de Desenvolvimento Integrado (Queijo de Serpa).

CARDUM **GRUPOS DE ACCIÓN LOCAL**

ANDALUCÍA:
Asociación para el Desarrollo Rural del Andévalo Occidental (Quesos de los Montes de San Benito y del Andévalo)

ARAGÓN:
Asociación para el Desarrollo Rural de Gúdar, Javalambre y Maestrazgo (Queso Tronchón).

CANARIAS:
Asociación Insular de Desarrollo Rural de Gran Canaria "AIDER-GRAN CANARIA" (Queso de Flor de Guía).

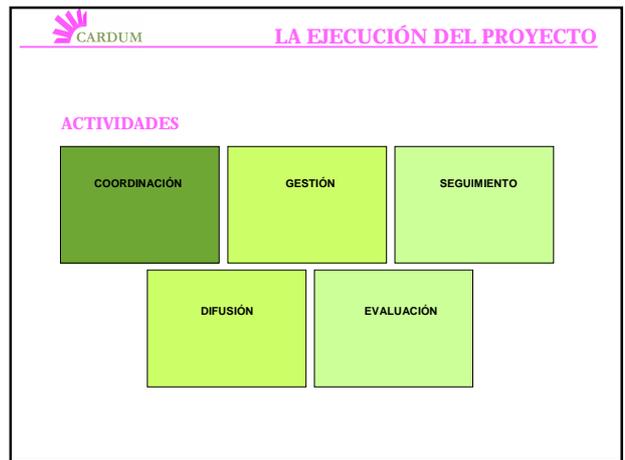
CATALUNYA:
Consorci Grup d'Acció Local Pallars-Ribagorça (Queso Serrat y Tupi).

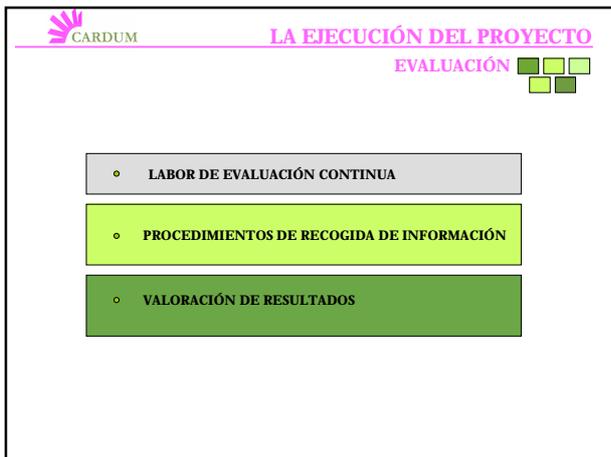
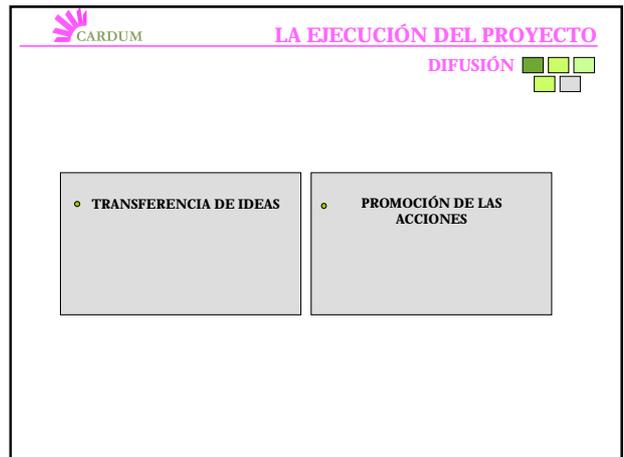
COMUNIDAD VALENCIANA:
Asociación para el Desarrollo Integral de la Comarca Els Ports/Maestrat (Queso Tronchon)
Asociación para la Promoción socio-económica de los Municipios del Macizo del Carig (Queso de Servilleta)

EXTREMADURA:
Asociación para el Desarrollo del Valle de Alagón "ADESVAL" (Queso de Acechuhe)
Asociación para el Desarrollo Integral de la Comarca de Mijangas-Trujillo "ADICOMT" (Torta de Almoharín).
Asociación para el desarrollo integral de Sierra de Gata "ADISGATA" (Queso de la Sierra de Gata o de las Hurdes)
Asociación para el Desarrollo de la Serena (Queso de la Serena).
Asociación para la Comarca del Tajo-Sator-Almonte "TAGUS" (Torta del Casar).

ILLES BALEARS:
Grup de Acció Local Associació Mallorca Rural (Queso de Mallorca).
Grup d'Acció Local per al Desenvolupament Rural d'Eivissa i Formentera (Queso Pitiuso).







Seminário
"Estender as redes de cooperação LEADER"
Sesimbra*22 de Maio de 2003

Apresentação do Projecto JEMA
Jovens Empresárias Movimentam-se para o Auto-emprego



Susana Martins

ADRIMAG

Projecto JEMA

- Projecto transnacional que engloba parcerias nacionais e transnacionais
- Promovido e coordenado pela ADRIMAG
- Teve início em Setembro de 2002 (2ª fase)
- Tem a duração de 2 anos
- Financiado pelo PIC EQUAL

JEMA

Jovens Empresárias **Movimentam-se** para o Auto-emprego

- **Objectivo Geral**

O principal objectivo do projecto é o desenvolvimento económico e social **da região da zona de intervenção da ADRIMAG, através da promoção do empreendedorismo e apoio à criação de empresas tradicionais e inovadoras,** nomeadamente através do desenvolvimento de acções de formação profissional, dirigidas a **Jovens Mulheres Desempregadas e a Artesãos, e da criação de um portal de venda e promoção do artesanato da região.**

JEMA

Objectivos Específicos

Jovens Mulheres Desempregadas

- Dotar jovens mulheres desempregadas de competências ao nível da criação do próprio emprego.
- Prestar apoio técnico e institucional na elaboração de projectos de investimento.
- Efectuar acompanhamento e apoio na criação de novas empresas

JEMA

Objectivos Específicos

Artesãos

- Elaborar um Guia do Artesanato da região, em formato digital e papel.
- Contribuir para a criação de um portal de venda e promoção de artesanato.
- Desenvolver competências na área das novas tecnologias da informação e comunicação, de gestão e de marketing num grupo de artesãos da zona de intervenção da ADRIMAG.

JEMA

Actividades e Cronograma

ACTIVIDADES	2002				2003												2004									
	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A		
1 Guia do Artesanato																										
2 Recrutamento de Artesãos																										
3 Recrutamento das Mulheres																										
4 Elaboração do Portal																										
5 Formação das Mulheres - 650h																										
6 Formação dos Artesãos - 600h																										
7 Estágio																										
8 Elaboração do projecto de investimento																										
9 Acompanhamento do projecto de investimento																										
10 Implementação do Comércio Electrónico																										
11																										
12 Actividades Transnacionais																										
13																										
14 Avaliação																										

JEMA

Entidades parceiras nacionais

- ADRIMAG (entidade promotora e coordenadora)
- ABBAA – Associação de Bordadeiras
- AECA – Associação Empresarial do Concelho de Arouca
- CEARTE – Centro de Formação Profissional de Artesanato
- Liconsultores, L.da – Organização e Gestão de Empresas, Lda.
- PCOMP – Programação de Computadores, Lda.

JEMA

Entidades parceiras transnacionais

- CFA - Association de Gestion et développement du centre de formation d' Apprentis – Bourgogne
- Pro-Gestion Partner - Centre National pour l' Aménagement des Structures des Exploitations Agricoles – Guadalupe
- Promide@ruppo - Consorzio per la Promozione dello Sviluppo locale - Calabria
- Solidarietà Consorzio Cooperativo Sociale A.R.L. - Sardenha
- Black MBA Association – Weast England

JEMA

Resultados/produtos componente transnacional

- Criação de um portal denominado "observatório", onde os parceiros poderão trocar informações e colocar questões sobre os seus projectos nacionais e ainda sobre o desenvolvimento do projecto transnacional.
- Neste observatório estarão ainda informações sobre todas as entidades e regiões que participam no projecto, que poderão ser consultas por todos os cibernautas Interessados.
- O observatório funcionará como uma "feira virtual transnacional" e vai permitir a divulgação e promoção de produtos de artesanato desenvolvida na zona de abrangência dos parceiros.

JEMA

Resultados/produtos componente transnacional

- Troca de beneficiários e trabalhadores das entidades parceiras
- Troca de experiências sobre a criação e gestão de uma parceria transnacional bem como o estudo das barreiras à criação de empresas e estruturas de apoio à criação de empresas
- Divulgação das boas práticas em seminários e conferências

JEMA

Resultados/produtos componente nacional

- Base de dados sobre o artesanato
- Guia do artesanato
- Portal de comercialização e promoção dos produtos
- Guia de boas práticas
- Relatórios de avaliação do projecto
- Criação de novas empresas
- Realização de Acções de Formação:
 - Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios
 - e-artesanato - Gestão e Comercialização de Produtos de Artesanato na Internet

PARCERIAS

"Constituição de uma rede de relações e de solidariedade ao nível do território, visando valorizar as potencialidades e enriquecer as acções sectoriais numa reflexão "transversal", intersectorial.

Para além das acções económicas montadas em comum, a parceria local representa uma vontade de construção de laços sociais, ou mesmo de procura de uma identidade."

Benefícios das parcerias

A associação de sensibilidades, pontos de vista, interesses, capacidades de mobilização e know-how de diversos parceiros permite:

- ✓ leituras e análises do território enriquecidas, trazendo à luz oportunidades desconhecidas
- ✓ novas associações de ideias, que originam inovação
- ✓ contribuição diversificada e responsável – mais valia de cada parceiro

Benefícios das parcerias (cont.)

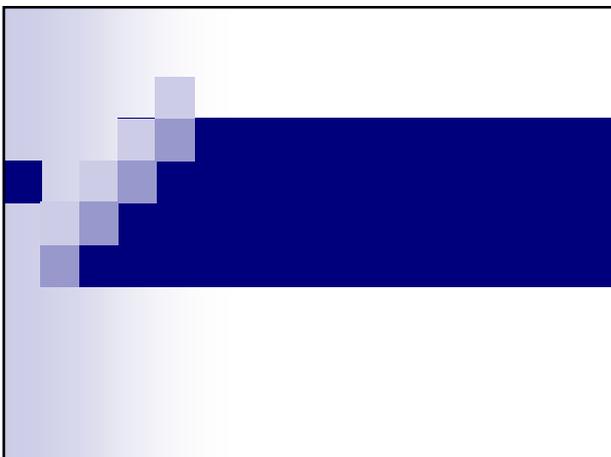
- ✓ projectos mais maduros integrando interesses de diferentes grupos sociais, criando coesão social
- ✓ actuação mais eficaz garantindo um melhor domínio dos riscos
- ✓ melhor continuidade das acções e maior capacidade de renovação

As parcerias implicam:

- ✓ a promoção activa e responsabilização das pessoas, comunidades e organizações, com base na gestão dos seus próprios recursos, necessidades e aptidões
- ✓ a criação de uma dinâmica de projecto e não um somatório de sub-projectos, que garanta a interacção dos parceiros, soluções inovadoras e um maior impacto dos resultados

A cooperação entre entidades, a formalização de parcerias ou o estabelecimento de redes institucionais é cada vez mais essencial na economia competitiva e global com que nos deparamos e permite:

- partilhar riscos,
- aproveitar sinergias,
- reduzir custos,
- melhorar e actualizar os processos,
- difundir e transferir informação e conhecimento.



CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

- O processo de cooperação deve ser dinâmico, deixando de lado protagonismos e individualismos, requerendo um esforço contínuo de progressão, intercomunicação e formas inovadoras de intervenção;
- A cooperação deve ser iniciada com um planeamento estratégico eficaz, e respeitar um conjunto de etapas, começando por definir os objectivos a atingir e as necessidades a colmatar, desenhando estratégias de acção e finalmente identificando parceiros;
- Na execução devem ser criados processos regulares de trabalho entre parceiros, de forma a ultrapassar obstáculos e a dinamizar potencialidades, utilizando metodologias já testadas e recorrendo cada vez mais às novas tecnologias de informação;
- A partilha da informação e do saber-fazer é essencial para o sucesso da cooperação em áreas como o desenvolvimento e a inovação;
- A preocupação da sustentabilidade das acções de cooperação deverá ser tida em conta logo na fase de planeamento, construindo-se projectos de qualidade que efectivamente tragam uma mais valia ao território e à população, envolvendo-a activamente. A divulgação e visibilidade do projecto são essenciais à sua sustentabilidade;
- A condição geográfica periférica em que nos encontramos exige uma união forte e solidária, que nos permita uma participação constante e activa nos processos de decisão de uma Europa cada vez mais ampla.

**CARTAZES DE PROJECTOS
ELABORADOS
PARA
O SEMINÁRIO**

Cooperação e Luta Contra a Pobreza



A cooperação entre associações de desenvolvimento local e comunitário cabo-verdianas e portuguesas, no âmbito da implementação do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) em Cabo Verde, co-financiado pelo FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), traduz a transição natural de uma relação de assistência técnica para um quadro de cooperação horizontal e abrangente, implicando e responsabilizando no processo os actores e os parceiros sociais de desenvolvimento. Uma cooperação que está alicerçada nos fundamentos do desenvolvimento local.

Contactos

PLPR - Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural - Cabo Verde
ACVER
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola



Estender as redes da cooperação LEADER
Etendre les réseaux de la coopération LEADER
Estender las redes de la cooperación LEADER
SEMINÁRIO SÉMINAIRE SEMINARIO
Portugal, Setembro - Hotel do Mar 23-25 Maio / Mai / Mayo 2009



minha terra Portugal em acção



Ministério da
Agricultura,
Desenvolvimento
Rural e Pescas | IDRN
Instituto de Desenvolvimento
Rural e Habitação



Aldeias de Portugal

PROJECTO DE COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL

Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural – Vector 2
Medida 1.1 – Cooperação entre GAL Nacionais

PARCEIROS

ADRIMINHO – Vale do Minho
ADRIL – Vale do Lima
ATAHCA – Alto Cávado
SOLDOAVE – Vale do Ave
ADERSOUSA – Vale do Sousa
PROBASTO – Terras de Basto
DOLMEN – Baixo Tâmega
ADRIMAG – Serras de Montemuro, Arada e Gralheira
BEIRA DOURO – Vale do Douro



ESTRATÉGIA

O território é um todo, com uma identidade própria, com formas de configuração e de assimilação que o caracterizam e que devem ser respeitadas e mantidas.

O trabalho em rede é um vector fundamental para o sucesso da intervenção, uma vez que mediante a troca de experiências e a aplicação de boas práticas, a intervenção LEADER + poderá reproduzir com maior visibilidade as suas acções.

Implementar formas inovadoras de intervenção e implementar boas práticas, de forma a ultrapassar os obstáculos e dinamizar as potencialidades,

O alargamento da rede de cooperação ao nível do Entre Douro e Minho é a intervenção âncora que permitirá o desenvolvimento e alargamento desta rede a outros GAL ao nível nacional e transnacional, bem como a outras Entidades com intervenções fundamentais ao nível do desenvolvimento rural.

OBJECTIVOS

Promover as Aldeias, através da divulgação do alojamento turístico e dos seus diferentes recursos;

Promover /Divulgar o património histórico, cultural e ambiental;

Promover/Divulgar a Região e seus produtos;

Trocar experiências e boas práticas, com outras Entidades LEADER ao nível nacional e transnacional;

Reforçar a rede de cooperação, já criada no LEADER II, envolvendo novos parceiros e novos territórios ;

Organizar e revalorizar os recursos naturais, culturais e históricos existentes no sentido da sua conservação e fruição;

Promover uma imagem de autenticidade e de qualidade do território, promovendo a sua visibilidade e reconhecimento da sua identidade junto da população local

ACÇÕES

Caderno de Normas das Aldeias de Portugal

Encontros "Aldeias de Portugal"

Participação conjunta em Feiras

Estudo da Imagem das Aldeias de Portugal/Elaboração do Material de Divulgação

Realização de Site

Realização do I Roteiro das Aldeias de Portugal

Realização de Stand para Eventos

Realização de Encontros entre Parceiros

Constituição e funcionamento da Comissão de Avaliação das Aldeias de Portugal



Entender as redes da cooperação LEADER
Entendre les réseaux de la coopération LEADER
Entender las redes de la cooperación LEADER
SEMINÁRIO SEMINARI SEMINARIO
Portugal, Setembro - Hotel do Mar 23-25 Maio / Mai / Mayo 2009



minha terra Portugal em acção



Ministério da
Agricultura,
Desenvolvimento
Rural e Pescas

IDRN
Instituto de Desenvolvimento
Rural e História



PROJECTO DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL

Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural – Vector 2
Medida 2.1 – Cooperação entre GAL da UE

PARCEIROS

Portugal

ADER SOUSA
ADRMAG
ADRIL
ADRMINHO
ATAHCA
BEIRA DOURO
DOLMEN
PROBASTO
SOL DO AVE

Holanda

LAWERSLAND
NOORDWEST FRIESLAND
ZUID-WEST DRENTHE
FLEVOLAND

Austria

KULTURPARK KAMPTAL
VERBUND WEINVIERTEL

Espanha

ADIM
PORTEDEMOUROS
RIBEIRA SACRA
ADRICONPA

Itália

GAL PARTENIO
TERMINIO CERVIALTO



OBJECTIVOS

Reforçar da Rede das Aldeias de Tradição na Europa

Promover a Rede das Aldeias de Tradição

Operacionalizar o Agrupamento Europeu de Interesse Económico

Uniformizar os critérios de selecção/classificação das Aldeias

Troca de know how e boas práticas

ACÇÕES

Encontros entre Parceiros/Missões Empresariais

Manual de Qualificação das Aldeias de Tradição

Promoção da Rede das Aldeias de Tradição

Criação de Site



Entender as redes da cooperação LEADER
Entendre les réseaux de la coopération LEADER
Entender las redes de la cooperación LEADER

SIMINARIO SEMINAIRE SEMINARIO
Portugal, Setembro - Hotel do Mar 22-23 Maio / Mai / Mayo 2009



minha terra Portugal em acção



Ministério da
Agricultura,
Desenvolvimento
Rural e Pesca

IDRN
Instituto de Desenvolvimento
Rural e Habitação



Açores
ADELIAÇOR ASDEPR

Madeira
ADRAMA

Canárias
ADER ASHERO

Espanha
ORIENTE DE ASTURIAS
ATAHCA
ADICES
ADAE
ADIMÁN
PONIENTE GRANADINO

Portugal



Parceria:

Grupos de Acção Local Portugueses

ADELIAÇOR
ATHACA
ADAE
ADICES
ADRAMA
ASDEPR

Grupos de Acção Local Espanhóis

ADER - La Palma
ADIMAN - Manchuela Conquense
ASHERO - Isla del Hierro
Oriente de Asturias
Poniente Granadino

O Club Biored é uma associação sem fins lucrativos constituído por seis ADL's portuguesas e cinco espanholas, cujo elo de ligação são as áreas naturais protegidas de todos os territórios.

Este projecto tem como áreas temáticas de trabalho o turismo, os produtos locais e o ambiente. Pretende-se com esta parceria desenvolver um espaço/fórum no qual possam ser discutidos e analisados a definição de conceitos, a harmonização de boas práticas, a formação e aquisição de competências, a consolidação e desenvolvimento do conceito de parceria.

Os principais objectivos do Club Biored são:

- o reforço de novas actividades económicas tradicionais e do património cultural
- a criação de novas actividades ecologicamente compatíveis e socialmente úteis
- a implementação de acções que visam a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, incorporando a inovação e as novas tecnologias da informação como elemento de coesão
- a difusão documental e virtual da herança natural e cultural dos territórios desenvolvidos



Entender as redes de cooperação LEADER
Entender les réseaux de la coopération LEADER
Entender las redes de la cooperación LEADER

SEMINÁRIO SEMINARE SEMINARIO
Portugal, Setembro - Hotel do Mar 22-23 Maio / Mai / Mayo 2003



minha terra Portugal em acção



Ministério de
Agricultura,
Desenvolvimento
Rural e Pesca

IDRN
Instituto de Desenvolvimento
Rural e Habitação



Grupo de Animação do Projecto

Dueceira-Programa LEADER+ELOZ. Entre Lousã e Zêzere

Ana Souto

dueceira.eloz@mail.telepac.pt

ADDLAP- Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva

Maria José Nogueira

addlap@mail.telepac.pt

Cooperar em português

Projecto de cooperação transnacional com países de expressão portuguesa que visa a troca de informações e experiências sobre os processos locais de desenvolvimento.

A abordagem de temas de interesse comum, como é o caso do Programa LEADER+, e o desenvolvimento de actividades promotoras de conhecimentos e práticas da generalidade dos territórios, são os principais objectivos.



Parceria

Em Portugal: GAL portuguesas da Beira Litoral

No Brasil: RITS - Rede de Informações para o Terceiro Sector
 Rede DLIS - Rede do Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável
 Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul
 Universidade Federal do Estado de Pernambuco
 ANDIFES - Assoc. Nac. dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
 SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 PANGEA - Centro de Estudos Socio-Ambientais



Entender as redes da cooperação LEADER
 Entendre les réseaux de la coopération LEADER
 Entender las redes de la cooperación LEADER
 SEMINÁRIO SEMINARE SEMINARIO
 Portugal, Setembro - Hotel do Mar 22-23 Maio / Mai / Mayo 2003



minha terra



Portugal em acção



Ministério da
 Agricultura,
 Desenvolvimento
 Rural e Pesca

IDRN
 Instituto de Desenvolvimento
 Rural e Hidráulica



Loja do Mundo Rural

Trabalho em rede com as ADL's e as lojas dos territórios LEADER A Valorização dos produtos e produtores, a promoção, comercialização, dinamização, e qualificação. Uma proposta de cooperação para o LEADER+



ProRegiões é uma empresa criada pela, ADIRN, ADRUSE, INDE, TAGUS e TROTE-GERÊS, para tecer uma rede em comum com as ADL's para um Portugal Rural.

Um espaço de promoção do Mundo Rural e comercialização dos produtos produzidos no território nacional. O campo em Campo de Ourique.

Interagindo com os actores locais, estabelece uma rede de contactos entre quem produz nas nossas regiões e aqueles que buscam os objectos com alma e os paladares esquecidos.

Criando uma rede urbana para a promoção das regiões

ProRegiões –Promoção das Regiões Lda



Estender as redes de cooperação LEADER
Etendre les réseaux de la coopération LEADER
Estender las redes de la cooperación LEADER
SEMINÁRIO SEMINAIRE SEMINARIO
Portugal, Setembro - Hotel do Mar 22-23 Maio / Mai / Mayo 2003



minha terra Portugal em acção



Ministério da
Agricultura,
Desenvolvimento
Rural e Pescas

IDRN
Instituto de Desenvolvimento
Rural e Habitação



PROYECTO CARDUM



PROGRAMA "LEADER +"

EJE 2: Cooperación
MEDIDA: Cooperación Transnacional



PROYECTO CARDUM de cooperación transnacional para la valorización y promoción de quesos elaborados con flor de cardo y desarrollo de actividades culturales y turísticas conjuntas basadas en una tradición milenaria común.

Desarrollar un Proyecto de carácter productivo, comercial, tecnológico, movidos por la reciprocidad de ventajas y la búsqueda de sinergias que puedan contribuir a incrementar su competitividad.



Se contempla la promoción conjunta, estudios de nuevos mercados de consumidores específicos de estos productos (vegetarianos, kosher, etc.) mercados que potencialmente tienen una importancia extraordinaria.

CARDUM propone una serie de acciones coordinadas entre los socios en torno a cuatro áreas:



Area Científica:

Estudios, investigaciones, etc., relativos al desarrollo de técnicas y mejoras en la elaboración del queso y subproductos, y búsqueda de soluciones innovadoras para problemas específicos.



Area Tecnico-Productiva:

Acciones para afrontar sus principales problemas y encontrar soluciones innovadoras.

Area Promocional

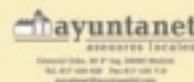
Favorecer la promoción y la comercialización del producto mediante una mejor organización de los canales de distribución (ferias, gestión de marcas de certificación de calidad, denominaciones de origen) para sensibilizar a todos los sujetos interesados en la promoción de los quesos de coagulante vegetal.



Area Transversal



CARDUM deriva de la exigencia de comparar y unir la cultura de la *Cynara Cardunculus* según las tradiciones y las experiencias de España y Portugal. Pretende favorecer la constitución de un profundo vínculo entre los territorios asociados y el desarrollo turístico con repercusiones positivas en la economía y la cultura.



Estender as redes da cooperación LEADER
Etendre les réseaux de la coopération LEADER
Estender las redes de la cooperación LEADER
SEMINARIO SEMINARE SEMINARIO
Portugal, Setembro - Hotel do Mar 22-23 Maio / Mai / Mayo 2009



Ministério de
Agricultura,
Pesca e Floresta

IGRH
Instituto de Desenvolvimento
Rural e Habitação

New partnership in European Territories

Rural World's Shop

Constitution of an urban European network of Rural Shops that add value to the local products, producers and territories, near the urban consumer.

The creation of the network – Rural World'Shop - intending the promotion and the commercialization of the World Rural Products, from each transnational partner are the proposals that we present.

The brand and the image created will be the umbrella for the entire network World Rural Shop.



Creating an urban network to the promotion of regions



ProRegiões – Region's Promotion L.da



Estender as redes da cooperação LEADER
Etendre les réseaux de la coopération LEADER
Estender las redes de la cooperación LEADER
SEMINÁRIO SEMINAIRE SEMINARIO
Portugal, Setembro - Hotel do Mar 22-23 Maio / Mai / Mayo 2003



minha terra Portugal em acção



Ministério da Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Pesca
IDRH
Instituto de Desenvolvimento Rural e Habitação

BALANÇO

“ESTENDER AS REDES DA COOPERAÇÃO” - UM BALANÇO

A reflexão centrada em torno da cooperação, que o IDRHa teve a oportunidade de promover em parceria com a Federação Minha Terra e com a activa colaboração da ADREPES, nos passados dias 22 e 23 de Maio, em Sesimbra, através da realização do seminário “Estender as Redes da Cooperação LEADER” permitiu que se equacionassem muitas questões pertinentes para a estratégia de cooperação desenvolvida pelos GAL (Grupos de Acção Local) e salientou a importância destes encontros no trilhar de novos caminhos para o desenvolvimento rural.

Este seminário teve como principais objectivos relançar a Rede Portuguesa LEADER+, proporcionando a troca de experiências e informações sobre a cooperação transnacional no âmbito do Programa. Neste contexto, assumem especial destaque tanto os novos países com os quais os GAL podem estabelecer parcerias e potenciar o desenvolvimento rural em Portugal, caso dos PALOP, privilegiando identidades culturais e linguísticas comuns, como a Espanha, país com uma realidade próxima e com o qual se tem intensificado a cooperação transnacional. Através da realização de dois grupos de trabalho, pretendeu-se, ainda, reflectir acerca das limitações e potencialidades de alguns projectos LEADER+, em fase avançada de realização, bem como trazer lições destas experiências para os novos projectos de cooperação que se estão a perspectivar. O primeiro grupo virado para o saber-fazer e a aquisição de competências e o segundo abordando a cooperação no contexto das soluções para os territórios e cujas pistas, emanadas destes grupos, se destacam em separado.

A análise dos dados referentes ao Vector 2 do LEADER+ fornecidos pelos GAL e trabalhados pelo IDRHa, revelou uma vontade clara de iniciar processos de cooperação, traduzida sobretudo em ideias novas e, ainda, pouco em projectos postos em prática; surge também uma dominância clara dos projectos na área dos produtos locais, não negligenciando a área dos territórios e da aquisição de competências; por fim, constata-se a existência de uma multiplicidade de projectos nas mesmas áreas, de Norte a Sul do país e nas ilhas, que seria interessante fazer convergir e consensualizar no sentido de que as intervenções ganhem a escala necessária à sua viabilidade e visibilidade na sociedade actual.

A metodologia seguida, no âmbito da Rede Portuguesa LEADER+ para a realização deste seminário, ajudou a consolidar os objectivos propostos, nomeadamente através do estabelecimento de um protocolo de cooperação entre o IDRHa e a Federação Minha. Desta realização pode concluir-se que este evento permitiu exemplificar algumas das complementaridades de acção que se podem retirar da cooperação entre entidades públicas e privadas, passíveis de serem extrapoladas para outros desafios que se colocam ao desenvolvimento rural.

Embora o número de GAL europeus presentes no seminário tivesse ficado aquém das expectativas, os GAL portugueses acorreram em número significativo. Este aspecto, apesar de positivo, torna evidente o amplo trabalho que ainda está por realizar no âmbito da Rede Portuguesa LEADER+, nomeadamente no que se refere à animação, articulação e criação de espaços de debate e reflexão.

Aproximam-se momentos cruciais para os processos de Desenvolvimento Local em Meio Rural. O alargamento da União Europeia; a “crise” do seu orçamento, e os seus reflexos na PAC (Política Agrícola Comum) e em especial no 2º pilar – o desenvolvimento rural, tornam imprescindíveis estes espaços de discussão e reflexão aprofundada, partilhada e inclusiva no seio da rede, para viabilizar a construção de um caminho sustentado, proporcionando outros eventos que ajudem a equacionar soluções e estratégias conjuntas.

Novos caminhos estão em marcha no campo do desenvolvimento dos espaços rurais, bem como emergem novas formas de articulação e funcionamento entre agentes públicos e privados, dinâmicas que exigem maior compromisso institucional e político e um maior envolvimento de todos os actores. Só com participação activa e empenhada de todos será possível confrontar esta realidade, construir projectos comuns e responder, com inovação e determinação, aos múltiplos desafios que se colocam ao mundo rural, neste início de século.

IDRHa
Federação Minha Terra
ADREPES